



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

ANA CAROLINA DO ROSÁRIO CORREIA

Mutações culturais, mutações subjetivas: uma leitura de Charles Melman

Maceió
2018

ANA CAROLINA DO ROSÁRIO CORREIA

Mutações culturais, mutações subjetivas: uma leitura de Charles Melman

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Saúde, Clínica e Práticas Psicológicas

Orientador: Prof. Dr. Charles Elias Lang

Maceió

2018

Catologação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janis Christine Angelina Cavalcante

S787m Correia, Ana Carolina do Rosário.
 Mutações culturais, mutações subjetivas: uma leitura de Charles Melman / Ana Carolina do Rosário Correia. – 2018.
 113 f.

 Orientador: Charles Elias Lang
 Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2017.

 Bibliografia: f. 98-113.

 1. Neoliberalismo 2. Charles Melman. 3. Psicanálise. 4. Subjetividade.
I. Título.

CDU: 159.964.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGP

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA CAROLINA DO ROSÁRIO CORREIA

Título do Trabalho: "Mutações culturais, mutações subjetivas: uma leitura de Charles Melman".

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Charles Elias Lang (PPGP/UFAL)

Examinadores:

Prof.^a Dr.^a Susane Vasconcelos Zanotti (PPGP/UFAL)

Prof.^a Dr.^a Marta Regina D'Agord Leão (UFRS)

Maceió-AL, 13 de abril de 2018.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, prof. Dr. Charles Lang, pela confiança afetuosa e aposta contínua em mais uma jornada.

À profa. Dra. Marta D'Agord, pelas palavras de incentivo, pela capacidade de visualizar e propor direções às ideias quando estas ainda estavam em curso.

À profa. Dra. Susane Zanotti, pelas recomendações que fizeram com que esta pesquisa tomasse um novo rumo e alcançasse outro patamar.

Aos colegas de turma, pela torcida fraterna e companheirismo. Agradeço especialmente a Anielly Oliveira e Mariana Almeida, amigas com as quais compartilhei esta trajetória do princípio ao fim; e a Pablo Ibañez, o parceiro de grupo e amigo dedicado que este mestrado me deu de presente.

Aos colegas do grupo de pesquisa Psicanálise, Clínica e Contemporaneidade, pelos devaneios e projetos que sempre encheram nossas tardes com um sentimento de possibilidade.

Aos membros do Studio de Psicanálise, pelas manhãs de estudo que tanto contribuíram para este percurso.

A Julien Bolle, cuja *amitié* e ensino do francês foram fundamentais para a escrita deste trabalho.

A todos os familiares e amigos, distantes ou não, que me apoiaram com carinho, convicção e paciência.

A Thiago Guimarães, com uma gratidão que não cabe em palavras.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, ao Instituto de Psicologia e à Universidade Federal de Alagoas, por tornarem possível a realização desta pesquisa.

Como ficou chato
ser contemporâneo
serei instantâneo

agora

como ficou chato
ser instantâneo
serei um autômato

agora

ae10-i6-o16-u4
c7-f2-gh2-m5
n8-o1-r7-s6-t9

André Vallias

RESUMO

Este estudo se propôs a responder a uma inquietação em face das expressões empregadas por autores que se referem à psicopatologia e à subjetividade contemporâneas como fenômenos novos. Questionou-se sobretudo o que diferencia a subjetividade contemporânea da subjetividade moderna e o que lhe confere o estatuto de novo. Para responder a esta pergunta, tomou-se a psicanálise em extensão como estratégia de pesquisa com textos. Empreendeu-se uma leitura-escritura de *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*, seminário proferido pelo psicanalista francês Charles Melman em abril de 2002. Foram utilizadas duas edições do seminário: uma transcrição em português publicada em 2003 e uma transcrição em francês publicada em 2009. O objetivo geral da leitura foi investigar a forma como as mutações culturais propostas por Melman atuam na constituição subjetiva contemporânea. Os objetivos específicos consistiram em analisar os argumentos que justificam a tese da existência de uma nova economia psíquica e problematizar as inferências deste discurso na diagnóstica e terapêutica da atualidade. A revisão sistemática da tradição psiquiátrica dos séculos XIX a XXI permitiu a compreensão de que a epistemologia dos quadros clínicos é construída a cada época de acordo com um referencial científico e um modelo econômico. Concorda-se que neste sentido existem novas psicopatologias criadas para suprir demandas mercadológicas. A mutação cultural preconizada por Melman acarreta ainda uma mudança no real clínico, expressa através de mutações subjetivas no complexo de Édipo e nas fórmulas de sexualização. Acredita-se que esta seja uma questão complexa e que necessita de uma reflexão livre de quaisquer possibilidades de normatividade do modelo edípico freudiano.

Palavras-chave: Psicanálise. Subjetividade. Neoliberalismo. Charles Melman.

ABSTRACT

This study aims to respond to a concern about the expressions used by authors who regard the contemporary psychopathology and subjectivity as new phenomena. It was questioned what differentiates contemporary subjectivity from modern subjectivity and what gives it the status of new. To answer this question, the psychoanalysis in extension was taken as a research strategy with texts. It was engaged a reading-writing of *New clinical forms in the beginning of the third millennium*, a seminar given by the French psychoanalyst Charles Melman in April 2002. Two editions of the seminar were used: a transcript in Portuguese published in 2003 and a transcript in French published in 2009. The general objective of the reading was to investigate the way in which the cultural mutations proposed by Melman act in the contemporary subjective constitution. The specific objectives were to analyze the arguments that justify the thesis of the existence of a new psychic economy and to problematize the inferences of this discourse in the diagnosis and therapeutics of the present time. The systematic review of the psychiatric tradition from the nineteenth to the twenty-first century allowed us to understand that the epistemology of clinical settings is constructed each time, according to a scientific reference and an economic model. It is agreed that in this way, there are new psychopathologies created to answer market demands. The cultural mutation advocated by Melman still entails a change in the clinical real, expressed through subjective mutations in the Oedipus complex and in the formulas of sexualization. It is believed that this is a complex question and it needs a reflection free from any possibilities of normativity of the Freudian oedipal model.

Key Word: Psychoanalysis. Subjectivity. Neoliberalism. Charles Melman.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	MÉTODO: PSICANÁLISE, CIÊNCIA E DESCONSTRUÇÃO.....	13
2.1	A ciência psicanalítica	13
2.2	Pesquisa, psicanálise e universidade	14
2.3	Protocolos de leitura: tecendo a realidade	16
2.3.1	Leituras clássicas	17
2.3.2	Leituras hermenêuticas.....	17
2.3.3	Leituras desconstrutivas	18
3	A CONSTRUÇÃO DA PSICOPATOLOGIA NOS SÉCULOS XIX A XXI	22
3.1	História da psiquiatria: preâmbulo	22
3.2	Paradigmas da história da psiquiatria	24
3.2.1	Alienação mental	24
3.2.2	Enfermidades mentais	25
3.2.3	Grandes estruturas psicopatológicas	27
3.3	Um possível paradigma psiquiátrico atual	28
3.4	Psicanálise e sistema DSM	30
4	CHARLES MELMAN E <i>NOVAS FORMAS CLÍNICAS</i>	35
4.1	Charles Melman: uma apresentação	35
4.2	Ensino e estilo de Charles Melman	38
4.3	Curitiba, abril de 2002	40
4.4	Edição, tradução e mudança de registro	41
4.4.1	Sobre a edição brasileira	43
4.4.2	Sobre a edição francesa	45
5	UMA LEITURA-ESCRITURA DE <i>NOVAS FORMAS CLÍNICAS (I)</i>	46
5.1	Forma, clínica, terceiro milênio	46
5.2	Mutação cultural e norma sexual	48
5.3	S ₁ masculino, S ₂ feminino	50
5.4	Primeiro comentário sobre o Édipo: universalidade antropológica	53

5.5	Heterotopia entre S_1 e S_2	55
5.6	Forclusão do Outro	56
6	UMA LEITURA-ESCRITURA DE NOVAS FORMAS CLÍNICAS (II)	60
6.1	Distribuição democrática do gozo	60
6.2	Segundo comentário sobre o Édipo: declínio da função paterna	62
6.3	Primeiro indício da mutação subjetiva	62
6.4	Gozo objetal x gozo fálico	64
6.5	Segundo indício da mutação subjetiva	65
6.6	Comunitarismo	66
6.7	Questões clínicas: depressão, histeria, toxicomania e psicose.....	67
6.8	Atopia do sujeito e inconsciente contemporâneo	69
6.9	<i>Avant-propos</i>	70
7	ASPECTOS HERMENÊUTICOS: CRIANDO CONTEXTOS	73
7.1	Dufour e <i>A arte de reduzir as cabeças</i>	73
7.1.1	Mutação antropológica	74
7.1.2	O Outro, sua história e suas figuras	75
7.1.3	Narrativas e candidatos a Outro na pós-modernidade	77
7.1.4	Histeria moderna, histerologia pós-moderna	79
7.1.5	Um problema transgeracional	80
7.1.6	Sexuação, “sexão” e extinção do Édipo	82
7.1.7	Um fim amargo ou um novo começo?	85
7.2	Lacan e a <i>Alocação das psicoses na criança</i>	87
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	98

1 INTRODUÇÃO

O adjetivo “novo” designa algo que acabou de ficar pronto, que até então era desconhecido ou ignorado (PRIBERAM, 2013), que recém existe ou que é “dito, tratado e visto pela primeira vez” (KOOGAN; HOUAISS, 1998, p. 1.152). No campo dos saberes *psi*, denominações semelhantes têm expressado a existência de algo novo que incide sobre o mal-estar e as formas de sofrimento psíquico no tempo presente. Eis algumas destas expressões: novas doenças da alma (KRISTEVA, 2002), novas formas de subjetivação (BIRMAN, 1998/2014), novas expressões clínicas do sofrimento (MELMAN, 2008), novas formas clínicas e nova economia psíquica (MELMAN, 2003; 2009).

Em sentido amplo, o campo abarcado por este estudo corresponde a estas leituras que designam as formas de subjetivação da contemporaneidade enquanto passíveis de diferenciação daquelas encontradas nos primórdios modernos. As primeiras inquietações que surgiram a respeito do tema foram: que elementos caracterizariam a produção de subjetividades contemporâneas como novos fenômenos, diferentes dos fenômenos produtores de subjetividades na modernidade? O que há de novo nas novas formas clínicas?

Estas dúvidas tentaram ser sanadas através da compreensão de autores que endossam estas posições teóricas. A psicanálise em extensão foi tomada como estratégia de pesquisa devido às possibilidades de reflexão e estudo de mídias, fenômenos sociais e, particularmente, textos. A modalidade de leitura foi um aspecto de particular interesse e cuidado, visto que se adota a perspectiva de que ler não é um ato ingênuo, padronizado, linear ou isento de pressupostos. A partir das “Considerações metodológicas preliminares” de Figueiredo (1999), empreendeu-se um processo de leitura-escritura de *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*, seminário proferido por Charles Melman em 2002 na cidade de Curitiba. O trabalho foi realizado tomando como base as transcrições do seminário publicadas no Brasil pela editora CMC (MELMAN, 2003) e na França pela editora Érès (MELMAN, 2009).

Esta escolha não se deu ao acaso. O seminário foi realizado durante as entrevistas que compõem *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*, texto de grande sucesso tanto por sua difusão quanto por alcançar o auge da reflexão sobre as mutações culturais. *Novas formas clínicas* toma parte deste conjunto de textos, mas reflete uma época em que Melman de fato fundamenta a tese da nova economia psíquica. Os temas abordados – as relações da subjetividade contemporânea e o neoliberalismo, a problemática das mutações familiares e sociais – estão longe de constituir campos fechados, homogêneos e unânimes. As questões que

Melman (2003; 2009) trabalha continuam pertinentes e foram alvo de publicações mais recentes, tais como Dardot e Laval (2016) e Safouan e Hoffmann (2016).

O objetivo principal de estudar *Novas formas clínicas* foi analisar de que maneira as mutações culturais propostas pelo autor incidem na constituição das subjetividades contemporâneas. Os objetivos secundários foram investigar que argumentos estruturam a tese da nova economia psíquica e analisar as implicações deste discurso na diagnóstica e terapêutica da atualidade. Partiu-se da possibilidade de que, para Melman (2003; 2009), a mutação cultural em curso implicaria mutações subjetivas.

Esta dissertação contou com a escrita de seis capítulos. O primeiro deles discorre sobre os aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos da pesquisa, sintetizados por uma breve discussão sobre o paradigma freud-laciano e seu estatuto de cientificidade. O capítulo ocupa-se ainda das aproximações entre psicanálise e universidade e dos métodos de pesquisa comumente utilizados no contexto acadêmico. A seguir, o trabalho da leitura e diferentes formas de abordar um texto foram apresentados, a saber: a leitura clássica/sistematizante; a leitura hermenêutica; e, com maior ênfase, a leitura desconstrutiva e suas raízes derridianas. À medida que estes protocolos foram explanados, foram identificadas as leituras adicionais a Melman (2003; 2009) em cada uma destas etapas de trabalho.

O segundo capítulo é dedicado à leitura da revisão histórica das tradições psiquiátricas realizada por Georges Lantéri-Laura (2000). A intenção foi que os paradigmas elencados por este autor proporcionassem uma reflexão sobre como a psicopatologia constitui um campo diacrônico e em constante construção e atualização. As leituras adicionais de Dunker (2015), Silva Júnior (2016) e outros autores auxiliam no enquadre amplo das implicações das categorias diagnósticas dominantes na atualidade e suas relações com a psicanálise, a cultura e a economia.

O terceiro capítulo apresenta o objeto de pesquisa de forma mais contundente. Uma breve biografia de Charles Melman foi desenvolvida, de modo que fossem situadas a sua importância para o movimento psicanalítico francês da segunda metade do século XX; o seu estilo de escrita e ensino; os temas recorrentes em seu ensino e suas relações com a comunidade psicanalítica brasileira. O seminário *Novas formas clínicas* também foi apresentado, assim como os fatores inerentes ao processo de transcrever um texto oral e as diferentes particularidades das edições brasileira e francesa.

O quarto e o quinto capítulo são dedicados à leitura-escritura de *Novas formas clínicas* (MELMAN, 2003; 2009). O conteúdo do seminário foi exposto e os subtópicos correspondem às principais conjecturas da tese central de Melman. Alguns destes subtópicos também são compostos por comentários um pouco mais amplos, a exemplo dos desenvolvimentos a respeito

do complexo de Édipo e da construção do argumento em defesa da hipótese das novas subjetividades.

O sexto e último capítulo tem como motivação central criar um contraste entre a leitura do seminário com possíveis contextos internos e externos. *A arte de reduzir as cabeças*, livro escrito pelo filósofo Dany-Robert Dufour (2005), foi escolhido por se tratar de um texto contemporâneo a *Novas formas clínicas* e por seu conteúdo possuir muitas semelhanças teóricas. Os contextos internos a Melman (2003; 2009) e a Dufour (2005) foram examinados através da leitura da *Alocução sobre as psicoses da criança* (LACAN, 1968/2003), presente em *Outros escritos*.

2 MÉTODO: PSICANÁLISE, CIÊNCIA, DESCONSTRUÇÃO

2.1 A ciência psicanalítica

Sigmund Freud (1923[1922]/1974) descreveu o conceito de psicanálise no primeiro dos *Dois verbetes de enciclopédia*. Trata-se de 1) um procedimento cuja finalidade é investigar processos mentais inacessíveis de outra maneira; 2) baseado nesta investigação, um método terapêutico da neurose; e 3) um apanhado de informações oriundas da investigação e do método terapêutico. Este último aspecto lhe confere um caráter de doutrina (DUNKER, 2017), formando, a partir deste método, o corpo teórico de uma nova disciplina *científica*.

Científica: desde o início, Freud construiu a psicanálise tendo como objetivo que esta fosse uma ciência formal. Embora esteja sob a exigência dos mesmos moldes das ciências naturais, é evidente que a psicanálise não se encaixa neles. As ciências chamadas de nominalistas – tais como a geometria, a matemática e a física – estão essencialmente baseadas em equações, medidas e igualdades, o que não é o caso da psicanálise (MANNONI, O., 2002). Freud a definia como empírica, baseada na observação, apta a modificações de suas teorias (FREUD, 1923[1922]/1974). Segundo Octave Manonni (2002), a tarefa de Freud na aurora da psicanálise era semelhante ao trabalho de um botânico: descobrir novas espécies (neste caso, enfermidades psíquicas) e atribuir-lhes um nome.

Esta pesquisa trabalha sob outro paradigma psicanalítico. A corrente lacaniana é a única entre as pós-freudianas que irá refletir sobre outras propostas epistemológicas para a psicanálise, o que a caracteriza como uma ruptura em relação a uma tradição (BOFF, 2006). Em *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*, Lacan (1960/1998) disse o oposto de Freud, ou seja, que o empirismo não pode ser a condição da ciência. Esta posição foi reiterada em *A ciência e a verdade* (LACAN, 1966[1965]/1998). Para que o psicanalista compreenda o que ocorre em sua práxis, não basta que o estado de fenda de seu sujeito seja um fato comprovado empiricamente.

Mas que sujeito é esse? O sujeito da ciência, inaugurado a partir do *cogito* cartesiano e sem o qual a própria psicanálise não poderia ter surgido (LACAN, 1966[1965]/1998; 1966a/1998). O dismantelamento da antiga ordem cosmológica põe em questão que lugar cabe a este sujeito deslocado em meio ao caos. A concepção empirista de que, no campo do cognoscível, o objeto antecede o sujeito também é dismantelada. Novos processos adquirem espaço, permitindo a produção de novas teorias, fenômenos e problemas epistemológicos (CALAZANS, 2006).

A posição de Lacan (1966[1965]/1998, p. 870) aparece de forma bastante evidente quanto a isto quando o autor afirma que “Koyré é nosso guia aqui”. A leitura deste epistemólogo permite a compreensão de sua importância para o estudo de Lacan. Koyré (1966/2011) situa o pensamento científico com base na relação deste com uma imagem ou concepção de mundo. A ciência moderna, longe de ser caracterizada por um saber prático e vinculado ao sensível, deve ser entendida como uma abstração destas ideias, separando a interrogação metódica da evidência empírica.

Lacan empreendeu em seu “retorno a Freud”¹ um desligamento entre a psicanálise e a dependência da empiria, atendendo à necessidade de uma teorização forte. Este processo de matematização consistiu em uma saída do que Eidelsztein (2014) nomeia de “giro biologicista e naturalista” – sustentado pelos “filósofos-médicos” da época de Freud, centrado no biológico e em vivências inefáveis –, seguido por uma articulação com o “giro linguístico” e o contexto científico estabelecido pela influência capital do estruturalismo. O pensamento estruturalista enquanto base teórica, sobretudo no campo da linguística, permitiu a Lacan arquitetar um modelo de psicanálise que conserva a teoria central do Inconsciente, porém livre de suposições demasiado metafísicas de profundidade e interioridade: o Inconsciente estruturado como linguagem, de modo a compor uma rede que organiza significantes (LIMA, 2006).

Esta premissa não deve ser tomada de forma simplista. Para a linguística estrutural, é necessário que se esteja o tempo todo inserido em um código linguístico para que, a partir dele, as falas sejam produzidas e significadas (CALLIGARIS, 1991). O inconsciente de Lacan não possui o caráter ontológico do organismo tridimensional de Freud; é o lugar da enunciação, o *stabitat* no qual mora o sujeito que fala (LACAN, 1972/2003): “[...] na experiência de escrever: *penso: 'logo existo'*, com aspas ao redor da segunda oração, lê-se que o pensamento só funda o ser ao se vincular à fala, onde toda operação toca na essência da linguagem” (LACAN, 1966[1965]/1998, p. 879).

2.2 Pesquisa, psicanálise e universidade

Para compreender a psicanálise e suas aproximações com a pesquisa, é preciso saber que ambas são, de certa forma, sinônimas. A psicanálise como processo investigativo implica uma pesquisa clínica baseada na escuta do analisante. Logo, não seria possível desvincular uma coisa da outra (BIRMAN, 1994; BERLINCK, 2008; NAFFAH NETO, 2006).

¹ O “retorno a Freud” é mantido entre aspas porque, como visto em Eidelsztein (2015), a fidelidade de Lacan não será à letra de Freud, mas a seu sentido, ainda que, para isso, seja preciso dizer de novo o que Freud disse, mas invertendo seu sentido e virando sua psicanálise ao avesso.

A presença da psicanálise na academia é cada vez mais comum. Neste sentido, existe uma preocupação dupla: manter o rigor necessário aos critérios de avaliação do conhecimento universitário e ao mesmo tempo definir contornos que conservem a identidade de uma pesquisa psicanalítica.

O debate sobre psicanálise e universidade não é recente. Freud teve a oportunidade de escrever algumas linhas a respeito do tema em *Sobre o ensino da psicanálise nas universidades* (FREUD, 1919/1974), texto no qual procurou esclarecer os dois pontos de vista distintos desta suposta polarização. Àquela época, Freud acreditava que a psicanálise só teria a lucrar com uma possível inserção na universidade, sem que fosse obrigatório ao psicanalista estar no meio acadêmico, já que sua formação depende de outros meios e de outros lugares de saber. Em outras palavras, um curso não bastaria para o aluno de medicina intitular-se psicanalista.

Freud enxergou algumas lacunas em que a participação da psicanálise na universidade seria favorável. A psicanálise 1) poderia resolver o problema da falta de interesse dos alunos pelos aspectos mentais das patologias, pois a tendência da época era que eles ingressassem em disciplinas anátomo-fisiológicas; 2) serviria como uma introdução à psiquiatria, de modo que o aluno pudesse reconhecer entidades patológicas e diferenciar casos curáveis e incuráveis; e 3) atuaria como um elo entre o saber médico e outras disciplinas, a partir de seu potencial heurístico sobre artes, filosofia e religião.

Do ponto de vista de Lacan (1967/2003), a pesquisa em psicanálise pode seguir duas diferentes tendências. A *psicanálise em intensão* pode ser compreendida como aquela que advém do atendimento aos pacientes. Neste sentido, as questões norteadoras que serão objeto de estudo do pesquisador surgem da pesquisa clínica. Os estudos de caso são exemplos deste caráter de intensão. Por sua vez, a *psicanálise em extensão* é a pesquisa que se estende para além do *setting* clínico e trabalha junto a diversos tipos de produção cultural como filmes, produtos literários e outros conteúdos. De modo geral, trabalhar a psicanálise em extensão é poder estender a ética do desejo a outros laços sociais para além do modelo do consultório. Isto quer dizer que ela também abarca o trabalho em instituições e comunidades, a clínica ampliada (*psychoanalyse hors murs*) e a universidade (BETTS, 2011-2012). As chamadas pesquisas teóricas em psicanálise estão sob o viés da extensão.

No âmbito nacional, algumas publicações dedicam-se a compreender as particularidades da pesquisa em psicanálise. Segundo Lo Bianco (2003), este debate chegou ao Brasil por volta dos anos 90, fortemente influenciado pelas discussões francesas. O cenário predominante eram os cursos de pós-graduação, nos quais a psicanálise começou a surgir e a estabelecer-se como disciplina. Entre estas publicações, destacam-se aquelas escritas no eixo Rio de Janeiro-São

Paulo, sobretudo as que são produto dos 1º e 2º Encontros de Pesquisa Acadêmica em Psicanálise, sediados na PUC-SP e principal fonte utilizada por Bastos (2009).

Até que ponto seria possível submeter pesquisas acadêmicas sobre psicanálise, partindo do pressuposto de que as pesquisas são em sua maioria experimentais ou teóricas? Garcia-Roza (1994) acredita que a pesquisa teórica surge como a saída mais viável e a separa em duas tipologias. A *pesquisa teórica do comentário* consiste num “procedimento de controle do discurso” (GARCIA-ROZA, 1994, p. 15). O comentarista procura escrever conforme um mestre (o autor do texto trabalhado), empreendendo um retorno ao texto sem acrescentar novidades à sua fala. Por outro lado, a *pesquisa teórica da releitura* não corresponde à repetição do discurso desse mestre, mas à produção de algo novo a partir de seu texto. A releitura não está reduzida ao texto, mas parte dele para poder se desenvolver de forma criativa (BASTOS, 2009).

2.3 Protocolos de leitura: tecendo a realidade

O trabalho de pesquisa teórica suscita algumas questões que precisam ser discutidas. Que consequências surgem ao se definir uma pesquisa psicanalítica como teórica? Esta posição requer do pesquisador uma atenção ao campo metodológico em que está situado. A forma como o trabalho com textos será realizado deve ser levada em consideração, de modo que os objetivos do estudo sejam contemplados. A delimitação de campo da pesquisa teórica é frequentemente caracterizada como algo da ordem do histórico e conceitual. Entretanto, o método precisa ser descrito para que se compreendam as possibilidades de alcance do trabalho teórico sem reduzi-lo à pesquisa bibliográfica ou à revisão de literatura (LANG, C. E.; BARBOSA, 2012).

Após realizar uma revisão de teses e dissertações relacionadas à psicanálise, Lang, C. E. e Barbosa (2012) defendem que as metodologias de pesquisa vêm sendo tratadas de forma secundária nos escritos científicos. As descrições do método de pesquisa utilizado por vezes são resumidas de forma vaga, sob a nomenclatura de “leitura crítica”, sem especificar que preceito a classifica enquanto tal. O resultado disto é que comumente se entende o trabalho de leitura como uma tarefa única, padronizada e sem pressupostos. Logo, a revisão de literatura (leitura do material escrito até então sobre o tema) é concebida como uma mera etapa a ser superada para que se alcance a pesquisa propriamente dita (coleta e análise de dados). Faz-se necessário teorizar este método de leitura, construindo protocolos que direcionem a utilização dos textos psicanalíticos.

2.3.1 Leituras clássicas

As leituras clássicas são conhecidas pela primazia de um sentido em relação à sua forma. Isto significa que o sentido do texto é entendido como único e universal, subordinado à intenção transcendente do autor e de seus objetos intencionais. O objetivo da leitura clássica é resgatar as teses centrais de um texto e organizar a trama textual ao redor de um lugar ideal. O sentido pode ser feito e refeito, mas será sempre idêntico a si mesmo (FIGUEIREDO, 1999). É preferível evitar deslizamentos, ambiguidades e polissemias, que nada mais são do que dificuldades no percurso interpretativo. Em compensação, a barreira linguística não impede que traduções e paráfrases perfeitas possam existir (LANG, C. E.; BARBOSA, 2012; 2015).

As boas leituras clássicas são dogmatizantes, pois conseguem expor as teses presentes no texto de forma clara e assim propiciam sua transmissão (FIGUEIREDO, 1999). Mas há também um caráter negativo, visto que estas leituras tendem a engessar e reprimir as possibilidades de produção de sentidos novos. Isto leva a uma entronização da interpretação dominante e à compulsão de sua repetição de forma doutrinária. Concorde-se com Eyben (2002) quando o autor afirma que, ao estabelecer um único sentido ao texto, a expectativa criada em torno deste acaba por minar a própria compreensão do que é a linguagem.

2.3.2 Leituras hermenêuticas

Campos e Coelho Jr. (2010) sugerem a leitura hermenêutica como fundamentação de métodos interpretativos para textos de temática psicanalítica. Os autores especificam duas possibilidades: a *interpretação reprodutiva* ou a *interpretação criativa*. Interpretar de forma reprodutiva é a maneira mais clássica dentro da tradição hermenêutica e pressupõe uma distância demarcada entre o sujeito e seu objeto. A forma criativa é vista como uma forma mais atual de interpretação e tem a intenção de produzir sentidos novos a partir da subjetividade do leitor (CAMPOS; COELHO JR., 2010; FIGUEIREDO, 1999). Ambos os conceitos parecem equivalentes àqueles que García-Roza (1994) chama de pesquisa teórica do comentário e pesquisa teórica da releitura, ambos citados acima.

As tentativas de restauração de um sentido pleno do texto fazem parte das leituras hermenêuticas. Isto tem a ver com a construção de um pano de fundo que permita que o texto se situe em um *contexto*. Ler implica contextualizar, descontextualizar e recontextualizar os horizontes externos e internos envolvidos (FIGUEIREDO, 1999). Por horizontes externos entendem-se aqueles que inscrevem o texto num cenário no qual ele faça sentido. Eles são

definidos de acordo com um recorte, que pode ser o do gênero literário, da área de conhecimento, do tema, do conjunto da obra de um autor. Por sua vez, os horizontes internos são as referências anteriores que se encontram entrelaçadas ao texto e os elementos que atribuem a cada premissa do texto “um lugar, uma função e um sentido” (FIGUEIREDO, 1999, p. 11). Uma dialética se sustenta entre os contextos internos e externos. A variedade de horizontes internos auxilia a formação de outros tantos horizontes externos e vice-versa. Uma das formas de fazer isto é levar em conta “outros textos contemporâneos ou pertencentes a um ‘mesmo’ passado”.

As questões que orientaram a delimitação de um contexto externo para a leitura-escritura de *Novas formas clínicas* são as seguintes: sobre quais questões Melman se dedicava à época do seminário? Como era o cenário da psicanálise durante este mesmo período? Que motivos levaram o autor a discorrer sobre os presentes temas? Fontes diversas foram utilizadas, entre as quais estão Roudinesco (2003a; 2003b), Perelson (2006), os comentários presentes no próprio texto (MELMAN, 2003; 2009) e as informações cedidas por Jean-Pierre Lebrun (2009).

Os contextos também foram determinados a partir da eleição de um texto contemporâneo a Melman, cuja temática conversa com o conteúdo de *Novas formas clínicas*. Para tanto, foi escolhido o livro *A arte de reduzir as cabeças*, de Dany-Robert Dufour (2005). *Alocução sobre as psicoses da criança*, de Jacques Lacan, foi o artigo escolhido para trabalhar as concepções teóricas que compõem o contexto interno.

2.3.3 Leituras desconstrutivas

O termo “desconstrução” foi empregado pela primeira vez por Jacques Derrida na introdução à *Origem da Geometria* de Husserl, e mais bem explanado em *Gramatologia*, de 1967. Apesar da importância que hoje possui na obra derridiana, o próprio filósofo argelino não fazia ideia de que a desconstrução se tornaria sua pedra angular. Esta é uma confissão feita na *Carta a um amigo japonês* (DERRIDA, 1985/1998), texto no qual busca dar sentido ao emprego da palavra em seus trabalhos, com o intuito de auxiliar a encontrar uma equivalente para as traduções japonesas.

A tática utilizada por Derrida é incomum. Em vez de se perguntar “o que é a desconstrução?”, ele tem como ponto de partida uma determinação negativa: “o que a desconstrução *não* é?”. Muito embora tenha derivações da *Destruction* heideggeriana, a desconstrução não se refere a um processo de destruição. Ademais, também não deve ser

entendida como análise, crítica, conceito, ato, operação ou metodologia². Sobre este último aspecto, Derrida (1967/2013) frisa que por vezes a desconstrução termina enredada numa instrumentalidade metodológica, numa tentativa de produção de um criticismo ao lidar com textos.

A desconstrução ganha contornos à medida que as dificuldades próprias da tarefa de elucidar o sentido de uma palavra vão se tornando mais e mais numerosas. Isto se deve ao fato de que a desconstrução se submete às mesmas regras que qualquer outra palavra. Isto quer dizer que ela tira seu valor semântico da posição que ocupa numa cadeia de substituições possíveis – ou seja, de um contexto no qual ela é substituída ou se deixa substituir por uma gama de outras palavras (DERRIDA, 1985/1998).

Nesta perspectiva, Williams (2006) traça um panorama do trabalho derridiano sobre a afirmação de Saussure de que a fala é a origem da escrita. A questão aqui seria menos um confronto em que fala e escrita tenham importâncias assimétricas, com o qual Saussure está comprometido. A arbitrariedade do signo acaba por se converter numa das margens do texto trazidas à vista: significado e significante não estão necessariamente relacionados. Um mesmo significado pode estar relacionado a um ou mais significantes, enquanto o significante é vazio até que lhe atribuam significado. A primazia saussuriana a uma linguagem fonética já não pode ser defendida.

A desconstrução pode ser descrita como uma atitude ou posição ante um texto. Nas palavras de Derrida presentes em Caputo (1997, p. 9), a “desconstrução é algo que acontece, e que acontece dentro; (...) Para ser verdadeiro a Platão [ou a qualquer autor], (...) tenho que analisar o funcionamento e o desfuncionamento de seu trabalho”. As relações argumentativas de causa e efeito devem ser invertidas, contrariando o logocentrismo. O desconstrucionista irá definir uma causa como tal devido a um efeito que ela produz. Esta inversão não é seu único trabalho, visto que sua meta é o *jogo*, ou seja, “a alternância de primazia de um termo sobre o outro, produzindo, assim, uma situação de constante indecisão” (VASCONCELOS, 2003, p. 75). As polissemias e ambiguidades, longe de serem obstáculos, são admitidas como brechas pelas quais novos sentidos podem ser produzidos.

A premissa derridiana *il n'y a pas de hors-texte* pode ser traduzida como “não há nada além de texto” ou “não há fora-texto”. Primeiramente, é preciso pensar em seu sentido amplo, e independente de um marco referencial linguístico. Se não há nada além de texto, infere-se que tudo é texto. O texto é equivalente a tudo o que seja caracterizado como remessa, rastro, marca.

² Logo, não há um “método desconstrutivo”.

A desconstrução assim não está limitada à ideia de texto escrito, pois “tem lugar em toda parte onde isso tem lugar, onde há alguma coisa” (DERRIDA, 1985/1998, p. 23). A própria percepção é um texto (BENNINGTON, 2008)³.

Em seguida, é necessário observar o problema a partir do sentido restrito: se não há fora-texto, não há significado transcendente. O imperativo agora imposto ao leitor é que ele se detenha ao texto, sem se aventurar para fora de suas margens. A leitura desconstrutiva de um texto possui uma estrutura moebiana, ao passo que seus sentidos amplo e restrito não são alternantes ou exclusivos, mas simultâneos (XAVIER; LANG, C. E., 2016).

Se não há fora-texto, o conhecimento é resultado de um encontro. Ler é uma tarefa de leitura-escritura, pois o sujeito-leitor deixa de ser um elemento passivo em relação ao objeto-texto. A partir deste encontro, são produzidos novos sentidos ou uma nova leitura da realidade. Opera-se em uma lógica não dualista. Não há leitor independente da leitura, pois seu ato é que o constitui: “(...) não se poderia mais falar, com propriedade, em um Sujeito que se relaciona com uma Realidade, mas em uma leitura que, simultaneamente, produz um texto e um leitor” (LANG, C. E.; BARBOSA, 2012, p. 93).

A intenção primeira da *leitura próxima, atenta e desconstrutiva* (FIGUEIREDO, 1999), método utilizado nesta pesquisa, é buscar as ideias principais em meio ao texto, explorando suas tensões internas. As premissas do texto são utilizadas de modo a implodir, minar, inverter e reconstruir argumentos. O objetivo deve ser visualizar a relação entre aquilo que dentro de um sistema linguístico e lógico está sob o comando do autor e aquilo que não está (DERRIDA, 1967/2013).

A leitura desconstrutiva é uma *close reading* (leitura próxima), mas não uma *closing/closed reading* (leitura fechada). A *close reading* pode ser ainda traduzida de outras formas: uma leitura “com atenção, minuciosa, estreita, próxima, investigar, por menores, rigorosa, com cautela, detalhada, análise, meticulosa” (PEDERSEN; TORTELLA, 2015, p. 203). Logo, trata-se de uma oposição à leitura rasa e superficial. Numa leitura próxima, aquele que lê precisa ser um leitor *atento*; que ele tenha lido o texto várias vezes e buscado o sentido que é atribuído às palavras que o autor utiliza, se necessário recorrendo a dicionários e leituras complementares.

³ A percepção é texto, pois tudo o que é utilizado para tocar o real constitui texto. Neste sentido, a matemática é também texto: o número advém da linguagem, mas não ocupa o lugar de um significante qualquer, pois ele toca o real (EIDELSZTEIN, 2015). Suas equações mantêm o texto seguro às interpretações, desvinculado da experiência sensível.

O ato de ler um texto psicanalítico com o auxílio da desconstrução pode ser então representado pela possibilidade de trabalhar sua dimensão de alteridade. De acordo com Figueiredo (2002), um objeto de pesquisa – neste caso, um texto – é o que resiste a tentativas de controle total. A leitura desconstrutiva ultrapassa a violência do texto e apropria-se dele, estabelecendo um certo parasitismo, porém sem que este desapareça ou seja sufocado (FIGUEIREDO, 1999).

Isto implica ainda dizer que a leitura desconstrutiva não é uma atividade realizada de modo aleatório. Ao contrário disto, ela tem por objetivo dar voz a componentes que já se encontram no texto e que estão em curso de modo silencioso, de modo que este texto se torne outro para si mesmo. Estes componentes fazem parte daquilo que a leitura sistemática tende a recalcar (FIGUEIREDO, 1999) – o “inconsciente” de um texto ou aquilo que escapa ao *vouloir-dire* do autor (SANTIAGO, 1976). Empreender um trabalho de leitura-escritura é livrar o texto da unilateralidade de leituras arbitrárias e fundamentalistas, instabilizar a hierarquia logocêntrica, dar ao texto um ponto de vista novo e atribuir-lhe frescor e vitalidade (LANG, C. E.; BARBOSA, 2012; XAVIER; LANG, C. E., 2016).

O ato de ler Melman (2003; 2009) de forma desconstrutiva significou prestar atenção às suas margens e estender-se além do texto principal. Para tanto, foi preciso observar a forma como uma palavra é escolhida em detrimento de outra, de modo a dar uma coloração específica ao texto (BARBOSA, 2013). O processo de leitura-escritura significou ainda deter-se nas observações, ambiguidades e contradições que escapam ao querer-dizer da fala consciente do autor, aproveitar as oportunidades em que há diferenças de tradução entre as edições utilizadas e explorar os diferentes sentidos que podem ser produzidos a partir delas.

3 A CONSTRUÇÃO DA PSICOPATOLOGIA NOS SÉCULOS XIX A XXI

3.1 História da psiquiatria: preâmbulo

O conceito de paradigma pode ser compreendido como um modo de regulação, produção e transmissão do conhecimento, repassado através dos manuais aos jovens iniciantes de uma comunidade científica. Segundo o físico e epistemólogo Thomas Kuhn [1922-1996] (1962/1998, p. 219), “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade científica partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma”.

Enquanto modelo teórico, o paradigma sustenta a concepção do autor acerca dos acontecimentos que se sucedem durante um processo de revolução científica. *Grosso modo*, um paradigma estabelecido é o estatuto de uma ciência normal. Ao lidar com anomalias incapazes de ser explicadas, a ciência normal sofre um período de crise. A partir daí, ou o antigo paradigma supera as adversidades, ou um novo paradigma vigorará em seu lugar. Se um novo paradigma sobressai em relação aos outros, uma nova referência é estabelecida e os manuais são reescritos.

O campo de Georges Lantéri-Laura [1930-2004] difere bastante da área de Kuhn, mas isto não impediu que o psiquiatra e filósofo francês utilizasse o paradigma como ferramenta útil para construir uma possível história da psiquiatria. Apesar de não seguir uma formação em psicanálise, Lantéri-Laura se interessou por seus fundamentos filosóficos e pela disciplina conhecida como semiologia psiquiátrica (GARRABÉ, 2004). Em *Ensayo sobre los paradigmas de la psiquiatría moderna* (LANTÉRI-LAURA, 2000), delimita três paradigmas na história da psiquiatria, temporalmente localizados entre o fim dos séculos XVIII e XX: a alienação mental; as enfermidades mentais; e as grandes estruturas psicopatológicas.

Lantéri-Laura (2000) não utiliza a ideia de paradigma tal como Thomas Kuhn, devido a dificuldades relacionadas à continuidade e descontinuidade históricas. Entre o uso que os dois autores fazem do termo existem disparidades. Primeiramente, há uma diferença de escala, que limita o uso dos paradigmas em psiquiatria a seu universo pontual. Se comparados com os exemplos de Kuhn – as relações entre o geocentrismo e heliocentrismo, entre física newtoniana e einsteiniana –, os cerca de duzentos anos cobertos pelo estudo de Lantéri-Laura revelam uma explícita falta de simetria. Em seguida, há uma diferença no modo como o antigo paradigma é tratado. No uso feito pelo psiquiatra o paradigma superado não desaparece, mas fica em segundo plano, de maneira intermitente e sem possibilidades de recuperação de seu antigo posto.

Ainda sobre o termo “paradigma”, Lantéri-Laura (2000) afirma:

(...) poderíamos conceber o papel do paradigma em psiquiatria como o que unifica durante um período de maior ou menor duração toda uma série de representações teóricas e práticas que se acomodam entre si ou que, em outros casos, se excluem, enquanto esse paradigma funcionar efetivamente (...). (p. 53-54)

Isto significa dizer que em toda a extensão da referida obra o termo é compreendido como uma espécie de denominador comum. Pode-se dizer ainda que o paradigma em psiquiatria constitui uma noção epistemológica e ontológica das categorias de adoecimento psíquico que razoavelmente permeia a todas as comunidades científicas de uma época.

Antes de iniciar sua empreitada pelos paradigmas da história da psiquiatria, Lantéri-Laura (2000) faz uma breve explanação sobre seu surgimento e sua relação com a medicina. Embora a posição ocupada atualmente pela psiquiatria seja a de uma disciplina dentro da ciência médica, talvez este elo esteja estabelecido sobre um erro. O que há de medicina na psiquiatria? Quais são os primeiros indícios do surgimento de algo que se pode dizer semelhante ao conceito de medicina enquanto ciência tal como é conhecida hoje?

A aparição do *Corpus hippocraticum* na Grécia do século V pode ser considerada a primeira aparição histórica da medicina. Lantéri-Laura (2000) não busca considerar teorizações tal como a teoria humoral, mas as características formais que perpassam o conceito de medicina na época e que se prolongam até hoje. Primeiro, a medicina se interessa pelo que está dentro da esfera da *physis* (natureza). Neste quesito, é preciso evidenciar que há uma diferença entre o que poderia ser tratado através dela e o que seria um trabalho delegado às artes da cura. A medicina não negava a existência do sobrenatural, mas colocava tais fenômenos dentro de um parêntese e não se dedicava a estudá-los. Este é o ponto em que a arte da cura entrava em cena e se encarregava de tudo aquilo que estava fora da *physis*. As consequências desta divisão são: 1) uma diferença essencialista entre a enfermidade (que pode ter origens diversas e faz parte do campo daquilo que é natural) e o mal (aquilo que é do campo do sobrenatural); 2) a primeira ocorrência de uma nosologia e de um diagnóstico diferencial, baseados na necessidade de diferenciar as enfermidades umas das outras para que se tornem irreduzíveis entre si; e 3) a primazia do exame clínico sobre a terapêutica (LANTÉRI-LAURA, 2000).

Um fato histórico-antropológico chama a atenção neste ponto: ao redor do mundo, muitas culturas têm uma representação social de loucura. Para Lantéri-Laura (2000), a origem da patologia mental é aquilo que a medicina grega nomeia de *frenitis*: uma enfermidade que poderia ser de origem exógena ou uma infecção com febre, em que a percepção do sujeito afetado passa por alterações. Ao padecer de uma *frenitis*, o enfermo corria o risco de perder o senso da realidade a ponto de sofrer de delírios auditivos e de confundir objetos e pessoas.

3.2 Paradigmas da história da psiquiatria

3.2.1 Alienação mental

O primeiro paradigma é situado historicamente entre os anos 1793 e 1854, época marcada por uma unidade nosológica singular na patologia mental. A medicina mental francesa era referência na Europa, tendo os hospitais de Salpêtrière e Bicêtre como principais cenários.

O ato de classificar a alienação mental como loucura achava-se suscetível ao risco de associá-la com “erros”, “extravagâncias” e outras “depravações” que, segundo o psiquiatra Philippe Pinel, são próprias da espécie humana (PINEL, 1809 apud LANTÉRI-LAURA, 2000). Pinel foi o responsável pela diferenciação entre a loucura e a alienação mental, atitude essencial para demarcar esta última enquanto termo técnico da área médica e separá-la de outras enfermidades de origem orgânica. Esta mudança de visão leva o *alienado* ou *insensato* a ser encarado como uma pessoa assolada por uma enfermidade, escapando do poder da polícia e da justiça e impedindo que seja preso como um malfeitor. Lidar com este sujeito passa a ser responsabilidade da medicina. Exceto em casos de blasfêmia e de regicídio, o direito penal do Antigo Regime francês entendia que a própria doença já era um martírio muito grande para ser suportado pelo alienado, enviando-o para Centros de Atenção.

A alienação foi então conceituada como uma enfermidade autônoma, possuidora de quatro aspectos possíveis⁴, porém jamais redutíveis a patologias propriamente ditas. A terapêutica era igualmente unitária: o tratamento moral da loucura, que consistia no isolamento social do alienado⁵ em asilos exclusivos. Era necessário buscar no paciente o que restava de sua razão e ocupá-lo com um trabalho direcionado a seu apaziguamento – um trabalho repetitivo e puramente mecânico – e ao bem da instituição (LANTÉRI-LAURA, 2000). Em termos logísticos, os asilos possuíam uma estrutura hierarquizada e eram organizados como uma microsociedade. A demora na compreensão de seu funcionamento e outras dificuldades levaram a acusações posteriores de que este ambiente conduzia à cronicidade e à iatrogenia (ALLILAIRE, 2007).

A alienação mental era o modelo que regia principalmente as tradições psiquiátricas francesa e alemã do Século das Luzes até a metade do século XIX. Era encontrada também nas tradições italiana e inglesa, com algumas ressalvas. Na França, os principais representantes do paradigma da alienação mental foram o próprio Pinel e seu discípulo Jean-Étienne Esquirol; o

⁴ Mania, melancolia, demência e idiotia.

⁵ Segundo Allilaire (2007), o próprio termo “alienação” já contém uma carga social; deriva do latim *alienus*, que pode ser traduzido como “estrangeiro”.

aluno de Esquirol, Étienne Georget; e Antoine L. J. Bayle, discípulo de Royer-Collard. Fora da França, o cenário estava disposto da seguinte forma: na Itália e na Bélgica, Vincenzo Chiarugi e Jozef Guislain, respectivamente; e na Alemanha, Johan C. A. Heinroth, Karl W. Ideler, Carl W. M. Jacobi e Wilhelm Griesinger (LANTÉRI-LAURA, 2000).

A crise do primeiro paradigma data do período entre 1850 e 1860, momento em que o psiquiatra Jean-Pierre Falret desempenha um papel importante na história da psiquiatria. Falret, juntamente com Pinel e Esquirol, compunha a tríade de maior influência neste momento da medicina mental francesa. Sua clínica utiliza um modelo dialético, que valoriza a subjetividade do paciente e visa uma estabilidade metodológica entre a observação, a teoria e a prática psiquiátrica (RAMOS, 2010). Este psiquiatra fazia uma oposição crítica à ideia de alienação mental, defendendo a existência de um número mínimo de enfermidades autônomas.

Além do movimento de resistência encabeçado por Falret, os avanços técnicos no cuidado de crianças com idiotia tornavam cada vez mais difícil reduzi-la a uma forma de alienação. Os métodos educacionais utilizados nestas crianças nada tinham a ver com o tratamento moral da loucura proposto por Pinel. O conceito de monomania desenvolvido por Esquirol era outro obstáculo: o termo acabou sendo utilizado por magistrados como sinônimo de cleptomania e piromania, de modo que o diagnóstico era confundido com um comportamento e acabava enquadrando pessoas que não estavam de fato enfermas. Além disso, o paradigma da alienação mental não dava conta dos progressos realizados pela medicina anátomo-clínica. Através nas novas técnicas de percussão torácica, era possível fazer o diagnóstico positivo e diferencial de doenças pulmonares sem necessariamente precisar de signos físicos que na época só podiam ser constatados no *post-mortem* do paciente. Isto impulsionou uma necessidade de que os alienistas também adotassem um método clínico que fosse padronizado e mais ativo (LANTÉRI-LAURA, 2000).

3.2.2 Enfermidades mentais

O paradigma seguinte estabeleceu uma pluralidade de enfermidades mentais. Se desde a Antiguidade o conceito de enfermidade era igualmente plural – passando pelo *corpus hippocraticum*, Paracelso e Galeno –, é Thomas Sydenham⁶ que irá fixá-lo na fórmula que é mantida até hoje. Este é o período em que de fato foi constituído o conjunto de elementos

⁶ Sydenham propõe um retorno a Hipócrates que não deve ser compreendido como sinônimo de retorno à teoria humoral. A questão envolvida neste retorno é a retomada do método clínico com foco em uma observação cuidadosa, que seja anterior a concepções teóricas (LANTÉRI-LAURA, 2000).

semiológicos pertencentes à psiquiatria, ao qual Lantéri-Laura (2000) refere-se como um *thesaurus semioticus*.

Estas enfermidades formam “um conjunto enumerável, finito e entre cujos elementos discretos há intersecções vazias” (LANTÉRI-LAURA, 2000, p. 141). Finito, pois há um número limitado de enfermidades. Um dia todas elas serão localizadas e descritas; portanto, são também enumeráveis. Por último, se são autônomas, são também irreduzíveis entre si. Entre elas há intersecções vazias, pois cada uma deve possuir uma evolução própria e encontrada em todos os pacientes afetados.

A prática psiquiátrica deste período era centrada no diagnóstico positivo e no diagnóstico diferencial, perspectivas decorrentes de uma primazia da semiologia e clínica em relação à terapêutica. O psiquiatra, a exemplo de Falret, deveria dedicar-se primeiramente a uma investigação ativa com vistas a um diagnóstico, para só então determinar o tipo de tratamento mais adequado. Falret determinou então quatro enfermidades irreduzíveis: a paralisia geral (ou loucura paralítica); a loucura circular; a loucura epilética; e o delírio alcoólico (agudo ou crônico) (LANTÉRI-LAURA, 2000).

Em 1870, Falret faleceu e com ele a *médecin mentale* francesa, até então dominante, começou a entrar em derrocada. O posto principal foi ocupado posteriormente pela tradição alemã. Este é o momento em que a disciplina passou de fato a se chamar psiquiatria (RAMOS, 2010). O valor da informação dos sintomas subjetivos foi diminuindo ao longo do século XIX, dando lugar à importância dos signos físicos (inspeção, apalpações etc.).

A prática de batizar uma doença com o nome de seu “descobridor” era uma forma de imortalizar um legado. Por conta disso, muitas enfermidades foram surgindo e o paradigma das enfermidades mentais começou a entrar em crise. Além da multiplicação de doenças, a ideia de localizações cerebrais estava caindo em desuso.

A psicanálise desempenhou um papel marcante para que este paradigma se tornasse obsoleto: Freud construiu uma classificação das neuroses, dividindo-as entre as “neuroses atuais” – neurose de angústia, hipocondria, neurastenia – e as “neuroses de transferência”, também chamadas de “neuroses de defesa” – neuroses fóbica, conversiva e histeria de conversão. Enquanto o ponto de vista clínico tendia a separar as enfermidades mentais em unidades, a metapsicologia freudiana as reunia, trazendo de volta um certo nível de unidade diante de demasiadas fragmentações (LANTÉRI-LAURA, 2000).

Lantéri-Laura (2000) demarca o encerramento do segundo paradigma no ano de 1926. O congresso de Genebra-Lousana foi escolhido como o marco que representa o fim das enfermidades mentais, pois foi durante este evento que Eugen Bleuler apresentou seu trabalho

sobre as esquizofrenias – referidas tanto no plural como no singular. O texto de Bleuler sugere que este grupo morboso “não pode se tratar de uma reagrupação secundária de enfermidades primitivamente separadas entre si” (LANTÉRI-LAURA, 2000, p. 168). Esta leitura das esquizofrenias só se torna coerente a partir do momento em que este grupo é pensado não mais como uma nova enfermidade, mas enquanto estrutura.

3.2.3 Grandes estruturas psicopatológicas

O conceito de estrutura povoou a comunidade científica do pós-guerra em diversas áreas, com destaque na antropologia de Lévi-Strauss e na linguística de Ferdinand de Saussure, Louis Hjelmslev e Roman Jakobson. Em psiquiatria, o uso da noção de estrutura fez parte de um movimento que articulou uma tentativa de retorno a uma unidade, porém sem cair em um uso romântico da ideia de totalidade. A psicopatologia, que outrora era sinônimo de psiquiatria, entrou em ascensão: tomou a posição de dominância que pertencia a esta última, que a partir de então se limitou a aplicações derivadas da primeira.

A oposição entre neurose e psicose foi de grande relevância para o paradigma, além de constituir a maior contribuição da psicanálise da época. Esta dualidade combinava uma resposta válida à demanda por unidade, mas também mantinha um nível de diferença entre as estruturas que seria mais psicopatológico do que clínico. Ambos os termos já existiam antes do surgimento do paradigma das grandes estruturas psicopatológicas. A neurose, termo criado por William Cullen em 1769, designava inicialmente um agrupamento de afecções funcionais, caracterizadas por alterações motoras e afetivas (LANTÉRI-LAURA, 2000). Já o termo psicose foi cunhado por Ernst von Feuchtersleben em 1845 e utilizado como sinônimo de doença mental até o século XIX, quando também se tornou sinônimo de alienação mental (DEMANGEAT, 2005).

O fim do paradigma das enfermidades mentais culminou em certo declínio da atividade diagnóstica, acarretando uma divisão entre duas categorias diagnósticas comuns a este período. A primeira categoria é o diagnóstico por empatia, cujo maior representante é Henricus Cornelius Rümke. Consistia na procura por um sintoma nuclear, sobre o qual se tentava reter o sentimento que o clínico experimentava no diálogo com o paciente para que se pudesse analisar a continuidade desses sentimentos e o que poderia ser desencadeado a partir deles. A outra categoria possuía mais rigor teórico: o diagnóstico estrutural, que alcança maior destaque com o organodinamismo de Henri Ey.

Segundo Lantéri-Laura (2000), o “organo” do organodinamismo de Ey nada tinha a ver com um organicismo que por vezes lhe foi atribuído. Antes disso, referia-se a uma possibilidade

de organização e de eventual desorganização patológica do sujeito. Já o “dinamismo” era relacionado a uma potência da existência humana. Ey construiu uma representação de mundo, estruturada em três níveis: o primeiro, da matéria inerte; o segundo, o mundo dos seres vivos, constituídos pelos mesmos átomos da matéria inerte, mas superior a este evolutivamente pelo fator vida; e o terceiro, o mundo do espírito, baseado no mundo vivo, mas nunca reduzido a ele.

A estrutura de níveis de Ey e sua dimensão antropológica compunham a imagem de um sujeito frágil, suscetível a desestruturações globais ou parciais. A questão da liberdade está aí inserida: primeiro, ela marca a diferença entre o mundo do espírito, que é a morada do sujeito, e segundo nível, distinguindo esse sujeito das outras coisas vivas. Em seguida, é a perda dessa liberdade que está em jogo quando se fala em uma desestruturação global.

Não existiram grandes mudanças no modelo de diagnóstico neste período, já que a maior parte dos psiquiatras continuava buscando por sintomas sem uma maior preocupação em distingui-los entre primários e secundários. O objetivo maior destes profissionais não era chegar a uma conclusão sobre qual era a estrutura a que o paciente correspondia, mas ao simples diagnóstico diferencial.

O crescimento da variedade de neurolépticos, ansiolíticos e outras drogas contribuiu para a crise deste paradigma. Ademais, a multiplicidade de tratamentos exigia novamente uma variedade clínica diferenciada, que não estivesse rigidamente presa ao dualismo neurose *versus* psicose. O favorecimento do aspecto prático em relação ao aspecto teórico na formação clínica foi mais um dos motivos de seu fracasso. Seu encerramento é historicamente situado por Lantéri-Laura (2000) no ano de 1977, com a morte de Henri Ey.

3.3 Um possível paradigma psiquiátrico atual

Algumas questões são levantadas por Lantéri-Laura (2000) depois de concluir a exposição do terceiro paradigma psiquiátrico. O que acontece após a queda das estruturas psicopatológicas? Um quarto e novo paradigma já se estabeleceu? O autor se preocupa sobretudo com a possibilidade de comprová-lo, isto é, em saber se há ou não meios reais para abordar esta questão. Lantéri-Laura (2000) prossegue o trabalho elencando as condições mínimas necessárias para o estabelecimento de um paradigma atual, e as aporias encontradas neste percurso.

Antes de tudo, é preciso observar atentamente as transições anteriores. Entre o primeiro e o segundo paradigmas, dificuldades *intrínsecas* surgiram. A alienação mental suscitou dentro de seu escopo um autoquestionamento e gerou um sentimento de obsolescência entre os alienistas da segunda geração. Entre o segundo e o terceiro paradigmas, as dificuldades foram

extrínsecas, devido a contribuições de outras áreas, como a *Gestalttheorie* e a filosofia fenomenológica. As mudanças ocorreram por motivos distintos. Não há um padrão.

Outro fator assinalado corresponde à posição ocupada pelo pesquisador em face de um paradigma:

A situação em que nos encontremos a respeito de um paradigma pode ser decisiva para seu conhecimento. Quando nunca estivemos situados nele, ou quando este nos abandonou, pudemos identificá-lo como tal (...); porém quando nos situamos em seu interior, nos é extremamente difícil conhecer algo verdadeiramente característico do paradigma enquanto tal, e nos arriscamos com frequência a não reconhecê-lo, substituindo-o, quase sem dar-nos conta, por uma teoria ou uma doutrina (LANTÉRI-LAURA, 2000, p. 258).

Para identificar o que seria um quarto paradigma psiquiátrico, é necessário buscar o dito denominador comum, que deve ser razoavelmente aceito como pressuposto por todos no campo da saúde mental. Dito isso, o que unifica estes saberes atualmente? Lantéri-Laura (2000) esclarece que a tentativa pode ter dois caminhos desastrosos: a via de um ecletismo generalizado, ou a via das regulações parciais que não alcançam o estatuto de paradigma. O livro é concluído sem uma resposta definitiva. Em lugar disso, o autor cede duas alternativas possíveis: ou a definição de um quarto paradigma necessita aguardar pelo progresso psiquiátrico um pouco mais ou simplesmente sua existência não é possível.

Contudo, Lantéri-Laura dedica um espaço a falar das *síndromes* como um possível caminho a se seguir. As síndromes são definidas como um “agrupamento de sintomas correlacionados entre si e que nos conduzem a mais de uma etiologia conhecida”, tendo por característica principal uma evolução regular (LANTÉRI-LAURA, 2000, p. 262). O termo “síndrome” será tomado aqui como sinônimo de transtorno mental, observadas as aproximações dos dois conceitos conforme a descrição deste último na CID-10 (OMS, 1993)⁷.

A síndrome é um conceito antigo, criado pelo psiquiatra Phillippe Chaslin durante o paradigma das enfermidades mentais. Sua origem moderna remonta sobretudo a Karl Jaspers e a seu discípulo, Kurt Schneider. Para Jaspers, é preciso compreender que o estudo da síndromes implica saber que nem todas elas possuem uma origem conhecida. Os elementos relevantes para o fechamento de um diagnóstico são os sintomas apresentados pelo paciente.

O fator etiológico das síndromes constitui justamente uma das principais críticas ao seu conceito moderno. A admissão da síndrome como paradigma psiquiátrico propiciaria um abandono da dimensão etiológica, o que leva doença e sintoma a se equivalerem. Em outras palavras, a síndrome “enquanto unidade semiótica responde a uma estrutura que os autores

⁷ Segundo a CID-10 (OMS, 1993, p. 5), um transtorno mental é “um conjunto de sintomas ou comportamentos clinicamente reconhecível, associado, na maioria dos casos, a sofrimento e interferência com funções pessoais”.

medievais denominavam *aliquid pro aliquo*, quer dizer, uma coisa em lugar de outra anunciada por ela” (LANTÉRI-LAURA, 2000, p. 265). A partir deste raciocínio, os critérios diagnósticos seriam basicamente fundamentados na ausência ou na presença de sintomas (SILVA JÚNIOR, 2016).

3.4 Psicanálise e sistema DSM

De acordo com Gori (2005), a psicopatologia hoje está dividida em duas lógicas muito distintas. A primeira delas remete ao conhecimento trágico da psicanálise e a uma clínica do um a um que é incapaz de nivelar todas as flutuações de um caso a outro. A segunda é comportamental, focada na classificação e quantificação de transtornos mentais. Esta última se serve do *Diagnostic and Statistic Manual os Mental Disorders* (DSM), manual da Associação Americana de Psiquiatria (APA). Atribui-se ao DSM uma ambição de se estabelecer como uma classificação “consensual, convencional e tendencialmente desambiguadora”, e ainda uma “aspiração a constituir-se em um ‘ordenamento’ de natureza regular, exaustivo e universalizável” (DUNKER; KYRILLOS NETO, 2011, p. 3). O sistema DSM se pretende ateuórico, com procedimentos e resultados somente oriundos da observação clínica e independentes de laços históricos (LANTÉRI-LAURA, 2000).

Na primeira edição do DSM se reconhece uma tentativa de reunir esforços classificatórios anteriores, cujo papel da psicanálise era bastante relevante. Nos EUA dos anos 40, existiam pelo menos três sistemas diagnósticos diferentes: o *Standard*, criado em 1933; aquele utilizado pelas Forças Armadas; e o sistema da Administração dos Veteranos. Isso quer dizer que no começo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a psiquiatria americana já contava com alguns manuais usados como referência para nomear quadros clínicos.

As perseguições nazistas durante a Segunda Guerra Mundial fizeram com que muitos psicanalistas judeus emigrassem da Europa. Grande parte deste contingente se deslocou para os Estados Unidos. Quando os Aliados venceram e a guerra chegou ao fim, a cultura americana passou por um processo de promoção e valorização. A mudança foi tão radical que mesmo o alemão, língua até então predominante nos veículos de transmissão das ideias freudianas, passou a ser substituído pelo inglês. Segundo Roudinesco (1986/2012) e Mijolla (2005c), isto favoreceu a expansão e a admiração exagerada (por parte dos europeus) de uma corrente psicanalítica tida como adaptativa, pragmática e liberal, que se apresentava como uma oposição perfeita ao totalitarismo soviético. A versão americana da psicanálise era entendida como uma técnica cuja orientação deveria ser predominantemente médica (ROUDINESCO, 1986/2012).

Inúmeras dificuldades de aplicação das nomenclaturas vigentes surgiram no pós-guerra, pois cada caso precisava ser enquadrado num diagnóstico cuja causa de morbidade deveria ser apontada de forma precisa. Isto era até então inédito, pois essa regra não se aplicava a todos os civis. As nomenclaturas existentes deixavam de fora cerca de 90% desses casos, já que apenas 10% deles parecia se encaixar nas categorias até então comumente vistas nos hospitais psiquiátricos públicos dos EUA. Distúrbios de personalidade relativamente sem importância fora do *setting* militar eram classificados como Personalidade Psicopática. Não havia subsídio teórico para diagnosticar os sintomas de estresse dos ex-combatentes. Novos termos precisaram ser criados para atender a esta necessidade (APA, 1952).

O DSM-III contou com diversas mudanças metodológicas. A partir desta edição, constatou-se um metódico afastamento entre a psiquiatria e a psicanálise. O conceito de síndrome foi sistematizado (LANTÉRI-LAURA, 2000); o psicodinamismo foi substituído pelo viés comportamental (GORI, 2005); e o termo “neurose” foi admitido como categoria clínica pela última vez.

O diagnóstico multiaxial é considerado por Dunker e Kyrillos Neto (2011) como o último resquício de uma base psicanalítica, pois leva em conta fatores psicossociais e ambientais. Este diagnóstico passou a ser substituído na atual edição (DSM-5) por um diagnóstico dimensional (RESENDE et al., 2015). O novo modelo insere uma variedade de transtornos mentais em um *continuum*. Estes transtornos eram anteriormente vistos de modo isolado; agora passam a ser entendidos como graus diferentes em um mesmo limiar (a depressão e a ansiedade representando dois extremos de um mesmo transtorno, por exemplo) (RESENDE, 2014). O principal produto desta mudança é a possibilidade de predição de transtornos.

Este caráter preditivo do DSM-5 carrega o ônus de contribuir para tratamentos medicamentosos desnecessários e as consequências que podem derivar deles, a exemplo do estigma social (RESENDE, 2014). A universalização deste modelo pressupõe ainda uma hierarquia do médico e de seu discurso sobre os demais profissionais da saúde mental (RESENDE et al., 2015). Mudanças nas modalidades de entrevista fazem com que os sintomas sejam categorizados de acordo com padrões predefinidos no manual (DUNKER; KRILLOS NETO, 2011). A dimensão clínica é substituída pela atividade estandardizada de aplicação de protocolos e entrevistas igualmente estandardizadas (GORI, 2005).

O aumento no número de transtornos é exponencial (Tabela 1): a primeira versão do DSM possuía à época 182 categorias diagnósticas (DUNKER, 2015), enquanto a quinta e mais recente versão chega a 450 (RESENDE, 2014). Este aumento tem múltiplas causas possíveis. Uma delas é a diluição de antigas categorias diagnósticas “interpretativas”, como a neurose e a

psicose (DUNKER, 2015). Logo, doenças que outrora eram classificadas sob o grande leque de histerias hoje podem ser classificadas como inclusas no “espectro histórico”, entre elas as dismorfias corporais e os transtornos alimentares (COSTA; LANG, C. E., 2016).

Tabela 1: Número de categorias diagnósticas de acordo com as edições do manual DSM.

Ano	Versão	Número de quadros
1952	DSM-I	106
1968	DSM-II	182
1980	DSM-III	265
1987	DSM-III-R	292
1994	DSM-IV	297
2000	DSM-IV-TR	318
2013	DSM-5	450

Fontes: Dunker; Kyrillos Neto, 2011; Resende, 2014.

Para Silva Júnior (2016), a forma como os sintomas e categorias psicopatológicas são interpeladas depende de como as próprias expressões do sofrimento estão historicamente condicionadas. Para tanto, é necessário analisar de que maneira um dado discurso se organiza socialmente e com que recursos linguísticos o sujeito narra sua própria trajetória. A sociedade é regida atualmente por uma ideologia neoliberal, de maneira que o discurso está intrinsecamente ligado a questões econômicas próprias do neoliberalismo.

O *marketing* farmacêutico trata de captar consumidores, transformando uma ética do cuidado em mera prestação de serviço (GORI, 2005). As estratégias encontradas são diversas: 1) potencializar a importância que uma doença possui naquela sociedade, promovendo sua divulgação e “conscientização”; 2) mudar a conceituação de uma doença que já existe para minimizar a discriminação que assola os sujeitos acometidos – como a mudança da expressão “impotência viril masculina” para “disfunção erétil”–; ou 3) criar uma nova doença, que atenda às necessidades ainda não exploradas no mercado – como a criação do transtorno disfórico pré-menstrual, cujo remédio prescrito é o Safarem, nova roupagem dada ao Prozac (SILVA JÚNIOR, 2016).

A título de ilustração, Dunker (2015) faz uma breve retrospectiva da medicalização da infância no contexto brasileiro. Até os anos 70, a prescrição de remédios era restrita a pacientes infantis com disfunções cerebrais mínimas. A partir da referida década, crianças disléxicas começaram a ser medicadas; e dos anos 90 em diante, as crianças foram diagnosticadas com transtorno de déficit de atenção (TDA), com ou sem hiperatividade.

Apesar da existência dos diagnósticos sem medicação, “não há medicalização sem diagnóstico” (DUNKER, 2015, p. 20). Portanto, é preciso refletir sobre este diagnóstico – ou diagnóstica, que é a maneira como o autor se refere a toda a dimensão discursiva que margeia essa tarefa. Enquanto o diagnóstico tem por objetivo o reconhecimento de sintomas para encaixá-los nas categorias do *thesaurus semiologicus*, a diagnóstica, no feminino, está mais interessada na confluência do mal-estar, do sofrimento e do sintoma.

A principal dificuldade (e vulnerabilidade) da psiquiatria em relação às outras disciplinas médicas é que seus sintomas – e os signos que os designam – não são fixos (SILVA JÚNIOR, 2016). O trabalho do psiquiatra não passa apenas pela tradução das expressões não especializadas trazidas pelo paciente, mas por uma fixação de signos que em geral são polissêmicos (LANTÉRI-LAURA, 2000). Esta polissemia implica a diversidade de significados passíveis de ser atribuídos a cada termo. As “novas formas de subjetivação” apresentam-se sob formas de saber anteriores à análise. São nomeações que atravessam a questão nosológica e evocam diagnósticos que já chegam fechados à clínica, repetidos pelos pacientes com a intenção de complementar suas falas (SILVA JÚNIOR, 2016).

O diagnóstico em psicanálise é diferente da diagnóstica médica. Isto inclui o trabalho com o diagnóstico que é trazido pelo próprio paciente e que por vezes precisa passar por uma desconstrução. São diagnósticos que perpassam as dimensões das relações trabalhistas e educacionais, relações estéticas, familiares etc. (DUNKER, 2015). Concorde-se com uma visão funcionalista-descritiva das patologias mentais que poderia ainda ser definida como *antiessencialista e relacional*: antiessencialista, por não estar fundada em uma natureza ou essência; e relacional, por entender que existem expressões e relações sociais que não podem ser separadas deste diagnóstico, que estão implicadas até mesmo na escolha dos termos que são utilizados para designar tais patologias. Ainda neste sentido, Dunker e Kyrillos Neto (2011) discorrem:

A crença de que as doenças mentais dependem de construtos sociais não é ameaçadora à psiquiatria por questionar a existência profissional de psiquiatras; ela é ameaçadora por não oferecer a estabilidade requerida para criar um sistema preditivo (...) entre fenômenos, que é uma expectativa inerente a toda forma de medicina. A crença de que estruturas clínicas dependem do funcionamento do sistema nervoso não é ameaçadora à psicanálise por questionar a existência do inconsciente ou da pulsão; ela é ameaçadora por descrever o sofrimento e os sintomas em uma semiologia (relações de classe) refratária à intervenção pela palavra, sob transferência. (DUNKER; KYRILLOS NETO, 2011, p. 4).

As doenças mentais possuem enfim uma evolução histórica e antropológica (DUNKER, 2015). A retrospectiva histórica feita por Lantéri-Laura (2000) demonstra que é possível pensar uma *construção* das psicopatologias, entendendo esta construção como um processo de

invenção, criação, composição ou elaboração dos sintomas e de suas nomenclaturas ao longo do tempo. A invenção não constitui uma operação epistêmica regida por uma regra (BUNGE, 2001), o que depõe a favor da ideia de construção. A psicopatologia é diacrônica e mutável, pois o valor das categorias diagnósticas muda a cada paradigma. Doenças desaparecem e novas doenças surgem. Síndromes particulares como a doença dos “saltadores” do Maine estão sendo erradicadas (DUNKER, 2015), enquanto a criação (ou *branding*) de uma doença, associada a uma demanda mercadológica medicamentosa, tende a transformar sofrimentos ordinários em categorias diagnósticas. As narrativas construídas hoje primeiro nomeiam esse sofrimento, para em seguida expor uma causa e solução (SILVA JÚNIOR, 2016). A banalização ocasionada por estas tendências tenciona a desvinculação entre estes sofrimentos e seu contexto histórico-social, levando a uma diminuição da responsabilidade do sujeito sobre sua própria condição. Se os sentidos estão em estado de suspensão, a culpa agora recai sobre o corpo: “não estou doente, meu corpo é que está”.

À guisa de conclusão deste capítulo, faz-se necessário discutir o futuro incerto do DSM. O National Institute of Mental Health (NIMH) anunciou a interrupção do financiamento do DSM (TEIXEIRA, P. M., 2015). Insel (2013) apud Teixeira, P. M. (2015, p. 164) expõe os problemas de confiabilidade e validade deste sistema: “o diagnóstico do DSM é baseado no consenso sobre agrupamentos de sintomas clínicos (...). No resto da medicina, isto seria equivalente a criar sistemas diagnósticos baseados na natureza da dor no peito ou na qualidade da febre”.

O DSM ainda levará tempo para se tornar obsoleto, muito embora autores como Laurent (2013) já anunciem “o fim de uma época” na psiquiatria. Diante de tantas críticas e organizações que lutam contra a classificação, será preciso que outro manual consiga visibilidade suficiente para tomar o seu lugar. O projeto *Research Domain Criteria* (RDoC) desponta como um possível sucessor, integrando ciência cognitiva, neuroimagem, genética e outras variantes, baseadas nos eixos cognição, emoção e condutas (LAURENT, 2013; TEIXEIRA, P. M., 2015). O RDoC parece seguir uma mesma tendência atórica, de ênfase cognitiva e de distanciamento da psicanálise presentes no DSM desde a sua terceira edição. O fim do DSM abrirá a possibilidade de resposta às síndromes: ou serão enfim classificadas como o quarto paradigma psiquiátrico, ou continuarão resumidas a mais um discurso genérico.

4 CHARLES MELMAN E NOVAS FORMAS CLÍNICAS

4.1 Charles Melman: uma apresentação

O parisiense Charles Melman [1931-] começou a estudar medicina nos anos 40, aos 17 anos (ROUDINESCO, 1986/1993). Em 1956, estudava para a residência médica com dois colegas: Pierre David e Jean Laplanche. Este último fazia análise com Jacques Lacan e o recomendou para os amigos. Melman iniciou sua própria análise com Lacan no ano seguinte (MELMAN, 2007).

O movimento psicanalítico francês nas décadas de 50 e 60 estava em plena ebulição. A criação de um panorama histórico faz-se portanto necessária. Ainda em 1953 ocorrera uma cisão no interior da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), consequência de uma longa discussão sobre os métodos clínicos adotados por Lacan; suas “sessões de tempo variável em periodicidade não convencional” (DUNKER, 2007, p. 407) eram desaprovadas pela Associação Internacional de Psicanálise (IPA) (LANG, J.-L., 2005; SÉDAT, 2005a) e sua própria condição de psicanalista didata era questionada. Após ser deposto da presidência da SPP, Lacan se demitiu, junto com Blanche Reverchon-Jouve, Daniel Lagache, Françoise Dolto e Juliette Favez-Boutonier. Naquele mesmo ano, este grupo criou a Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP) (MIJOLLA, 2005a).

O problema era que, ao se desligarem da SPP, os dissidentes também estavam se desligando da IPA. Durante os 12 anos seguintes, eles tentaram se vincular novamente, mas sem sucesso (LANG, J.-L., 2005; MIJOLLA, 2005a). A SFP foi admitida provisoriamente em 1961 na condição de grupo de estudo, designando membros de forma individual e ditando “recomendações técnicas” que questionavam as práticas clínicas de Lacan e de Dolto. O congresso de Estocolmo em julho de 1963 era o prazo final para a resposta da IPA à filiação. Neste mesmo mês, parte dos membros da SFP assinou uma moção na qual exigiam que Lacan e Dolto fossem removidos das atividades de formação da sociedade. Assim, ambos deixaram de ser didatas da sociedade (MIJOLLA, 2005b). O grupo se dividiu entre os que apoiavam Lacan e os que apoiavam Lagache.

Aqueles que ficaram ao lado de Lagache foram admitidos pela IPA sob o título de *French study group* (LANG, J.-L., 2005). Em contrapartida, alguns lacanianos remanescentes criaram o Grupo de Estudos Psicanalíticos (GEP) em dezembro de 1963. O GEP era formado majoritariamente por estudantes em formação e representava uma terceira via, isto é, os membros tinham liberdade para se declararem lacanianos sem que tomassem partido de nenhum dos lados do conflito político. Opiniões divergem: Jean-Louis Lang (2005) afirma que o grupo nunca foi reconhecido pela SFP, enquanto Jean Clauvreul (2007), fundador do GEP, afirma que

havia um caráter essencialmente informal que tornava a legalidade algo irrelevante. Lacan os tinha como o “resto” da SFP, ou seja, os últimos em quem ele depositava alguma esperança. A oposição acusou o GEP de funcionar como uma espécie de embrião de sociedade. Melman frequentava o GEP (ROUDINESCO, 1986/2012).

Após a segunda expulsão de Lacan e a dissolução da SFP, os membros do GEP constituíram a base da Escola Francesa de Psicanálise, logo mais rebatizada como Escola Freudiana de Paris (EFP). De acordo com Sédat (2005b) e Roudinesco (1986/1993), o *Ato de Fundação* da EFP em 1964 é solene e carregado de um sentimento de reconquista. A criação do Departamento de Psicanálise de Vincennes-Paris VIII em 1969 também representava grandes possibilidades para os dissidentes da SFP e membros da nova Escola.

Ao longo de sua trajetória, Melman ocupou lugares de destaque na EFP e nos seminários. Era analista membro de Escola (AME) e foi membro do último diretório em 1967, como um dos responsáveis pelo ensino. Posteriormente, em 1974, foi designado por Lacan para o Departamento de Vincennes, junto a Jacques-Alain Miller e Jean Clauvreur (QUINET, 2009; CLAUVREUL, 2007).

Durante o seminário *O ato psicanalítico* (LACAN, [1967-1968]), Lacan atribuiu a Melman a função de coordenação de um dos seminários fechados que aconteceriam durante aquele ano – mais precisamente, a Classe 8, de 31 de janeiro de 1968. A própria ideia de dar espaço a este modelo de reunião restrita aos psicanalistas da Escola foi em parte atribuída a ele por Lacan. Nesta ocasião, Melman reafirmou a potência do seminário fechado como um lugar de formalização de discussões que já aconteciam de modo informal; comandou o debate a respeito dos tópicos até então abordados naquele seminário e lançou alguns questionamentos para os psicanalistas presentes: “(...) a entrada na psicanálise, por exemplo, é um ato? Instalar-se como psicanalista deve se classificar na categoria de ato? (...) O campo da psicanálise existia antes de seu nascimento? Onde ele estava? Ou, em todo caso, quem o conhecia?” (LACAN, [1967-1968], p. 59).

Melman teve uma atuação essencial no funcionamento e publicação da *Scilicet*, revista que possuía o diferencial de propor artigos “não assinados”. Os nomes dos autores não eram designados a cada texto, de modo que os autores eram responsáveis por seu conjunto. Apenas Lacan tinha a autoridade e o privilégio de assinar seus próprios artigos, o que de certa forma propagou um sentimento de destituição subjetiva no interior da EFP (ROUDINESCO, 1986/1993). A prática do não assinar foi descartada após a edição 2/3, por decisão de Melman. A lista de autores passou a ser omitida e a *Scilicet* tornou-se enfim anônima. Esta atitude revela

o poder que exercia com relação à publicação. Não existia um corpo editorial definido, e Melman ocupava uma posição quase solitária na direção da revista (PORGE, 2001).

Motivado pelo trabalho junto à *Scilicet*, Melman esteve também à frente do empreendimento de escrita do *Dictionnaire raisonné et critique de la psychanalyse*. O dicionário pretendia ampliar a difusão da psicanálise, e para tanto seria direcionado também ao público universitário. O primeiro esboço propunha uma monumental avaliação do conhecimento humano a partir da psicanálise freudiana. Apesar do apoio de Lacan e da intenção de unir a EFP, o projeto do dicionário – que acabou sendo abandonado – tornou visíveis as divisões internas do grupo (ROUDINESCO, 1986/1993).

Após a dissolução da EFP, Melman esteve mais uma vez em posição diretiva ao lado de Miller e Solange Faladé quando Lacan fundou a Causa Freudiana em 1980 (SÉDAT, 2005a; 2005b). Algumas discordâncias levaram parte do grupo a se desligar de Miller. Melman, Clavreul e Faladé criaram então o Centro de Estudos e Pesquisas Freudianos (CERF), que se separou um ano depois (ROUDINESCO, 1986/1993; CLAUVREUL, 2007). Em 1982, Melman fundou a Associação Freudiana juntamente com Marcel Czermak, Claude Dorgeuille e Jean Bergès, todos psiquiatras oriundos do Hospital Sainte Anne (MELMAN, 2014). A instituição foi renomeada como Associação Lacaniana em 1987 e, enfim, como Associação Lacaniana Internacional (ALI) em 1992.

A ALI é considerada por Marini (1990) como uma das escolas estritamente lacanianas pós-cisão da EFP. Este parecer é reforçado por Roudinesco (1986/1993), que aponta na ALI a manutenção da estrutura formativa de Lacan por continuar fazendo uso do passe. Os objetivos da associação dizem respeito à formação e à qualificação dos psicanalistas, assegurando a importância do estudo de textos fundamentais (ALI, 2017). Entre suas publicações descontinuadas estão a *Discours psychanalytique*, *Le journal de la psychanalyse de l'enfant* e *Le trimestre psychanalytique*. As revistas ainda em atividade são *Le journal français de psychiatrie* (JFP), da qual Melman e Czermak são redatores-chefe; *La Revue Lacanienne*; *Le bulletin freudien*, editada pela Associação Lacaniana da Bélgica; e *La Célibataire*, da qual Melman é diretor (SÉDAT, 2005c; ALI, 2017).

Melman está ainda engajado em outras associações. Tornou-se decano da direção de escola e do comitê pedagógico da Escola Prática de Estudos Avançados em Psicopatologias (EphEP, 2017), instituição de formação para profissionais de diversas áreas. Melman também é um dos membros criadores da Fundação Europeia pela Psicanálise (FEP), instituída em 1991, juntamente com Dumézil, Safouan e Gérard Pommier (FEP, 2017). Esta entidade tem função importante diante da discussão sobre a formalização da psicanálise e psicoterapias na Europa e

na França e, assim como a ALI, faz parte do movimento Stop DSM (STOP DSM, 2017). Tanto a ALI quanto a FEP integram o *Groupe de Contact* (Grupo de Contato), reunião de associações psicanalíticas que trabalha a questão da regulação e reconhecimento da psicanálise junto ao Estado e ao Ministério da Saúde francês (SÉDAT, 2007). Paralelo a tudo isso, Melman é um dos fundadores e delegado geral de atividades do Comitê Freud, organização que luta para que a obra de Freud se torne patrimônio cultural mundial através do programa internacional Memória do Mundo, da UNESCO (COMITÉ FREUD, 2017).

As ligações de Melman com o Brasil remetem aos anos 1980, época em que um grupo de franceses desembarcou no sul do país para participar da 1ª Semana de Atividades Psicanalíticas (GAGEIRO; TOROSSIAN, 2014). Além de Melman, a comitiva francesa contava com a presença de Czermak, Christiane Rabant-Lacôte e do italiano Contardo Calligaris. Esta visita rendeu muitos frutos: Calligaris estabeleceu-se em Porto Alegre e reuniu os grupos psicanalíticos até então dispersos, fundando a Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA) (GOMES; GAUER, 2005).

De acordo com Teixeira, M. R. (2000), as publicações de Melman começaram a ser difundidas no Brasil na mesma época, mais especificamente a partir de 1985⁸. Além da APPOA, a ALI tem relações com associações em diversas cidades do Nordeste, Sudeste e Sul: o Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, situada no Rio de Janeiro, responsável pela publicação de *A neurose obsessiva no divã de Lacan*, em 2004, e de *A prática psicanalítica hoje – conferências*, em 2008; a Associação Psicanalítica de Curitiba, organizadora do seminário de Curitiba em 2002 junto com a Biblioteca Freudiana de Curitiba; e outras instituições em Recife e João Pessoa (ALI, 2017).

4.2 Ensino e estilo de Melman

Melman é considerado por Parra e Tabakian (2005, p. 80) “o filho por excelência nos tempos da EFP”, numa época em que Miller, analisando de Melman, ainda não tinha se tornado “o genro” e adquirido o *status* de herdeiro intelectual de Lacan. Esta revisão histórica fornece indícios de uma fidelidade ao lacanismo que em certa medida se apresenta maior que uma fidelidade à própria figura de Lacan. Esta é uma posição que se torna mais evidente em alguns

⁸ Estes fatos se deram num período determinado por Dunker e Kyrillos Neto (2014) como a segunda fase do lacanismo brasileiro, momento de expansão de escolas e grupos individuais em diversos estados. A primeira fase do lacanismo equivale a seu momento de fundação, estabelecido entre 1975 e 1985. A segunda, período em que Melman estabelece as primeiras relações no sul do país, é fixada entre 1985 e 2000.

dos trechos da carta que Melman envia aos ex-membros da EFP, na qual critica o modo como a Causa Freudiana está sendo gerida:

Tudo aí se decide e se inscreve em nome de Lacan, quando é conveniente saber que este não faz parte das medidas aí tomadas senão por uma assinatura tornada de agora em diante automática. (...)

É necessário, entretanto, se obrigar a entender: a Causa Freudiana se faz sem Lacan, embora tenhamos a sorte de tê-lo entre nós. (DORGEUILLE, 1986, p. 32).

A insistência num certo nível de rigor é consonante com a descrição que Roudinesco (1986/1993) elabora sobre a geração de psicanalistas da qual Melman faz parte. Esta é a quarta geração francesa, nascida entre as décadas de 1930 e 1940, atravessada pela descolonização, politicamente engajada, menos convencionalista em relação à IPA e mais adepta à marginalidade que Lacan representava. Embora também seja caracterizada por um certo nível de anonimato, Melman será um dos nomes que alcançaram destaque, sobretudo como representante de um lacanismo sectário e mesmo autoritário.

O autoritarismo é um elemento repetitivo nas opiniões daqueles que escrevem direta ou indiretamente sobre Melman. Além de Roudinesco, Roustang (1987) enfatiza um caráter de idolatria religiosa dentro do lacanismo. Por sua vez, Dorgeuille (1986) e Haddad (2003) descrevem Melman e Miller como parte de uma ortodoxia lacaniana, portadores de uma atitude totalitária e de um certo “sentimento messiânico” em relação a Lacan.

O estilo de Melman tem implicações em sua didática e transmissão da psicanálise. Segundo o próprio autor, seu ensino é composto por um conjunto de “excursões” baseadas em Lacan. Estas investidas melmanianas não devem ser entendidas como a reprodução do trabalho elaborado pelo mestre, mas sim como uma possibilidade de extensão (MELMAN, 2014). Melman mantém um seminário regular há mais de trinta anos, cujos temas são muito diversos. Em sua opinião, o desenvolvimento dos seminários é fundamental, para que “isso não se feche num sistema, em respostas automáticas, numa espécie de repouso. Pois a grande tentação é o fenômeno de entropia” (MELMAN, 2007, p. 117).

Esta recusa a uma entropia talvez seja o fator que impele o psicanalista a investir na pluralidade de assuntos em seus livros e seminários. Segundo Teixeira, M. R. (2000, p. 11), a característica de maior valor na obra de Melman é justamente a variedade e atualidade dos temas abordados, combinando “uma vasta experiência clínica a um vivo interesse por temas que costumamos designar como ‘sociais’”. Este viés social segue uma tradição de relações entre o individual e o social que remonta aos textos freudianos sobre cultura, a exemplo de *O futuro de uma ilusão* e *Mal-estar na civilização*.

A sistematização do conjunto da obra de Melman pode ser pensada por meio de quatro eixos principais. Primeiramente, seminários e publicações sobre neuroses, sobretudo a neurose obsessiva, objeto de Melman desde a época da EFP (TEIXEIRA, M. R., 2000) e tópico do livro *A neurose obsessiva no divã de Lacan*. Sobre as neuroses, é possível reunir também títulos como *Novos estudos sobre a histeria* e os textos sobre fobia presentes em Vardermersch et al. (1994). Melman escreve também sobre colonização, como visto em alguns textos como a conferência *Casa Grande e senzala* e as publicações *Imigrantes e Imigrações e fundações*. Relacionam-se ao tema também textos como *O Complexo de Colombo* e *Os efeitos subjetivos da migração linguística*. Parte de seu trabalho é ainda empenhado em estudos sobre psicoses, em particular a paranoia, dos quais se destacam *Estrutura lacaniana das psicoses*, *Retorno a Schreber* e *Como alguém se torna paranoico?* Por fim, Melman debruça-se sobre aspectos clínicos e sociais na atualidade, que podem ser divididos em dois subtópicos: 1) as formas clínicas que concernem à atualidade, com ênfase nas toxicomanias; e 2) a discussão sobre o analista e seu papel no mundo contemporâneo. O conjunto destes textos em geral apresenta o debate sobre estes dois fatores e é formado em grande parte por transcrições de conferências, sendo *Novas formas clínicas* uma entre estas.

4.3 Curitiba, abril de 2002

Em abril de 2002, Melman esteve em Curitiba, ocasião na qual proferiu em francês o seminário *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*. O evento durou 18 horas, divididas ao longo de três dias, e teve como espectadores trezentas pessoas (BERNARDINO, 2003). A Associação Psicanalítica de Curitiba e a Biblioteca Freudiana de Curitiba foram responsáveis pela organização.

A escolha deste seminário como objeto de pesquisa se dá por motivos múltiplos. O primeiro deles é o fato de ter ocorrido no Brasil, após um hiato de vinte anos sem vindas de Melman ao país. *Novas formas clínicas* é um marco da retomada de relações bastante frutíferas com a psicanálise brasileira, levando-se em conta que depois deste evento Melman retornou ao Brasil cinco vezes no intervalo entre 2004 e 2009. Bernardino (2003, p. 7) comenta que, devido ao volume de pessoas e à magnitude, o seminário “chegou a ser nomeado pelos presentes como um Congresso Lacaniano Brasileiro”.

Novas formas clínicas é ainda um seminário que antecede ao lançamento de *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço* (MELMAN, 2002/2008)⁹. O título estava em plena elaboração, já que as entrevistas entre Melman e Jean-Pierre Lebrun datam do período entre julho de 2001 e julho de 2002 (BARBOSA, 2013). Este é um dos textos mais famosos e comentados de Melman, tendo sido objeto de pesquisa de artigos diversos e de pelo menos duas dissertações neste programa de mestrado (BARBOSA, 2013; COSTA, 2013). Os textos tratam de assuntos comuns, que são da mesma época e se inscrevem nos temas relacionados ao social e ao lugar do analista na contemporaneidade. Apesar de bastante difundido, *Novas formas clínicas* pode ser considerado um texto à margem de *O homem sem gravidade*, mas que lhe oferece uma suplementação.

4.4 Edição, tradução e mudança de registro

Um seminário é comumente conceituado como um congresso, simpósio ou colóquio. Outra possibilidade é compreendê-lo como um espaço universitário para discussões de cunho científico ou cultural, no qual há uma exposição seguida por um debate (KOOGAN; HOUAISS, 1998).

Apesar de ser uma palavra muito repetida no movimento psicanalítico, não há verbetes que caracterizem o que é um seminário em grande parte dos dicionários e vocabulários específicos da área. Zimerman (2001) discorre que “seminário” deriva do latim *semen*, o que neste contexto se refere a uma potencialidade de *inseminar* ideias e de fazê-las frutificarem. Talvez seja possível tecer ainda uma associação com o *sema*, radical grego que alude a um significado e do qual também deriva a palavra “semântica” (STRATHERN, 2002).

Segundo Nasio (1995), um seminário possui três funções: 1) favorecer um intercâmbio de conhecimento entre aquele que fala e aqueles que ouvem e posteriormente debatem o conteúdo; 2) ajustar os sentidos que são atribuídos a termos frequentemente utilizados por determinada comunidade, possibilitando a ligação destes termos entre si; e 3) nesta relação, estabelecer uma transmissão, através do modo de dizer algo, ou mesmo do simples ato de dizer algo. Os seminários psicanalíticos mais notáveis são aqueles que foram proferidos por Lacan, a julgar pelos verbetes encontrados em alguns dicionários de psicanálise (MIJOLLA, ORG., 2005; EVANS, 2007). Estes dicionários se limitaram a fazer um apanhado histórico dos seminários de Lacan, como se estes fossem os únicos existentes ou relevantes.

⁹ Apesar da pouca diferença temporal entre a publicação original (2002) e a edição utilizada (2008), optou-se por marcar ambas as datas em função do contexto: o lançamento de *O homem sem gravidade* antecede a *Novas formas clínicas*, informação que passaria despercebida caso apenas o ano da edição fosse utilizado.

Fenneteux (1986) apud Jerusalinsky (1986, p. 13) comenta:

Quando dava seu Seminário, J. Lacan improvisava, mas existem os registros e as estenografias dessa palavra; estabelecer o seminário supõe passar à escritura. Essa operação, aparentemente simples, implica escolhas de quem oriente o pensamento. É necessário inventar uma pontuação: virá ali uma vírgula? Um ponto-e-vírgula? Um hífen? Um ponto? Isso é uma opção sobre o sentido (...). Essas escolhas, inevitáveis, decidem sobre o pensamento (...), e o leitor (...) lê o texto impresso como o único possível (...). Não há texto original dos seminários, senão os documentos de *primeira mão* [grifo do autor], a partir dos quais diversos textos são possíveis (...).

Conforme Ramilo e Freitas (2001) evidenciam, a regra básica da transcrição de um texto oral é que aquele que transcreve deve ser cuidadoso o suficiente e capaz de resolver todos os pontos da comunicação. Por outro lado, informações ou termos não devem ser omitidos, mesmo que eles causem uma confusão ou ambiguidade de sentidos. Os autores elencam as principais dificuldades no trabalho de transcrição: a diferença entre as pausas da língua oral e a pontuação da língua escrita; percalços em relação à grafia de enunciados simultâneos, interjeições e onomatopeias. Estes temas não serão abordados, mas considera-se importante ressaltá-los para compreender que as decisões que o transcritor toma durante a passagem para o texto escrito repercutem no resultado final e no modo como o produto será lido e interpretado.

A leitura das duas transcrições de *Novas formas clínicas* possibilitou a identificação de algumas destas escolhas. Neste sentido, a palavra francesa “conduite” foi traduzida como “comportamento”, apesar da existência do equivalente “conduta” na língua portuguesa. Diferenças de ritmo também foram notadas: onde um parágrafo em português termina, frequentemente o mesmo parágrafo em francês se prolonga por mais uma frase. Algumas destas distinções foram assinaladas ao longo dos capítulos que tratam da leitura do seminário.

Para Eyben (2002), a tentativa de transpor uma informação para outro meio de comunicação faz com que se perca de vista o caráter de impossibilidade da tradução perfeita. Um seminário possui então uma habilidade fundamental para a *disseminação* não apenas de um conhecimento, mas também de diferentes significados (DERRIDA, 1981), uma vez que escapa a essa institucionalização de um texto absoluto. Nesta pesquisa, partiu-se da concepção de que cada uma das transcrições corresponde a um texto singular e diferente do seminário *Novas formas clínicas*. Cada um destes textos possui particularidades que fazem com que eles não se anulem, mas se suplementem.

As duas edições utilizadas foram lidas em simultâneo, com “um livro em cada mão” (BARBOSA, 2013, p. 30). O intuito desta atitude foi possibilitar uma maior reconstrução de sentidos, apesar da compreensão de que as traduções não são perfeitas. As citações foram referenciadas como Melman (2003; 2009) por combinarem as informações presentes em ambas as edições. Nos trechos em que houve alguma ambiguidade, a tradução para o português

presente em Melman (2003) foi separada por uma barra da tradução feita a partir da leitura de Melman (2009). A palavra ou trecho original em francês foi citada(o) entre colchetes logo em seguida.

4.4.1 Sobre a edição brasileira

A editora CMC lançou um livro com o conteúdo do seminário transcrito e título homônimo no ano seguinte (MELMAN, 2003). Foram listados os nomes de oito pessoas responsáveis por essa transcrição¹⁰. O texto foi revisado tecnicamente por Leda Maria Fischer Bernardino e contou com a revisão final de Conceição Beltrão Fleig e Mario Fleig. Leda Bernardino foi ainda responsável pela distribuição do texto, pela elaboração do sumário e pela escrita da introdução. Não há menções sobre quem seria a tradutora ou tradutor do texto para o português. Esta não é uma edição revisada por Melman.

A transferência da equipe responsável pelo livro da CMC com Melman vai além deste empreendimento, já que todas as pessoas envolvidas na revisão deste livro são psicanalistas e analistas membros da ALI. Leda Bernardino é membro fundador da Associação Psicanalítica de Curitiba, professora universitária e pesquisadora vinculada à Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF) (PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, 2017); pesquisa questões da infância, como as neuroses infantis e as psicoses infantis não decididas. Leda traduziu alguns dos livros de Melman para o português, além de ser organizadora do livro *Neurose infantil versus neurose da criança*, no qual Melman escreve um capítulo. Da mesma forma, há um capítulo escrito por Melman no livro *Adolescente, sexo e morte*, do qual Conceição e Mario Fleig, membros da Escola de Estudos Psicanalíticos, são organizadores (FLEIG, 2009).

Bernardino (2003, p. 9) argumenta que a estrutura na qual o texto está disposto “procurou respeitar as escansões das intervenções, dividindo-as segundo os intervalos que aconteceram. Foram propostos títulos, de acordo com a sequência da fala e a ênfase colocada por Charles Melman nos pontos abordados, a fim de melhor situar o leitor”. O resultado desta configuração é um livro com capítulos que demarcam as falas de Melman de forma fluida e natural.

De acordo com Garcez (2002), o processo de transcrição muitas vezes exige que seja atribuída uma identidade aos falantes. O responsável pela transcrição precisa outorgar termos identitários que podem ser nomes próprios (fictícios ou não), categorias ou grupos aos quais os

¹⁰ Rosane Weber Licht, Ana Maria Zanetti, Antonio Brunetti, Ângela Dal ‘Vesco, Gustavo Volasco, Tâmara Enns, Ruth Pacheco e Alicia Tuaf.

falantes pertencem, como, por exemplo: homem/mulher, pai/filho, aluno/professor, *caller/answerer* (numa ligação telefônica, aquele que liga e aquele que atende). Dito isto, há um grande diferencial no que diz respeito às transcrições de perguntas feitas durante o seminário.

Na versão brasileira, as perguntas feitas a cada abertura dada por Melman são transcritas com maior riqueza de detalhes, além de haver a nomeação de boa parte dos espectadores que as fizeram. É possível identificar algumas das pessoas envolvidas na organização do seminário, como Leda Bernardino e Mario Fleig, além da presença de psicanalistas como Alfredo Jerusalinsky e Marcus do Rio Teixeira. Para o leitor brasileiro, a transferência com os espectadores mencionados propicia a construção de outros contextos. A exemplo disso, pode-se pensar em como as questões propostas por Jerusalinsky dizem algo a respeito do que ele próprio estava se interrogando, estudando e escrevendo na época do seminário de Melman¹¹.

Esta transcrição tem um caráter excepcionalmente pessoal em relação à francesa, visto que os nomes daqueles que fazem perguntas foram quase sempre mencionados. As menções que Melman faz a estes espectadores, normalmente dirigindo-se a eles em tom fraterno¹², também foram conservadas. Estes são alguns dos detalhes que Bernardino (2003, p. 9) possivelmente evidencia como objetos de um esforço para transmitir ao leitor uma “atmosfera de troca, de cordialidade e de humor sutil que Charles Melman soube promover com sua vinda”.

O número de páginas da edição brasileira é substancialmente maior do que as páginas dedicadas à mesma conferência na versão francesa (intervalo das páginas 21 a 115). Para além de questões de formatação e diagramação de texto, esta diferença provavelmente se dá devido ao minucioso trabalho de revisão empreendido por Conceição e Mario Fleig, atribuindo à edição brasileira um caráter mais completo em relação ao texto em francês. Há um número consideravelmente maior de notas de rodapé, escritas pela revisão final e pela revisão técnica. Estas notas fazem referências a Freud, Lacan e a outros textos de Melman, amplificando os horizontes contextuais do leitor.

¹¹ O comentário se deve à recente leitura de *Para compreender a criança: chaves psicanalíticas* (JERUSALINSKY, 2011). O livro é uma transcrição de um seminário proferido por Alfredo Jerusalinsky em fevereiro de 2002 em Quito, Equador (portanto, dois meses antes da vinda de Melman ao Brasil). Alguns temas se repetem nos dois textos.

¹² Na página 13, Melman (2003) agradece “às minhas duas amigas”, Dayse Stoklos Malucelli e Maria Angélica Carreras, que fizeram a apresentação que antecede ao seminário. As menções a A. Jerusalinsky se repetem algumas vezes: “Alfredo, você tem razão...” (p. 25); “Alfredo nos propôs um belo tema...” (p. 69); “Meu amigo Alfredo...” (p. 129).

4.4.2 Sobre a edição francesa

O livro *La nouvelle économie psychique* (MELMAN, 2009) foi lançado na França seis anos depois do lançamento de *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*. Esta publicação conta com uma introdução escrita por Jean-Pierre Lebrun; entrevistas e transcrições de outras apresentações públicas de Melman, como os debates que se seguiram ao lançamento de *O homem sem gravidade*; e duas comunicações sobre o matriarcado, uma delas sendo a já mencionada conferência em Recife, em 2009. O seminário de Curitiba constitui o primeiro capítulo, intitulado *Nouvelles formes cliniques*.

Nos agradecimentos da edição francesa, Lebrun afirma que Mario Fleig transmitiu uma cópia em vídeo do seminário e que a Biblioteca Freudiana de Curitiba e a Associação Psicanalítica de Curitiba autorizaram a transcrição. A partir dessa informação e de algumas disparidades entre os textos, supõe-se que os editores franceses fizeram um novo trabalho de transcrição sem consultas à edição brasileira. Lebrun (2009, p. 9) descreve *Nouvelles formes cliniques* como “uma versão ligeiramente retrabalhada da transcrição, por razões puramente editoriais”. Esta edição procurou manter os elementos próprios da exposição oral do seminário e a participação dos espectadores presentes no evento através das falas e perguntas. Os nomes das pessoas que realizaram esta transcrição não são mencionados.

O francês é a língua materna de Melman. Uma transcrição feita por falantes nativos pode ser uma vantagem, visto que algumas palavras, inflexões e expressões idiomáticas que poderiam passar despercebidas a falantes não nativos podem ser resgatadas. Entretanto, a falta de consulta à edição brasileira infelizmente cria lacunas em intervalos marcados como inaudíveis.

A edição francesa é um pouco mais rígida e impessoal, pois as marcas que deram à edição brasileira um tom de fluidez aparecem de forma muito mais econômica. A eloquência de Melman tentou ser conservada, todavia houve uma perda. As pessoas que propuseram questões a Melman não foram identificadas, e as perguntas foram apenas assinaladas no texto pela palavra *Question* ou tão só *Q*. Quando se fez necessária certa nomeação, acham-se as respostas endereçadas por Melman a *mon interlocuteur* (meu interlocutor).

5 UMA LEITURA-ESCRITURA DE NOVAS FORMAS CLÍNICAS (I)

5.1 Forma, clínica, terceiro milênio

O que é uma forma? E mais: o que é uma forma clínica? E ainda mais: quais são as particularidades destas formas clínicas agora no terceiro milênio?

De acordo com Abbagnano (2007), o termo *forma* possui três sentidos principais. O primeiro equivale a um aspecto essencialista, no qual a forma é tomada como sinônimo da substância daquilo que possui matéria. Em uma leitura de viés aristotélico, a forma seria o oposto da matéria; são inseparáveis, logo uma pressupõe a outra. Por último, do ponto de vista hegeliano, a forma representa uma totalidade de determinações, isto é, o conjunto dos meios pelos quais a essência ou substância de uma dada coisa se manifesta.

O segundo uso do termo possui um caráter dinâmico e se refere às relações constantes que são estabelecidas entre termos. Abbagnano (2007, p. 469) ilustra essas relações por meio da proposição lógica $p \rightarrow q$, cuja relação entre termos pode ser definida como uma “forma de inferência”. O pensamento de Kant e a psicologia da Gestalt aproximam-se deste conceito de forma como dinâmica.

O terceiro e último sentido atribuído à forma estabelece-a como uma regulação de procedimentos. Este conceito é aplicado ao Direito e deriva da relação entre um caso que está examinado e as normas que regem este tipo de procedimento. Em outras palavras, dar forma corresponde à formatação, formalização ou ordenamento dentro de um determinado modelo.

Etimologicamente, *clínica*¹³ remete ao grego *klinikos* (cama, leito). A prática clínica encontra origem na terminologia *klinike tekhnē*, ou seja, a técnica que é realizada à beira deste lugar em que o enfermo está prostrado. O termo latino *clinicus* durante algum tempo designou o próprio paciente, e posteriormente, aquele que cuida do paciente, ou seja, o profissional que se inclina sobre o leito para assisti-lo e que “examina as manifestações da doença para fazer um diagnóstico, um prognóstico e prescrever um tratamento” (ANZIEU, 2007, p. 144). Se as formas clínicas evocadas por Melman (2003; 2009) possuem um caráter diagnóstico, é com este terceiro e último sentido de forma que mais se aproximam – ou seja, a formalização dos signos clínicos, oriunda da relação entre o caso clínico em questão e as normas classificatórias que ditam os parâmetros e estabelecem modelos do que é normal e do que é patológico.

Em abril de 2002, época em que o seminário foi proferido, o terceiro milênio e o século XXI tinham começado há pouco mais de um ano. Na ciência, o imaginário popular estava

¹³ <http://origemdapalavra.com.br/site/pergunta/palavra-clinica>

povoado com os recentes avanços genéticos. A clonagem da ovelha Dolly em 1997 havia aberto um precedente e as notícias no nascimento do primeiro clone humano haviam chegado ao fim de 2001. Apesar de este clone ter sido feito apenas para fins terapêuticos (ZATZ, 2002), isto não impediu que a ficção fosse invadida pelo tema, que se tornou enredo de filmes, novelas e debates éticos. Na economia, uma moeda unificada entre os países membros da União Europeia substituiu as pesetas espanholas, os escudos portugueses e os marcos alemães – o euro, lançado em janeiro de 2002 (BBC BRASIL, 2002).

O cenário da psicanálise na alvorada dos anos 2000 era turbulento, pois 1998 fora um ano de profundos conflitos na psicanálise mundial e nacional. A Associação Mundial de Psicanálise (AMP), dirigida por Jacques-Alain Miller, enfrentou uma crise. O Campo Freudiano àquela época era formado pela Escola Brasileira de Psicanálise (EBP); a Escola Europeia de Psicanálise, na Espanha; a Escola da Causa Freudiana, na França e Bélgica; a Escola de Caracas, na Colômbia, Bolívia, Chile e Peru; e a Escola de Orientação Lacaniana, na Argentina (RIBEIRO, 2000).

As consonâncias desta crise repercutiram no cenário psicanalítico brasileiro. A Cisão de 1998 culminou com a divisão da EBP e a criação do Fórum do Campo Lacaniano (FCL). Este foi um dos momentos que marcaram a terceira fase do lacanismo brasileiro – as duas primeiras foram a fase de fundação, entre 1975 e 1985, e a expansão de escolas e grupos individuais em diversos estados, entre 1985 e 2000 (DUNKER e KYRILLOS NETO, 2014). Estes acontecimentos podem ser vistos como pano de fundo, já que parte dos temas abordados pelos psicanalistas da época – inclusive Melman (2003; 2009) – envolviam a reflexão sobre que percursos a psicanálise deveria tomar, quais eram seus impasses e o que caracterizava seu próprio mal-estar.

Os temas em psicanálise no início do terceiro milênio também davam conta de questões que envolviam sexualidade, filiação e a ordem simbólica. Em 1999, os movimentos sociais em prol da causa *gay* comemoraram a conquista do Pacto Civil de Solidariedade (PACS) na França. Este acordo autorizou legalmente a união de casais homossexuais por contrato, mas sem direitos à adoção ou à procriação assistida. As discussões sobre o PACS mobilizaram cientistas de diversas áreas: antropólogos, demógrafos, filósofos, juristas, sociólogos e também psicanalistas (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2000). No entanto, as opiniões entre os psicanalistas franceses estavam longe de constituir uma unanimidade. Pierre Legendre, Jean-Pierre Winter e Charles Melman fizeram parte do grupo que desaprovava a adoção homoafetiva, enquanto Michel Tort e Elisabeth Roudinesco apoiaram a causa (ROUDINESCO, 2003a; 2003b; PERELSON, 2006). O artigo de Tort no jornal *Le Monde* intitulado *Homophobies*

psychanalytiques e o livro de Roudinesco *A família em desordem* são produtos deste momento da psicanálise francesa. A Assembleia Nacional por fim legalizou o casamento homossexual em 23 de abril de 2013 (G1, 2013).

5.2 Mutação cultural e norma sexual

No início do seminário, um questionamento é lançado aos espectadores. O desafio que a atualidade impõe à psicanálise

consiste em saber se somos capazes de preservar aquilo que é característica da humanidade, isto é, a possibilidade de análise, reflexão e escolha de condutas [*des conduites*], em uma mutação cultural que se apresenta como muito imperativa quanto às condutas/comportamentos [*comportements*] e deixa pouco lugar à escolha e à reflexão (MELMAN, 2003, p. 13; 2009, p. 21).

A análise de uma *mutação cultural* – termo mais utilizado pelo autor – é percebida na obra de Melman há algum tempo. No artigo *O porver (II)*, Melman (1987/2000, p. 184) já anuncia esta mutação nunca antes vista e de que maneira ela interfere nas relações políticas. Nesta ocasião, a mudança é atribuída ao “progresso técnico e sem intenção diferentemente definida”, culminando no “deslocamento do lugar desde onde se tinha exercido o poder para esse outro: o olhar”. Este olhar engaja a todos em uma mesma direção, mencionada a imagem como nova autoridade (MELMAN, 1987/2000). A mutação cultural reaparece em *O homem sem gravidade* (MELMAN, 2002/2008) e em *Novas formas clínicas* (MELMAN, 2003; 2009). Lebrun (2009, p. 8) a considera como parte essencial do trabalho do amigo e colaborador: “o ensino deste tem sempre levado em conta e conceituado esta evolução do social que vai se acelerando”.

Até aqui, três palavras diferentes são utilizadas para traduzir o que está em curso atualmente: *transformação*, *mutação* e *evolução*. A título de diferenciação, a transformação pode ser explicada como mudança, metamorfose ou alteração. Por sua vez, mutação é um termo mais complexo, pois além do sentido de variação e evolução, diz respeito a uma modificação repentina que origina uma nova variedade de determinada espécie de seres vivos (DICIO, 2017). Neste sentido, Barbosa (2013) afirma que a escolha de Melman pelo uso da palavra “mutação” reflete a radicalidade e a irreversibilidade dos processos de transformação que estão ocorrendo na cultura atual. A mutação e a evolução estão intimamente ligadas, visto que ambas possuem um caráter biológico de mudança. A evolução, no entanto, é também sinônimo de crescimento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e progresso (PRIBERAM, 2013). Esta quarta palavra, progresso, será também utilizada mais adiante. Além disso, figura uma discussão um pouco mais ampla em *O homem sem gravidade* (MELMAN, 2002/2008, p. 29): “o progresso,

sabemos, sempre é pago, de uma forma ou de outra”. O subtexto da mutação diz sobre ela algo de definitivo, enquanto o subtexto do progresso passa a ideia de uma mudança positiva, mas que cobra seu preço. A mutação cultural seria irreversível, mas apesar de tudo, boa.

Melman refere-se ao *Mal-estar na civilização* (FREUD, 1930 [1929]/1974) como paradigma de uma norma. Na era moderna de Freud, havia um mundo de representações nas quais o sexo era escondido, recatado, dissimulado. Estas dificuldades e restrições embarreiravam o gozo, de modo que, para alcançá-lo, seria preciso romper com este limite. O pai aparece neste momento como aquele que autoriza a transgressão. Apesar de interditar a mãe – ou, em outras palavras, delimitar esta barreira –, o pai introduz no filho o desejo sexual e a garantia da satisfação desse gozo: “além desse limite, o gozo sexual é bom” (MELMAN, 2003, p. 14; 2009, p. 22).

Este seria o modelo freudiano: superar o limite, procurar pelo gozo fora do círculo familiar e alcançar a genitalidade completa – condição da felicidade, cujo preço a pagar seria o sustento da eventual prole. Diante disso, a sexualidade precisaria ser autorizada para que enfim a neurose contemporânea pudesse ser curada. Segundo Melman (2003; 2009), Lacan se opôs a esta premissa categoricamente, dado o axioma “não há relação sexual” (LACAN, 1972/2003). A completude da satisfação genital não seria a resolução dos problemas, mas apenas o ponto onde eles verdadeiramente começam a surgir.

Melman (2003, p. 15-16; 2009, 23-24) enfatiza a necessidade de esclarecer o porquê deste impossível com a justificativa de que “podemos pensar que a mutação cultural que está ocorrendo tenta responder à falta de relação sexual, tenta curar esse sintoma”. Ou seja, seria errôneo pensar que a mutação cultural ocorre por este motivo. Infere-se que o problema da relação sexual é anterior à mutação cultural, o que pode levar a outra dedução errônea: a de que talvez a sexuação e a mutação cultural não estejam relacionadas.

Alguma coisa que acontece entre homem e mulher que não funciona direito. Os motivos que permeiam este “arranjo mau/malfeito” [*mauvais arrangement*] são verdadeiros escândalos (MELMAN, 2003, p. 21; 2009, p. 28). Mau, porque advém deste uma insatisfação. Malfeito, porque não há combinação perfeita entre as partes. O homem, quanto mais ama sua mulher, mais deseja outra. A mulher, por sua vez, deseja algo de seu homem que não necessariamente se refere a ele, mas algo que na verdade sua mãe não lhe deu. A relação sexual não existe porque ambos têm estruturas lógicas diferentes e desejam coisas diferentes, de acordo com a formação do fantasma de cada um deles. Ela deseja possuir o falo. Ele busca incessantemente o objeto *a* sem sucesso. Na fórmula do fantasma, o objeto *a* nunca é o que já se tem. Logo, para Melman (2003, p. 19; 2009, p. 27), “o objeto é precisamente o que renunciou a toda subjetividade”. Se

o sujeito \$ existe é pela falta do objeto *a*, que uma vez alcançado, faria com que \$ deixasse de existir. A insatisfação seria inerente ao sujeito – ou o sujeito seria esse alguém que justamente se sujeita à insatisfação.

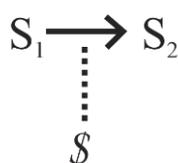
Melman (2003, p. 40; 2009, p. 43) justifica ter evocado o tema para explicar de que forma se dá o primeiro mal-estar, freudiano, cuja saída neurótica é “evitar o sexual defender-se contra o sexual, porque ele é causa de todas essas dificuldades”. Este percurso é necessário para compreender que Lacan buscou outra saída para o sintoma que não esta da norma freudiana. A diferença entre Freud e Lacan surge quando Melman (2003; 2009) questiona: por que, entre todos os animais, os seres humanos são os únicos cuja mola propulsora do desejo é justamente a perda do objeto *a*, incorporado primariamente na obrigatoriedade de renúncia à mãe? Freud tenta explicar essa sorte infeliz por meio do complexo de Édipo, mas enfrenta dificuldades teóricas na passagem do gozo infantil – parcial, referente a objetos – para o genital – objetivo da maturação sexual, referente a um outro sujeito (MELMAN, 2003; 2009).

Além disso, Freud culpa o pai pela infelicidade sexual. Para Melman (2003, p. 28; 2009, p. 33), “temos o direito de pensar que o descrédito atual da figura paterna não é estranho à difusão do freudismo, vemos o resultado disso na clínica”. Este descrédito do pai levaria crianças e adolescentes a uma dificuldade de alcançar a consumação genital, uma vez que gera um obstáculo na busca por suas identidades sexuais. Já em Lacan é a letra “que vem, portanto, dar corpo ao objeto possível de um gozo” (MELMAN, 2003, p. 28; 2009, p. 33). A letra enquanto significante é o puro nada que povoa o Real. A queda dessa letra é consequência da entrada no jogo da linguagem, ou seja, no Simbólico. O objeto *a* não possui um valor necessariamente sexual, mas esse valor lhe é atribuído pelo falo como traço unário. Esta correlação se dá porque o objeto *a* segue sempre escapando ao desejo. O sujeito que tenta agarrar o objeto *a* não faz mais que agarrar o buraco que o Simbólico cava no Real.

5.3 S₁ masculino, S₂ feminino

Melman (2003; 2009) desenha a cadeia significante proposta por Lacan da seguinte maneira:

Figura 1: Escrita da cadeia significante de Lacan, segundo Melman.



Fonte: Melman (2003)

Neste quadro, S_1 e S_2 estão no mesmo *plano*, mas não ocupam o mesmo *espaço*. S_1 pertence ao “*campo* das representações”, enquanto S_2 pertence “ao *espaço* do Real” (MELMAN, 2003, p. 33; 2009, p. 37, grifos nossos). O que diferencia cada um destes termos?

Um plano é comumente considerado um gráfico, um traçado que represente todas as diferentes partes de um determinado objeto (cidade, máquina etc.) (KOOGAN; HOUAISS, 1998). Ou seja, na escrita da fórmula de Lacan, S_1 e S_2 estão graficamente representados em um mesmo esquema ou imagem, o que não quer dizer que sejam semelhantes, equivalentes ou que tenham a mesma natureza.

Por sua vez, o espaço pode ser compreendido de maneira singular ou plural, a depender da ciência a partir da qual se está falando. Em matemática, os espaços são infinitos conjuntos estruturados. Em física, é o espaço físico, de tamanho indefinido, característica do “mundo real” e no qual estão imersos todos os objetos (KOOGAN; HOUAISS, 1998; BUNGE, 2001). Se para Melman S_1 e S_2 não ocupam o mesmo espaço, é necessário que existam ao menos dois. O conceito de espaço da física não se aplica. Desta forma, aproxima-se mais do espaço entendido como sinônimo de campo (ABBAGNANO, 2007).

Um campo é um conjunto de valores das variáveis pertencentes a um sistema (KOOGAN; HOUAISS, 1998). Estes valores podem ser aquilo que determina os limites do que é válido ou aplicável através de um instrumento, ou seja, as condições dominantes e as associações que ligam os termos (ABBAGNANO, 2007). Nesta situação dada por Melman, a condição dominante do campo das representações é a linguagem (Simbólico), ao passo que a condição do Real é o puro nada da letra.

O sujeito, $\$$, é oriundo de uma falha entre S_1 e S_2 , da qual também surge a fala (MELMAN, 2003; 2009). Por estar no campo das representações, S_1 é marcado pela castração e, portanto, um sujeito masculino. Isso quer dizer que ele está no lado do ao-menos-um que escapa à castração – o pai – e que autoriza esse sujeito. S_2 está no campo do Real e é um sujeito feminino. Não há castração porque “o sujeito que tenta se fazer reconhecer como feminino, a partir de S_2 , não encontra a autoridade que fundamenta sua palavra na existência/sua palavra e sua existência [*sa parole et son existence*]” (MELMAN, 2003, p. 35; 2009, p. 38). Esta diferença de tradução é uma boa oportunidade de reflexão: a palavra da mulher não só não é autorizada na existência, como sua própria existência é questionada. Isto remete a outro axioma lacaniano, presente no seminário *Encore*: “a mulher não existe” (LACAN, 1972-1973)¹⁴.

¹⁴ “Disse da mulher [*de ‘La’ femme*]: justamente a mulher não existe, a mulher não é toda... o sexo da mulher não lhe diz nada, exceto pela intermediação do gozo do corpo” (LACAN, 1972-1973, p. 6).

Segundo Jerusalinksy (2011), dizer que “a mulher não existe” é equivalente a dizer que não há um *discurso* feminino. Para Melman (2003; 2009), a dificuldade da relação entre homem e mulher, explicada desta maneira, evidencia que os homens se autorizam a partir dos significantes que se referem a esse ao-menos-um. A lógica é bem fundamentada no lado masculino. A mulher não conta com esse ao-menos-um para seus significantes, e a lógica do lado feminino tende a admitir propostas contraditórias. O discurso feminino só poderia ser autorizado por si mesmo.

Nesta nova escrita proposta por Melman (2003; 2009), a questão de saber se existe ou não um *sujeito* feminino cai por terra, mas não se resolve a questão de saber se existe ou não um *discurso* feminino. O autor fala do aumento no número de mulheres que se dedicam à escrita como uma “tentativa de criar uma subjetividade especificamente feminina” (MELMAN, 2003, p. 26; 2009, p. 31), mas isto não impede que um discurso feminino venha a surgir.

Apesar do arranjo mau e malfeito, há algo que mantém os casais unidos. Melman (2003; 2009) levanta uma hipótese interessante: a despeito das obrigações sociais, o motivo que os mantém juntos não seria o próprio fracasso do gozo? Se isto for verdade, existe um jogo de reivindicações recíprocas: a mulher, tornando-se mãe, alcança a única forma possível de ser reconhecida falicamente. Melman (2003, p. 37; 2009, p. 40) afirma ainda que, tendo mais uma mãe do que uma mulher em casa, o homem tende a desenvolver uma “sexualidade delinquente” – e poder-se-ia facilmente traduzir esta delinquência por infidelidade. A mulher o criticará, afirmando ele não é um “homem de verdade” por não poder torná-la uma mulher. Esta crítica é frequentemente seguida por tentativas da mulher de torná-lo um homem.

Melman (2003, p. 38; 2009, p. 41) faz uma pausa no raciocínio para evocar uma questão relacionada à paranoia: “o que é uma situação paranoica? É uma situação na qual recusam reconhecer minha dignidade fálica”. A relação conjugal sempre seria um cenário no qual poderia emergir a paranoia em qualquer um dos dois, por conta desta ausência de reconhecimento da dignidade fálica. Esta questão parece a princípio meio deslocada, mas dela surgem outros desdobramentos. Se a paranoia é uma situação em que há uma recusa desse reconhecimento, estariam as mulheres, excetuando as mães, sempre sob uma situação potencialmente paranoica?

Por fim, o que mantém o casal junto, segundo Melman (2003; 2009), é o Simbólico, ou seja, o símbolo de uma falta. O fracasso ou sucesso de uma relação na contemporaneidade depende do respeito que o casal conserva ou não a esta falta produtora de desejo, respeito firmado em um “pacto simbólico” (MELMAN, 2002/2008).

A questão na psicanálise lacaniana não seria mais a completude da genitalidade, mas saber se há uma forma de escapar do sintoma. Melman prossegue um pouco mais na discussão sobre o objeto *a*. Trata-se de um objeto perdido, cujo valor só se agrega mediante a suposição de que este é desejado pelo Outro; e que ao ser dado ao Outro, pretende satisfazer seu gozo. “O problema”, no entanto, “é que não existe nenhum objeto que possa assegurar o gozo do Outro, porque o Outro não existe” (MELMAN, 2003, p. 40; 2009, p. 43). Esta é uma questão em Lacan que remete à aposta de Blaise Pascal sobre a crença em e a existência de Deus.

Segundo o pensamento de Pascal (1670/1973), o ser humano não possui a capacidade de responder à questão da existência ou inexistência de Deus, pois não tem nenhuma relação com ele. O homem é um ser finito, enquanto Ele é infinito e de natureza desconhecida. Para utilizar a estratégia de Melman (2003; 2009), ambos estariam no mesmo plano, mas não ocupam o mesmo espaço. Toda a crença ou descrença em Deus seria uma aposta.

Para Pascal, é preciso apostar que Ele existe. Apesar da tentação de se furtar desta escolha, é preciso fazê-la. Se não for verdade que Ele existe, não se perderá nada; se for verdade, se ganhará tudo. Em Lacan, o axioma “Deus não existe” se torna “o Outro não existe”, ou “não há Outro do Outro” (LACAN, 1958-1959; 1960/1998). É preciso supor sua existência para que ele exista, e supor que ele deseja algo. Da mesma forma, em *D’un autre à l’autre*, Lacan (1968-1969) fala que não se trata da promessa de um Eu, mas de sua existência. No lugar da aposta de Pascal, Lacan põe a função da causa ou o objeto *a*: uma *a-causa*.

5.4 Primeiro comentário sobre o Édipo: universalidade antropológica

Antes de um intervalo no seminário, Melman (2003; 2009) faz um comentário sobre o Édipo, direcionado aos jovens psicanalistas e aspirantes. Segundo o autor, o problema fundamental da psicanálise desde o início sempre foi saber se o Édipo é ou não um fenômeno universal, ou seja, se todos os sujeitos estão sob os imperativos de um mesmo sintoma (MELMAN, 2003; 2009). A solução para este problema é obtida a partir da antropologia: segundo Bronislaw Malinowski, o Édipo não é universal. Apesar disso, Lacan pensava uma clínica que se referisse a todos. Em compensação, isto permite que as pessoas cheguem à análise por motivos diversos.

A universalidade do Édipo é questionada por Melman possivelmente com base em *Sexo e repressão na sociedade selvagem*, livro escrito por Malinowski em 1927. Lacan provavelmente evoca este mesmo texto quando menciona o antropólogo em *Os complexos familiares*, de 1938.

Em comunidades patriarcais, o pai desempenha uma função de repressão e de sublimação. As sociedades matriarcais possuem um esquema diferente: as tarefas do pai têm caráter mais familiar, enquanto o tio materno é incumbido de salvaguardar os tabus familiares e iniciar a criança nos ritos tribais. A função paterna está dividida entre dois sujeitos, mostrando que é possível estabelecer formas diversas de equilíbrio psíquico. A imago paterna possui uma atribuição determinada socialmente (LACAN, 1938/2008).

Markos Zafirooulos (2002; 2006; 2009) considera *Os complexos familiares* como fonte de todo um paradigma pós-moderno que versa sobre o esvaziamento da função simbólica e o fim do neurótico. Esta fase do ensino de Lacan é marcada pela sociologia de Émile Durkheim, cuja lei de contração familiar é convertida na tese do declínio social da imago paterna. Quanto mais primitiva é uma família, maior o agregado de casais biológicos e menor o parentesco conforme laços naturais e consanguinidade. As relações de sangue são apenas afirmadas através de ficções – totemismos, adoções ou constituições artificiais de grupos (LACAN, 1938/2008). Por outro lado, existe uma relação entre o tamanho e composição do grupo familiar e o valor social que é dado a seu líder. O encolhimento da família primitiva faz com que a família conjugal seja compreendida como um mero resto. A diminuição da autoridade do pai é determinante do declínio de sua fecundidade subjetiva no complexo de Édipo. Este teria sido o cenário propício para a invenção da própria psicanálise, descoberta por Freud através do Édipo em uma forma degradada (ZAFIROPOULOS, 2002).

O problema reside no fato de que a tese principal do texto de 1938 não procede. Ainda nos anos 1970, um grupo de pesquisadores da Escola de Cambridge chegou ao resultado de que a família conjugal foi amplamente dominante na Inglaterra entre os séculos XVI e XIX. Posteriormente, o mesmo padrão foi encontrado em pesquisas sobre a população das Europas do Norte e do Sul. O consenso é de que a família conjugal não só não foi inventada no século XX como é a formação familiar mais frequente em toda parte (ZAFIROPOULOS, 2009). Talvez tenha sido diante desta falha que Lacan haja abandonado sua base teórica da sociologia durkheimiana. A partir dos anos 1950, a lei da contração familiar foi substituída pela noção de Nome-do-Pai, influenciada pela antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss.

Melman não faz menções a Lévi-Strauss. Não há citações nem de *A eficácia simbólica*, nem de *Estruturas elementares do parentesco*, textos de 1949 e referências capitais do “retorno a Freud” (ZAFIROPOULOS, 2006; 2009; 2010). Este “retorno” foi mais do que uma retificação subjetiva dos textos de Freud, deixados em segundo plano pelo “jovem Lacan”¹⁵ em sua fase

¹⁵ Zafirooulos (2002) propõe a denominação de “jovem Lacan” para o período do ensino lacaniano determinado entre os anos de 1938 e 1953.

durkheimiana. Esta ruptura representou uma grande virada na psicanálise, sobretudo no que diz respeito aos seus aspectos epistemológicos. Lacan enfim se apropriou do subsídio teórico necessário para causar uma metamorfose na psicanálise, organizar os três registros (Real, Simbólico e Imaginário) e teorizar o Édipo a partir da função simbólica.

Malinowski e Melman estão corretos. Entretanto, este tipo de refutação de ambos é tomado por um viés culturalista. De fato, Malinowski sustenta que o Édipo depende de circunstâncias sociais que estão presentes nas sociedades patriarcais ocidentais. Neste sentido, a versão freudiana do Édipo – burguesa, vienense, neurótica e moderna – está sendo essencialmente questionada. Uma crítica atual à universalidade edipiana não deve ser baseada puramente neste ponto de vista, mas necessita de outros meios de significação (ZAFIROPOULOS, 2002). A ausência de Lévi-Strauss no texto do psicanalista subdimensiona a função paterna e o Nome-do-Pai enquanto mito individual da tribo dos neuróticos católicos (ZAFIROPOULOS, 2006).

5.5 Heterotopia entre S₁ e S₂

Melman (2003; 2009) retoma a proposição das relações entre S₁ e S₂ e propõe que, se ambos os termos estão situados no mesmo plano e em espaços diferentes, entre eles se constitui uma relação heterotópica. O primeiro termo (S₁, masculino) está no Simbólico, e o segundo (S₂, feminino), no Real. Se no discurso S₁ ocupa o lugar de agente, é porque há uma tendência em tentar dominar o Real, isto é, em dar um nome para as coisas. Os homens se pressupõem “mestres do Real”, pois é neste ato de nomeação que encontram sua autoridade. Para dominar esse Real, são criados termos, conceitos e mitologias.

As mulheres se divertem às custas destas tentativas de dominação fadadas ao fracasso, já que estão cientes do Real como aquilo que escapa à nomeação. O S₂ ocupa o lugar do gozo, o que explicaria o que Melman afirmara há pouco: a mulher está do lado que suporta o Real. Este é o lado que suporta um gozo logicamente impossível de ser dominado pelo Simbólico: o gozo Outro, um gozo que não é parcial, “mas do corpo tomado em sua totalidade, em uma relação com o Real” (MELMAN, 2003, p. 45; 2009, p. 47).

A mãe é a mensageira do Outro para seu filho: é ela quem primeiro fornece a ele uma mensagem. Esta relação por vezes aparenta ser tão perfeita na memória do filho que ele a recorda com nostalgia. O sujeito cria uma ilusão de que houve esta época em que a demanda do Outro parece perfeitamente realizada, pois havia um sentimento de certeza em relação a ela. Uma vez submetido às leis da linguagem, o sujeito consegue pensar para além desta nostalgia e da ideia de que é um sujeito inferior, decaído de um lugar ideal. Outros semblantes passam a

ocupar o lugar do Outro e assim é possível funcionar, em vez de aguardar a vida inteira pela “verdadeira vida”.

Melman (2003; 2009) insiste diversas vezes sobre esta sujeição às “leis da linguagem”, mas não determina muito bem quais são elas. O que são as leis da linguagem? São as leis que regem o sistema de significantes que a linguagem constitui (MELMAN, 2002/2008): 1) a descontinuidade da cadeia formada pelos significantes, sem nunca obter êxito em ser fechada nem sentido completo; 2) a substituição e o deslocamento de significantes, mais bem resumidos pelos termos metáfora e metonímia; e 3) a castração como perda irreduzível a que o sujeito se submete ao entrar no Simbólico.

Antes de dar lugar a mais uma pausa, Melman (2003; 2009) conta a seus espectadores o que considera uma história engraçada, que diz respeito ao que na opinião dele é uma constatação formidável. Eis a constatação: tanto Freud quanto Lacan estavam debruçados sobre a renúncia paterna quando morreram. Da parte de Freud, *Moisés e o monoteísmo* é escrito numa época de nacionalismos. A mensagem deste livro é a de que a filiação divina é um mito, uma vez que o líder que guia os israelitas rumo à “terra prometida”, Moisés, é um estrangeiro egípcio (MELMAN, 2003; 2009).

Quanto a Lacan, seu último tema foi a supressão do quarto aro que compõe o nó borromeano, correspondente à referência paterna, o que para Melman (2007, p. 102-103) constitui uma questão primordial: “(...) o círculo a três é um progresso, ou bem devemos nos ater a esse nó a quatro, que implica o Nome-do-Pai, e portanto a perenização do sintoma? Ele mesmo [Lacan] não concluiu, e é, direi, a herança que nos deixou”. O objeto trabalhado por Freud e por Lacan é o mesmo, mas em diferentes níveis: em Freud, a nível coletivo, e em Lacan, individual. A mensagem que Melman (2003; 2009) passa com a exposição desta história é a de que os psicanalistas jovens devem avançar diretamente para esta problemática.

5.6 Forclusão do Outro

Melman (2003; 2009) revisa o sentido que o Outro adquire na obra de Lacan para instituir o que seria o primeiro traço da mutação cultural. “Nossa cultura é sempre organizada em torno de grandes textos” (MELMAN, 2003, p. 52; 2009, p. 52). Tais textos representam um saber e uma transferência entre os sujeitos e aquele que supostamente o escreveu, encarnam as diversas faces do Outro ao longo da história e determinam quais as normas sociais e credos dentro daquele laço social a partir do que o Outro deseja. Esta é uma primeira referência a textos da antropologia e sociologia pós-moderna e a autores como Jean Baudrillard e Jean-François Lyotard, que dissertam sobre o fim da era das grandes narrativas e dos grandes textos.

Além de pensar o conceito de Outro, Melman (2003; 2009) também convida à reflexão do porquê da própria designação “Outro”. “Se os senhores prestarem um pouco de atenção, verão que o diálogo que mantemos primeiramente é o diálogo que mantemos com um outro, isto é, com um semelhante, mas que uma grande parte de nosso diálogo interior se dirige a um outro interior, com quem falamos” (MELMAN, 2003; p. 52-53; 2009, p. 53). O Outro é sobretudo um lugar linguageiro, e por isso estes grandes textos também têm função de defender a existência desse lugar. O Outro é outro pois não é possível que o sujeito se identifique com ele ou faça dele um semelhante. A única forma de identificação possível com este Outro é supô-lo como um pai.

Nesta relação entre o sujeito e o Outro existe uma particularidade referente ao fanatismo, pois este é produzido “cada vez que creio que minha palavra está de acordo com a mensagem vinda do Outro” (MELMAN, 2003; p. 54; 2009, p. 54). Esta passagem do seminário é interessante no que toca ao que anteriormente foi dito sobre a relação perfeita entre mãe e filho. O fanatismo, devido a esta mesma convicção na captação da mensagem do Outro, pode ser compreendido como uma nostalgia levada às últimas consequências.

A descrição feita da relação entre o sujeito e o Outro até então segue a norma moderna, a que Melman (2003; 2009) se refere como obsoleta. Diante da mutação cultural em curso, há uma mudança nesta norma. Na contemporaneidade, as relações são horizontais, pois acontecem entre os semelhantes. O lugar de saber do Outro está vago.

A queda das ideologias está correlacionada à queda dos grandes textos. Os escritos de Karl Marx e a ideologia comunista são identificados por Melman (2003; 2009) como os últimos que desempenharam o papel de Outro. O neoliberalismo aparece como forte candidato substituto do Outro, exercendo uma influência na própria economia psíquica atual.

Para Sandroni (1999), a economia é uma ciência cujo objeto de estudo é a atividade produtiva, com ênfase nos aspectos mensuráveis destas atividades. Um exemplo disso é que as informações obtidas através de estudos econômicos de uma cidade ou empresa fornecem subsídio para que sejam elaboradas estratégias para aumentar a eficiência na distribuição de recursos. Já Abbagnano (2007, p. 298) entende a economia como algo da “ordem ou regularidade de uma totalidade qualquer”, ou seja, relacionada ao funcionamento ou à organização desta totalidade.

Na psicanálise, o ponto de vista econômico aparece na tríade metapsicológica freudiana ao lado do tópico e do dinâmico. Segundo Roussillon (2005), este ponto de vista aborda a intensidade das “forças” que percorrem o aparelho psíquico. A economia freudiana é uma

economia libidinal, na qual as palavras são utilizadas para manipular e reestabelecer equilíbrio pulsional.

Lacan empreendeu uma “desconstrução da pulsão” (EIDELZSTEIN, 2016). Esta desconstrução consistiu em: 1) uma subversão do conceito freudiano de *Trieb*; 2) um rompimento com o caráter biológico e energético da pulsão; 3) uma rejeição das pulsões de vida e de morte; e 4) uma mudança de galáxia epistemológica da psicanálise para a linguística. A pulsão é situada na psicanálise lacaniana como um “tesouro de significantes” (LACAN, 1960/1998. p. 831) e substituída pela fórmula do fantasma ($\$ \diamond a$) no grafo do desejo.

O erro freudiano de entender as pulsões como uma força ou energia é possivelmente justificado por Lacan a partir da fala “as pulsões são, no corpo, o eco do fato de que há um dizer” (LACAN, 1975, p. 6). Em Freud, havia um engano entre a cadeia significante e os artifícios gramaticais que são seus rastros. A fala, verdadeiro fenômeno, acaba confundida com o corpo tridimensional, como se fosse este que em verdade falasse (EIDELSZTEIN, 2016).

Melman (2003; 2009) propõe que a mutação cultural é depositária de uma *nova economia psíquica*, que difere bruscamente daquela preconizada por Freud. O mal-estar atual seria um segundo mal-estar. O gozo é celebrado e incentivado em vez de ser evitado. A economia neoliberal de mercado e a nova economia psíquica convidam os membros de uma comunidade a extrapolar as mensagens que o Outro possa enviar-lhes, aceitando o excesso de formas de gozo.

O antepenúltimo fundamento para a forclusão do Outro evocado por Melman (2003; 2009) é a mudança decorrente dos avanços tecnológicos, sobretudo no campo da linguagem. Uma vez que a internet derruba as barreiras de distância e cultura, há uma horizontalização dos sujeitos que só poderia acontecer em relações entre semelhantes. As palavras na rede estão sendo substituídas por imagens e criando linguagens cada vez mais destituídas da dimensão simbólica. Este é um aspecto também comentado por Dunker (2015), que considera a condensação da linguagem como geradora de transtornos baseados em um déficit narrativo. Se as pessoas já não dispõem de signos linguísticos, há um empobrecimento da queixa e da demanda por tratamento. Isto repercute na clínica, uma vez que a queda na qualidade da fala no paciente acarreta uma maior dificuldade diagnóstica.

O Terceiro como entidade que assegura o cumprimento da lei está perdendo o seu lugar à medida que os contratos e acordos estão sendo tratados diretamente entre os indivíduos e que se dá uma autorização da suspensão da dívida com o Outro no consenso social. Os relacionamentos se tornam duais, pois não há quem garanta a justiça das relações de troca. Apesar de ainda existirem candidatos a Outro – o presidente dos Estados Unidos, por exemplo

–, um olhar mais cuidadoso revela que até os governantes das potências mundiais estão submetidos a esta ideologia neoliberal. Todos os reis estão nus.

Para finalizar, nunca antes na história a humanidade havia tido tanto controle sobre os corpos como hoje. Melman (2003; 2009) fala da tecnologia aliada à medicina e dos mecanismos de regulação da reprodução e fecundação atualmente disponíveis. Uma inversão da lógica do binômio sexo-reprodução foi empreendida nos últimos cinquenta anos. A década de 1960 foi marcada por incursões no campo da contracepção que deram suporte à revolução sexual e viabilizaram o sexo fora da reprodução. Já as tecnologias reprodutivas descobertas nos anos 1980 proporcionaram o ingresso na nova lógica da reprodução fora do sexo (TORT, 2001; PERELSON, 2006). Perelson (2006, p. 709-710) lista alguns destes métodos: “(...) inseminação artificial homóloga (com sêmen do próprio cônjuge ou companheiro) e heteróloga (com doação de sêmen), FIV [fertilização *in vitro*] (podendo esta ser com doação de sêmen, óvulo ou embrião), prática de útero de substituição e clonagem humana”.

Os avanços científicos permitem que hoje mulheres em diversas condições consigam ser mães – virgens, na menopausa ou mesmo mulheres que nunca nasceram, através de uma técnica de maturação de óvulos de embriões. O mesmo acontece com os homens, que podem se tornar pais mesmo depois de mortos, por meio da fecundação com o sêmen congelado. A tecnologia da reprodução implica a divisão entre pais e mães categorizados entre biológicos e sociais (PERELSON, 2006). O resultado é que pela primeira vez desde a Antiguidade não é preciso se preocupar em honrar os deuses em troca de fertilidade. Por todos esses motivos, o Outro já não é necessário (MELMAN, 2003; 2009).

6 UMA LEITURA-ESCRITURA DE *NOVAS FORMAS CLÍNICAS* (II)

6.1 Distribuição democrática do gozo

Na associação entre economia liberal e economia psíquica preconizada por Melman (2003; 2009), a primeira delas faz de todas as diferenças entre as pessoas possibilidades de lucro. O neoliberalismo institui uma nova moral que assegura o gozo de todos, visando ao maior alcance de mercado: “A nova moral é que cada um tem o direito de satisfazer plenamente seu gozo, sejam quais forem suas modalidades. E há mesmo leis para proteger as diversas formas de gozo que ontem eram tidas como perversas ou ilegais” (MELMAN, 2003, p. 60; 2009, p. 60). Esta distribuição democrática do gozo pode ser resumida na expressão “politicamente correto”. Para Melman (2003; 2009), hoje o politicamente correto se traduz como a suspensão do direito da crítica ao gozo alheio. Toda opinião que contradiz o politicamente correto acaba por ser desaconselhada e rechaçada.

A dependência da aprovação de um Outro caiu por terra e todas as formas de gozo podem ser celebradas. No entanto, inscreve-se no lugar do Outro a dependência de objetos. Esta é a condição que Melman (2003; 2009) atribui ao sujeito contemporâneo em suas semelhanças com o toxicômano, pois todos estão num estado constante de adição, com ou sem o consumo de alguma substância. O indivíduo comum não tem nada a julgar ou questionar quanto ao toxicômano, já que suas formas de gozo também são autorizadas, sejam elas quais forem.

A seguir, Melman (2003; 2009) comenta questões relativas ao casamento e à adoção de crianças por casais homossexuais. O autor conta ao público do seminário a história de um incidente que aconteceu em uma rede de televisão francesa, convidando os espectadores a constatar sua coragem e audácia.

O canal de televisão francês RTL convidou Melman para um debate no programa *Planètes*, cujo tema era a adoção homoparental. O programa foi ao ar em 21 de junho de 2001. Na ocasião, uma de suas interlocutoras era Martine Gross, pesquisadora a favor da causa *gay* e habituada a defender seu ponto de vista publicamente. Os homens presentes eram apenas Melman – o psicanalista – e um deputado de direita – o representante do Estado, que também era médico. O apresentador do programa o teria colocado numa situação constrangedora, arquitetada de forma que a maioria dos debatedores presentes era a favor da adoção homoparental e se voltaria contra Melman.

Havia um consenso absolutamente geral, para dizer que de nenhuma maneira teríamos o direito de recusar o direito de adoção a essas pessoas infelizes e que queriam dar amor a uma criança. Apesar disso, achei que tinha a obrigação de dizer não, e vejam, minha atitude foi suicida. Por que eu disse não? Evidentemente por uma razão de estrutura, isto é, o fato que uma tal criança vai ser – em razão da homossexualidade

dos pais – completamente desligada de toda e qualquer gênese fálica que lhe dissesse respeito, porque a vida desses casais, que é a vida deles e que só interessa a eles, é servir-se do falo não como referente, mas apenas como um meio de gozo entre outros (MELMAN, 2003, p. 65; 2009, p. 65).

Para Melman (2003; 2009), as crianças adotadas ou geradas artificialmente por casais homossexuais estariam sendo colocadas em lugar de puro objeto *a*, de forma que seu único propósito no mundo seria possibilitar a esse casal gozar com ela, e seu desenvolvimento normal restaria comprometido. O incidente teve repercussão negativa na França, e Melman não mais foi convidado para o programa. A “moral da história” é que a intervenção do psicanalista pode ser útil em um mundo em que tudo é permitido, muito embora se admita que esta não é uma posição nem política, nem religiosa (MELMAN, 2003; 2009).

O mesmo Melman que anteriormente disse que qualquer um dos sexos pode funcionar como S_1 ou S_2 agora afirma que a criança não teria um referente fálico caso fosse criada por pessoas do mesmo sexo. Segundo ele, as crianças na França geralmente são adotadas em uma idade na qual já possuem certo discernimento; por isso, devem ser consultadas sobre a decisão de serem ou não levadas para um lar homoparental. Neste sentido, o comentário de Roudinesco (2003) é pertinente:

Quanto à definição melmaniana de família “normal”, é bem estranha: “Enfrentar as verdadeiras dificuldades”. Quando sabemos que em 1938 Lacan mostrava que as piores torpezas e as maiores anomalias surgiam sempre nas famílias aparentemente normais, podemos fazer uma ideia agora do que separa o mestre de seus adeptos homofóbicos (ROUDINESCO, 2003, p. 243).

Melman (2003; 2009) justifica a consulta à criança candidata a adoção dizendo que não consultá-la constituiria uma grande violência. Em suma, a família normal, homoparental ou não, é aquela que fornece à criança o subsídio necessário para enfrentar as verdadeiras dificuldades.

Uma primeira observação: se o sujeito pode se identificar como S_1 ou S_2 independentemente do real do sexo imposto pelos cromossomos, então para Melman o lugar na cadeia significativa e a posição subjetiva na sexualização são coisas diferentes. Ainda neste sentido, uma segunda observação: Lacan define posições subjetivas não pelo real imposto pelo sexo, mas por funções simbólicas.

Safouan e Hoffman (2016, p. 12) reafirmam o caráter metafórico do Nome-do-Pai; afirmam que este operador “não tem nenhum laço particular com a família patriarcal”, já que a horda primitiva freudiana foi reduzida a um sonho neurótico. Para Zafiropoulos (2002), existem múltiplos mecanismos de formação familiar, e o surgimento e a validação de novos esquemas não implicam o desaparecimento de outros. De acordo com o que Roudinesco (2003) adverte

sobre Lacan e *Os complexos familiares*, a família “heteroparental” não é garantia de um bom suporte para a constituição subjetiva.

6.2 Segundo comentário sobre o Édipo: declínio da função paterna

Segundo Melman, Lacan tinha uma posição estranha sobre o que seria um pai. A primeira confusão reside no fato de que Lacan não dizia “o significante pai”, mas “Nome-do-Pai”. Além disso, questiona a forma como o Nome-do-Pai surge na constituição subjetiva do sujeito: “(...) o filho é confrontado com a questão do desejo da mãe, quer dizer, ele percebe que apesar de a mãe amá-lo muito, há algo que ela deseja e que está fora dele (...), mas que claramente o pai tem” (MELMAN, 2003, p. 77; 2009, p. 75).

O pai é um nome porque não se trata de um puro vazio do significante, mas de uma reunião de letras que formam uma unidade (MELMAN, 2003; 2009). Dessa forma, este Um é isolado no Real e pode ser entendido como o que suporta o desejo e a fecundidade da mãe. Não há como o pai funcionar como significante, porque a questão envolvida é semelhante à questão do nome próprio: uma vez que se muda uma letra no sobrenome, há uma trapaça em relação à filiação e o nome da família é renegado.

A atualidade é marcada por um declínio do Nome-do-Pai, entendido como o nome próprio que liga o sujeito a seu ancestral. Mudar o nome é escapar à dívida com esse pai, ou seja, fugir dos deveres da fecundação e do gozo sexual. O começo deste declínio é demarcado por Melman no início do século XIX, resultado da Revolução Industrial. Com efeito, desde o início haveria uma relação entre esta derrocada da figura paterna e a economia. O neoliberalismo se beneficia deste descrédito ao Nome-do-Pai ao poder celebrar todas as formas de gozo sem que haja um limite para detê-las.

O Édipo em Lacan não estava posto como algo imutável, mas algo que não estaria sempre em cartaz (LACAN, 1960/1998; MELMAN, 2003; 2009). Dito de outra forma, em algum momento não será possível recorrer apenas ao pai para culpá-lo de embarreirar o gozo. Melman (2003; 2009) se coloca contra os psicanalistas que tentam “reinjetar o Édipo”: não se deve tentar salvar o pai, mas tentar ajudar o sujeito que chega ao divã a encontrar seu caminho, apesar das condições impostas pela nova economia psíquica.

6.3 Primeiro indício da mutação subjetiva

Anteriormente, viu-se de que forma surgiu o postulado do declínio da imago paterna e também como este foi rechaçado ainda nos anos 1970. Quais são as razões para Melman se firmar em uma tese refutada? Segundo Zafiroopoulos (2002), há uma cumplicidade entre alguns

psicanalistas e sociólogos da pós-modernidade que funciona com a intenção de diagnosticar os sintomas da sociedade atual, sobretudo sob a referência das chamadas patologias narcísicas. Esta parceria embasa versões atualizadas do declínio do poder social do pai, quer seja através da perda das referências na contemporaneidade, quer seja pelo enfraquecimento do poder das autoridades (Estado, polícia, família).

O declínio da *imago* paterna e o declínio da *função* paterna constituem teses diferentes e irreduzíveis entre si (XAVIER, 2017). A primeira, como visto até aqui, tem como base *Os complexos familiares* de Lacan e a referência antropológica em Durkheim. A segunda se refere a uma outra fase cujas influências já partiam de Lévi-Strauss. *O mito individual do neurótico* é um texto no qual Lacan manteve as colocações a respeito das consequências psíquicas do pai humilhado, mas doravante a partir de um ponto de vista simbólico.

Xavier (2017) se dedica a explicar duas diferentes correntes de pensamento. Uma delas, composta por Melman e Lebrun, defende uma conjunção entre os declínios da imagem social do pai e da função paterna. Estes autores se preocupam em detalhar a distinção entre as duas teses considerando a incidência de mudanças discursivas na autoridade que é atribuída ao pai para, em seguida, elencar o papel da função paterna na constituição psíquica. No que se refere a Melman e *Novas formas clínicas*, o avanço tecnológico nas questões reprodutivas e a adoção homoparental são exemplos de falência da imago paterna. A emergência de um sujeito atópico e as questões clínicas que o circundam – temas que serão trabalhados mais adiante – dão fé da falência da função paterna.

A segunda corrente é representada por Zafiropoulos e discorda da associação dos dois termos. Após 1953, a teoria lacaniana não justifica mais o declínio da imago paterna pela lei de contração familiar. A derrocada da função simbólica é agora atribuída à ineficácia de transmissão do Nome-do-Pai. Uma vez que existe uma dificuldade por parte do pai em alcançar o ideal do pai real, a humilhação é oriunda dessa inaptidão estrutural (XAVIER, 2017). Melman (2003; 2009) concorda com esta consideração até certo ponto. A questão da inaptidão estrutural está presente no seminário, pois o autor pressupõe que o “pai real” – que não é o pai da realidade, mas aquele que está no lar – está sempre correndo o risco de cair no ridículo. O pai ideal é o Um que escapa à castração, enquanto o “pai real” tem poderes e gozos limitados.

No entanto, a repetição do discurso do declínio da família patriarcal que está na base da tese da nova economia psíquica é nociva e seu uso pouco criterioso induz ao sentimento de nostalgia do pai (ZAFIROPOULOS, 2002; 2006). Muito embora Melman (2003; 2009) não concorde com as tentativas de salvar o pai, defende-se que o uso da tese refutada endossa formas

sutis de nostalgia, tais como o próprio questionamento das tecnologias de reprodução e as posições reacionárias em relação ao PACS.

O cenário atual é analisado por três vias. A primeira alternativa é a de que houve uma modificação fundamental do real clínico, o que compactua com a tese da nova economia psíquica e com a necessidade de construção de um novo instrumental teórico. A segunda segue o caminho oposto, equivalente a um certo preconceito dentro da psicanálise e resistente à mudança. A terceira via é aderir à massa ideacional que clama por um novo retorno a Freud e a Lacan (ZAFIROPOULOS, 2009).

Até aqui, Melman (2003; 2009) tem afirmado e dado provas de uma mutação cultural em curso, embasada na implementação da política neoliberal, nos avanços tecnológicos na sexualidade e reprodução, nas novas formas de linguagem na Internet e na forclusão do Outro. A nova economia psíquica significa dizer que há também uma mutação subjetiva em curso. Neste caso, o desaparecimento do complexo de Édipo mediante a decadência da função paterna é a primeira das evidências que reforçam esse pensamento.

Embora de tempos em tempos seja levantada a problemática de uma “neurose sem Édipo”, não seria possível estabelecê-la, uma vez que a condição do neurótico pressupõe a existência do Édipo (LACAN, 1955-1956). Seu desaparecimento preconizado por Melman (2003; 2009) implica a mudança do real clínico, novamente reafirmando o abandono do paradigma moderno da neurose e o ingresso numa segunda forma de mal-estar.

6.4 Gozo objetal x gozo fálico

Melman (2003; 2009) introduz o segundo traço da mutação cultural a partir do comentário do conceito freudiano de *Bejahung* (afirmação), presente no texto *A denegação*. A afirmação, segundo nota da revisão final brasileira, consiste em uma “afirmação como equivalente da unificação” (MELMAN, 2003, p. 96) e oposta à *Verneinung* (denegação). Quando a criança entra no mundo das representações, ela faz uma escolha entre aquilo que é digno de entrar no Simbólico e aquilo que não é. As escolhas infantis são dirigidas a objetos marcados pela virilidade, em detrimento daquilo que é obsceno e deve ser ocultado.

Na cultura ocidental moderna, a virilidade era atravessada pela castração e, como dito anteriormente, havia uma necessidade de dissimular, esconder e evitar o sexual. Na atualidade há uma inversão de termos: aquilo que antes era velado, agora é posto à vista ou “digno de representação” (MELMAN, 2003, p. 84; 2009, p. 81). Melman usa a poluição como ilustração dessa guinada, uma vez que o que antes era tratado como dejetos agora é considerado normal e está presente no convívio social.

O objeto *a* é socialmente incentivado e sua presença cada vez maior está relacionada com a rejeição do Outro e com a economia liberal. A associação que o sujeito estabelece com a sua vida muda de figura:

A manutenção da vida sempre constituiu um limite à consumação do gozo. Mas esta manutenção da vida somente operou enquanto a vida era considerada como sagrada. Como um bem, do qual eu era usufrutuário, mas não proprietário. (...) No novo dispositivo no qual entramos, se a vida se tornou o obstáculo profano à realização do gozo, é bem evidente que ela perde seu valor e até se torna um obstáculo, quer dizer, um valor negativo (MELMAN, 2003, p. 86; 2009, p. 82-83).

Na contemporaneidade, instituem-se modalidades de gozo que não visam à preservação da vida ou até mesmo que consideram tal preservação como um dano (MELMAN, 2003; 2009). Se a vida do outro nada tem de sagrado, é possível fazer dela um bem comercial. Há uma promoção do gozo objetual sobre o gozo fálico que estabelece uma dinâmica perversa.

6.5 Segundo indício da mutação subjetiva

A promoção do gozo objetual tem como consequência uma espécie de bissexualidade generalizada, uma vez que ambos os sexos se referem ao mesmo objeto. Melman (2003, p. 87; 2009, p. 84) considera isso como “um progresso formidável” e de interesse clínico. O pênis deixa de ser entendido como o semblante do falo e passa a ser mais um entre vários objetos parciais. Em suma, a diferença entre os sexos está sendo abolida. O novo gozo objetual também pode ser entendido de outra maneira:

São as mulheres que têm essa particularidade de não se contentarem com o semblante fálico, como faz o homem, mas têm esta particularidade de visar o objeto real que é o sexo do seu companheiro. De um certo modo, e evocando esta generalização que permite a qualquer sexo considerar o pênis como objeto parcial, podemos dizer que há uma espécie de feminização geral do gozo (MELMAN, 2003, p. 87; 2009, p. 84).

Melman (2003; 2009) demonstrou anteriormente que o arranjo malfeito que existe entre homem e mulher impossibilita a relação sexual. Essa impossibilidade se dá ao fato de que cada um tem um objeto diferente – respectivamente, o falo no lado feminino da fórmula de sexuação e o objeto *a* no lado masculino. A feminização geral do gozo pode ser então lida como a segunda incidência de uma mutação subjetiva, porquanto implica uma nova dinâmica de sexuação. Assim como o desaparecimento do Édipo, é preciso ir um pouco além na discussão sobre a sexuação contemporânea, a fim de verificar sua veracidade e compreender quais são as consequências desta nova configuração na constituição psíquica dos sujeitos.

6.6 Comunitarismo

Uma vez que o Outro na atualidade se encontra forcluído (primeira mutação cultural), o objeto *a* deixa de ser um instrumento fundamental da dimensão da alteridade (MELMAN, 2003, 2009). O novo estatuto do objeto *a* é dar suporte a semelhantes. Isto transparece no social na formação de grupos de semelhantes que são compreendidos pelo termo “comunitarismo”.

Segundo Melman (2003; 2009), a noção de comunitarismo tende a cair erroneamente no consenso de que um grupo é composto por indivíduos referentes a um mesmo pai ou ancestral. Isto não constitui uma regra. Por vezes, o pai é representado por um irmão mais velho ou por um líder que entretanto ocupa o mesmo espaço dos demais dentro de determinada comunidade. O que une esses semelhantes não é um ancestral, mas um inimigo comum. Eles se reúnem em prol da exclusão daqueles que são dessemelhantes, em vez de se unirem pela identificação mútua.

Este fenômeno não é inédito. Melman (2003; 2009) o compara com a “sociedade de mestres” da Antiguidade, uma comunidade em que os membros apenas reconhecem o seu poder por meio da identificação coletiva imaginária. Da mesma forma que as gangues comunitaristas de hoje, o mestre que vem de uma sociedade de mestres é intolerante à diferença e recusa a alteridade. Mais uma vez, a economia neoliberal se aproveita deste cenário. Os governos não precisam se opor aos comunitarismos, porque estes grupos são nichos de mercado em potencial. Além disso, a distribuição democrática do gozo assegura o acesso a gozos de massa para todos, independentemente da pertença a este ou aquele grupo.

Em uma sociedade de semelhantes, não há mais relação entre S_1 e S_2 . Melman (2003; 2009) propõe uma nova escrita: $S_1 - S_1'$. Se ambos estão no mesmo plano e espaço, não há falha entre os termos e não é possível que surja um $\$$. O que surge no lugar do sujeito é um eu (*moi*). A relação $S_1 - S_1'$ então se dá entre um eu (*moi*) e outro eu (*moi*).

A desigualdade fazia com que o desejo pudesse ser organizado. Melman (2003, p. 93; 2009, p. 90) utiliza o conceito de entropia¹⁶ para ilustrar essa situação na qual ver o outro supostamente possuir um objeto que o realizava gerava uma inveja produtora de desejo: “(...) no momento em que não há mais diferença entre os elementos, o movimento para. A máquina para. Para que a máquina funcione, é necessário que existam diferenças de níveis e de energia”.

¹⁶ Segundo o Koogan-Houaiss (1998), a entropia é um conceito da física termodinâmica e designa uma grandeza através da qual é possível calcular a degradação de energia em um sistema.

6.7 Questões clínicas: depressão, histeria, toxicomania, psicose

A depressão é o quadro clínico predominante na atualidade e se apresenta sob diversas formas novas. Segundo Melman (2003; 2009), ela surge de uma dificuldade ou inadequação no momento em que o sujeito sente que perdeu o valor perante o Outro. Lacan considerava que a depressão é uma covardia, uma vez que seria preciso referir-se ao Outro para saber qual deve ser o humor ou estado de espírito. Estes aspectos da vida humana não deveriam estar sujeitos a uma autoridade imaginária. O contraste entre a antiga e a nova economia psíquica se dá mediante a substituição do valor fálico pelo valor mercantil.

Outrora o valor era fálico porque a sociedade estava organizada por princípios de sentido que favoreciam esta dinâmica. Numa lógica aristocrática, cada indivíduo tinha um lugar bem definido: aquele que nascia nobre nunca deixaria de ser nobre, da mesma maneira que o plebeu ou o escravo jamais ascenderiam de casta. Não havia dúvidas em relação à mensagem vinda do Outro. O objetivo da vida era meramente livrar-se dos reveses e se reconciliar com o Cosmo ou, em outras palavras, recuperar uma posição no mundo pela qual não seria necessário batalhar para conquistá-la, pois esta já lhe era de direito. Na lógica judaico-cristã, ainda era possível assegurar o valor fálico através da conformidade aos mandamentos bíblicos, isto é, pelo cumprimento das palavras de um pai (FERRY, 2013). A dignidade era reconhecida ao sujeito por meio de uma sanção simbólica ou bênção (MELMAN, 2003; 2009).

Os intercâmbios econômicos neoliberais submetem os sujeitos a condições que escapam às suas qualidades e boa vontade. A atualidade corresponde então à possibilidade do convívio simultâneo de diversos princípios de sentido, entre os quais se destacam a lógica republicana – referente ao esforço próprio e à meritocracia – e a lógica desconstrutiva – movida pelo gozo e pela inovação destruidora¹⁷ (FERRY, 2013; 2015). A distribuição democrática do gozo acontece no mesmo cenário de uma competição generalizada. Apesar de o gozo de massa estar disponível, nem todos estão aptos a obtê-lo. As depressões deixam de ser um problema somente individual e passam a ser um problema social.

Em seguida, Melman (2003, p. 101; 2009, p. 95) conceitua a histeria como “a manifestação de um sujeito que não encontra o referente que dê autoridade à sua palavra”. A forma clássica – da enxurrada de palavras e arrebatamento de ouvidos alheios – não é observada hoje na mesma frequência que nos tempos de Freud.

¹⁷ Segundo a lógica mercadológica schumpeteriana, a competição instituída pela destruição criadora impulsiona a economia. Ferry (2015) contesta o sentido semântico do termo, uma vez que a destruição por si só não cria nada. Por exemplo, a destruição da profissão de copista não faz surgir a imprensa, mas a invenção de Gutemberg inaugura um novo paradigma em tecnologias da inteligência e extingue o trabalho dos monges. Seria então mais coerente falar em uma “inovação destruidora”.

As formas de histeria que melhor se adaptam à nova economia psíquica e moral pública são aquelas com tendências voltadas à teatralidade, porque dão acesso ao êxito no “mundo do espetáculo” (MELMAN, 2003, p. 102; 2009, p. 96). Por outro lado, a histeria coletiva tem estado muito mais presente no convívio social. Os sujeitos que não têm sua dignidade assegurada agrupam-se para formar uma só voz e fazer com que essa demanda de reconhecimento seja alcançada. Neste sentido, o comunitarismo se apresenta como um sintoma das histerias coletivas.

As toxicomanias constituem mais um aspecto clínico contemporâneo considerado pertinente por Melman (2003; 2009). Chama a atenção do autor o fato de que muitos jovens participam de trocas sociais que implicam o consumo de drogas e por isso acabam se tornando toxicômanos por acidente. Segundo Melman (2003; 2009), as drogas mais leves criam a ilusão de que existe um objeto que possa curar o sofrimento. O que essa anulação do sofrimento significaria para o toxicômano, se o sofrimento é a única prova cabal da existência?

A maneira como o fantasma se organiza em relação à dor e ao sofrimento permite que Melman (2003; 2009) faça uma divisão em duas possíveis categorias de sujeitos. De um lado estão aqueles para quem a vida é um bem maior e por isso tentam preservá-la. Para estes, sofrer faz parte de existência e dar um fim ao sofrimento é uma ideia repugnante. Mas há aqueles para quem a vida não é sinônimo de felicidade ou prazer. Estes últimos (entre os quais estão os toxicômanos) procuram abolir a vida.

Melman (2003, p. 139) estabelece uma relação de semelhanças entre a toxicomania e o gozo do Outro: “quando bebo, tenho a impressão de estar habitado pelo Outro, que é um Outro que fala pela minha boca, e nós dois estamos em perfeita harmonia e acordo”. Este comentário pode ser remetido ao que o autor dissertou sobre o fanatismo, de forma que talvez o alcoolista seja um fanático saudoso tentando reviver sua perfeita comunhão com o Outro. A partir deste ponto de vista, o alcoolismo é sempre uma passagem ao ato, visto ser uma tentativa de fazer com que as mensagens do Outro voltem a ser transmitidas para o sujeito que se sente abandonado.

As psicoses são descritas por Melman (2003) a partir da retomada da formulação da cadeia significante. Acima, a neurose foi esquematizada pela irrupção de um sujeito, $\$$, que surge da falha entre S_1 e S_2 . Este sujeito não é produzido na psicose, pois a cadeia não é mais interpelada pelo Nome-do-Pai. A fala do psicótico grave não tem consistência, já que ele ignora a queda do objeto a e não pode se organizar a partir do Real. Há uma constelação de Reais dos quais “emanam vozes diversas”, numa espécie de politeísmo (MELMAN, 2003, p. 141). As tentativas de cura se dão pela junção desses Reais dispersos em um só Real “monoteísta”. No

caso de Schreber, a resposta à expectativa desse Real é um “empuxo à mulher”, isto é, uma tentativa do sujeito de responder através do lugar de S_2 , feminino, em vez de responder como significante mestre S_1 , masculino.

Melman (2003; 2009) frisa que, apesar de utilizar o politeísmo como ilustração, esta prática não tinha incidências psicopatológicas na Antiguidade. As sociedades antigas que cultuavam vários deuses apresentavam a particularidade de não se acharem marcadas pela castração. A sexualidade era vivida de forma aberta e os desejos eram conscientes, articulados e realizados. Os escravos eram incumbidos de consumir o desejo e assim ocupavam o lugar da alteridade.

6.8 Atopia do sujeito e inconsciente contemporâneo

A forclusão do Outro consiste em um dos traços da condição subjetiva moderna. A pergunta é: se a mensagem não tem mais origem no Outro, de onde ela vem? Segundo Melman (2003; 2009), ela vem da opinião, do consenso social e do “bom senso”.

A mensagem do Outro na modernidade não era evidente, mas recebida de forma invertida (tal como Lacan expressa no Esquema L). O sujeito estava dividido em relação a esta mensagem e dependia do trabalho de interpretação do desejo desse Outro. Atualmente, o consenso social vem de uma opinião que é direta e sem brecha para mistérios. Em outras palavras, não há mais semblantes de objetos, mas objetos que são reais. A castração não é mais a medida para que o desejo seja construído, porque agora tudo depende da exibição do objeto e de sua capacidade de estimular e atrair o sujeito. A passagem do semblante do objeto para o objeto real pode ser ilustrada pela passagem do erotismo – atividade intelectual atravessada pela linguagem – para a pornografia – atividade meramente visual, imediata e objetiva (MELMAN, 2003; 2009).

Todas as menções ao inconsciente na obra de Lacan se referem à concepção freudiana de um sujeito detentor de um desejo que lhe é inconsciente. Sujeito e inconsciente, portanto, coexistem. Melman (2003; 2009), no entanto, afirma que, segundo Lacan, esta correlação nem sempre aconteceu. A psicanálise surge a partir de uma circunstância cultural determinada – o advento da ciência –, sem a qual este sujeito não existiria.

Na Antiguidade não havia uma “erupção vocal do inconsciente” (MELMAN, 2003, p. 151; 2009, p. 110) por conta da ausência de castração e das livres expressões do desejo. Vozes semelhantes ao que se possa chamar hoje de inconsciente eram consideradas como a própria voz do Diabo; uma possessão por algo exterior ao sujeito, mas nunca algo advindo de seu interior. A oposição entre diferentes tempos da história pode ser descrita da seguinte forma:

uma Antiguidade na qual existiu um sujeito, mas não um inconsciente; uma Modernidade na qual coexistiram sujeito e inconsciente; e uma contemporaneidade na qual há “um inconsciente que não tem sujeito, dissociado desse sujeito forcluído produzido pela ciência”, e o sujeito da ciência, mas sem inconsciente (MELMAN, 2003, p. 151, 2009, p. 110).

Nesse cenário, o sujeito contemporâneo é atópico, ou seja, “deslocado, fora do lugar” (KOOGAN-HOUAISS, 1998, p. 152). Não há mais uma relação com um desejo inconsciente, pois este está expresso agora de maneira clara através da opinião. Também não há mais referência no Real, uma vez que o mundo funciona sob uma lógica na qual “não há mais impossível” (MELMAN, 2003, p. 154; 2009, p. 113). A sanção simbólica que assegurava ao sujeito um desejo e uma identidade está em falta. Assim, os jovens chegam ao consultório com dificuldades de identificação sexual, já que seus pais funcionam num estado de ambiguidade que dificulta a formação da sua própria identidade. Em outros casos, os indivíduos enfrentam problemas em se manterem parados, pois estão fisicamente hiperativos ou constantemente mudando de cidade e emprego.

6.9 *Avant-propos*

Jean-Pierre Lebrun, colaborador de Melman, assina a apresentação de *La nouvelle économie psychique*. A escolha de trabalhar com essa introdução no final da leitura-escritura de Melman (2003; 2009) é justificada pelo fato de que este conteúdo auxilia a pensar a questão hermenêutica da carreira de Melman, a própria tese da nova economia psíquica e o desenrolar de questões posteriores, sobretudo a tese do matriarcado.

Segundo Lebrun (2009), o que unifica os diferentes textos reunidos neste livro é uma mesma interrogação: saber se a psicanálise dá conta dos desafios impostos pela mutação cultural em curso na atualidade. Longe de se aplicar apenas a este livro, esta interrogação é uma constante na obra de Melman, cujo ensino tem acompanhado a mutação. As primeiras menções a esta tese são situadas por Lebrun em março de 2001 e seguem durante as entrevistas que compõem *O homem sem gravidade*. O efeito esperado desta publicação era que debates fossem levantados tanto sobre a psicanálise em relação ao social quanto sobre o social em relação à psicanálise. Lebrun concorda com Marcel Gauchet ao dizer que, no vetor social-psicanálise, houve uma demora para que os psicanalistas chegassem ao campo social. Enquanto isso, no vetor psicanálise-social, há uma resistência por parte dos psicanalistas em superar um pensamento tido como dominante. Neste último sentido, provavelmente Lebrun se refere àqueles que se opõem à visão culturalista, compartilhada com Melman.

Lebrun (2009) fala sobre a oposição ao culturalismo quando reitera que, no campo da psicanálise, não há uma unanimidade:

Alguns, de fato, estimam que a estrutura do sujeito do inconsciente é sempre a mesma e que a referência lacaniana à linguagem – então esse sujeito é apenas o efeito – largamente suficiente a levar em conta. Para eles, a psicanálise não deveria estar porosa às modificações sociais e não haveria para a psicanálise nenhum interesse, menos ainda necessidade, de se preocupar com a mutação da sociedade na qual somos levados (LEBRUN, 2009, p. 7).

Em suma, os psicanalistas que discordam da nova economia psíquica partem das seguintes premissas: 1) a estrutura do sujeito é imutável; 2) o sujeito é um efeito da linguagem e isso é o suficiente; e 3) a psicanálise não deve se interessar pelo social (LEBRUN, 2009).

Boa parte desta apresentação é dedicada a comentar as últimas questões trazidas em Melman (2009) concernentes ao matriarcado e presentes em textos escritos em 2007, 2008 e 2009. Segundo um editorial de 2007¹⁸ escrito por Melman e mencionado por Lebrun, quiçá os lacanianos sejam os únicos a propor uma estrutura na qual uma doação imaginária da mãe faz a transmissão fálica. Seria preciso questionar o patriarcado enquanto esquema supostamente obsoleto, a ser substituído por um matriarcado.

Lebrun julga que esta é uma leitura possível para explicar o presente e o futuro da mutação cultural em curso. O próprio autor ressalta o perigo que uma leitura deste tipo suscita: cair em uma nostalgia do pai, cuja tentativa de revalorização não passa de um andar em círculos. A suposta primazia do pai é negada pelo próprio Lacan, em seu seminário *D'un discours qui ne serait pas du semblante* (LACAN, 1971): teoricamente, é o Édipo que instaura a primazia do pai, enquanto reflexo patriarcal. Lacan (1971) discorda desta suposição e utiliza uma forma lógica de falar sobre a castração, a partir do pai como um numeral: nas dinastias, o que diferencia os membros de mesmo nome são seus números: George I, II, III, IV... Com o tempo, o que acaba por diferenciá-los (ou confundi-los) é justamente esse numeral. A mãe, ao contrário, é inumerável, já que não resta dúvidas sobre quem ela é, ou sobre quem é a mãe dessa mãe.

A nova economia psíquica não se resume a uma evolução do matriarcado, mas a um declínio da economia centrada em um pai. Seu resultado não é o sujeito matriarcalmente centrado, mas um sujeito sem centro, *sem gravidade*. Com o auxílio de John Jakob Bachofen e de Ésquilo, Lebrun (2009) inverte a questão do nascimento: não é a mãe quem dá à luz, mas o pai. A mãe é apenas aquela que cuida de uma semente e assim salvaguarda a descendência do homem. Evidencia-se que o que está em jogo é menos o pai ou o patriarcado, e mais a dimensão

¹⁸ Editorial para o n° 2 da revista *Le bulletin lacanien*.

simbólica que esta figura exerce, isto é, uma nomeação. Para Lebrun (2009), um filho é aquele que é chamado de filho, ou seja, aquele a quem um pai cede seu nome. A paternidade pode ser então reconhecida por uma nomeação e a nomeação faz automaticamente desse um homem um pai.

Desta constatação decorrem duas ideias, distorcidas e opostas. A primeira é a de que um pai excessivamente consistente dificultaria a nomeação. A segunda ideia errônea é a de que o pai não seria mais necessário, por ser um mero “funcionário da linguagem”, posição que igualmente dificulta a nomeação. Sobre esta questão, Porge (2009) afirma que a tese da nova economia psíquica toma parte de um corpo teórico que nega as consequências do ato de nomear, retornando a uma posição teórica pré-saussuriana na qual a linguagem se resume a uma nomenclatura. A própria nomeação da teoria é problemática, já que nasce de “uma confusão entre psicanálise, sociologia e psicologia” (PORGE, 2009, p. 26). O problema não é questionar as mudanças culturais, mas compreender que elas não são objeto da psicanálise, porém da sociologia e da psicologia.

Por fim, o futuro é marcado por esse declínio da economia psíquica patriarcal e habitado por homens sem gravidade (LEBRUN, 2009). Em breve estes sujeitos poderão vivenciar o fim do interdito do incesto, edificação que ruirá por conta de um laço social em que tudo o que é desejado é entregue às massas, sem demora e sem proibições. Lebrun (2009) compreende que todo o trabalho de Melman até então culmina nestas duas teses: uma nova economia psíquica e uma sociedade matriarcal.

Apesar do destaque dado a esta segunda teoria nas publicações posteriores, a palavra “matriarcado” só aparece uma vez em *Novas formas clínicas*, dita por um espectador do seminário. Todavia parece natural que uma guiasse até a outra, observada a forma como Melman (2003; 2009) desenvolve as hipóteses da heterotopia entre S_1 e S_2 , da extinção da diferença sexual e da unificação do objeto do gozo. Se o discurso de S_2 (ou discurso feminino) só pode ser autorizado por si mesmo, a forclusão do Outro põe em risco a existência de S_1 . O homem pós-moderno caminha para um retorno do matriarcado porque, na ausência do Outro, ele está passando por uma feminização e se tornando um sujeito autorreferenciado.

7 ASPECTOS HERMENÊUTICOS: CRIANDO CONTEXTOS

7.1 Dufour e *A arte de reduzir as cabeças*

A arte de reduzir as cabeças é um texto publicado originalmente em 2003 e editado no Brasil pela Companhia de Freud em 2005. Dany-Robert Dufour é autor de trabalhos inscritos no tema da contemporaneidade, atravessados por questões econômicas e culturais, à luz das psicanálises freudiana e lacaniana. Além de *A arte de reduzir as cabeças*, o livro *O divino mercado: a revolução cultural liberal* também se insere na temática neoliberal.

Dufour (2005) argumenta que o capitalismo enquanto modelo econômico predominante na atualidade tem funcionado muito bem e alcançado êxito. As consequências deste sucesso desenfreado entretanto não parecem boas a longo prazo. A tendência é que a ânsia atual não cesse, consumindo recursos – animais, minerais, humanos – até chegar ao ponto de consumir a si mesmo. O consumo dos corpos já é uma realidade; a noção de “corpos produtivos” é apontada pelo autor como um conceito que já conta com certo tempo de existência. O que Dufour (2005) propõe como a novidade de uma era “pós-moderna” seria a tendência cada vez maior à destruição sistemática do sujeito moderno.

Esse sujeito da modernidade é enviesado por dois paradigmas do pensamento: crítico a partir de Kant e neurótico a partir de Freud. A emergência de um novo sujeito e sua apropriação pelo mercado neoliberal culminam numa redução de espíritos, ou dito de outra forma, em um “encolhimento das cabeças”. O sujeito contemporâneo é aquele da era “pós-moderna”, período marcado pelo fim das grandes narrativas, pela autonomia jurídica e independência econômica (LYOTARD, 2009). Um novo homem vai ganhando contornos em meio aos fenômenos múltiplos desta queda das narrativas. A desinstitucionalização da família, as dúvidas sobre as identidades sexuais e outros traços vão dando subsídios para relacionar pós-modernidade e neoliberalismo.

Dardot e Laval (2016) concordam com Dufour (2005) quanto à compreensão do regime neoliberal não apenas a partir do seu aspecto econômico, mas também enquanto uma ideologia que se estende a todos os aspectos da vida e da sociedade. Diferentemente das ideologias que o precederam, o neoliberalismo não foca na modelagem de um novo sujeito através de doutrinas, educação ou repressão, mas obtém esta conquista de um modo indireto, estabelecendo uma nova noção de objeto.

7.1.1 Mutação antropológica

Para Dufour (2005), a própria condição humana muda à medida que as formas de troca e de garantias simbólicas vão se modificando. O novo sujeito está imerso em uma lógica na qual os objetos e pessoas têm o seu valor simbólico diminuído. As duas consequências decorrentes desta mudança são a redução do excesso de sentidos e a própria redução do sujeito ao estatuto de mercadoria. Este é o objetivo final: uma *mutação antropológica*, indireta em relação a seu primeiro alvo, mas certa em relação a seu resultado.

Da mesma forma como acontece com a teoria da nova economia psíquica, Dufour (2005) fornece indícios de mutações subjetivas, com diferenças contrastantes em relação a gerações anteriores. A lógica neoliberal empurra os indivíduos para um funcionamento esquizoide, transformando-os em sujeitos abertos “a todas as flutuações identitárias e, conseqüentemente, prontos para todas as conexões mercadológicas” (DUFOUR, 2005, p. 21-22). Esta descrição se assemelha com as características que Calligaris (2013) utiliza para identificar os indícios de uma estrutura psicótica fora de crise: uma deriva e uma escassez de pontos de estofamento, ideais ao excesso de formas de gozo disponíveis no mercado.

O tema de uma mutação é o primeiro ponto de aproximação entre Dufour e Melman: enquanto o primeiro menciona uma mutação antropológica, o segundo fala em uma “mutação cultural” (MELMAN, 2003; 2009). Admite-se aqui que ambas se referem ao mesmo fenômeno, já que a antropologia nada mais é que a expressão do conhecimento a respeito do homem e conseqüentemente de sua cultura (ABBANGNANO, 2007). Os sinais desta mutação antropológica elencados por Dufour (2005) são novos sintomas, novas formas sacrificiais; agravo da violência, da delinquência, da toxicomania e das passagens ao ato – temas também muito caros a Melman.

Ainda no início do livro, Dufour (2005, p. 14-15) menciona *O homem sem gravidade* em uma extensa nota de rodapé, logo após ter defendido que a finalidade da estratégia neoliberal é essa adequação do homem à condição de mercadoria, “promovida desde então como único real”. O seguinte trecho permite uma melhor compreensão de que consistiria na mercadoria o único real:

Segundo Melman e Lebrun, um “homem liberal” estaria efetivamente em formação, abalando a antiga economia psíquica. Estaríamos, assim, passando de uma economia fundada no recalque e, pois, na neurose, para uma cultura que promove a perversão, última defesa contra a psicose. Ora, a diferença entre a antiga economia psíquica e a nova diria respeito, notadamente, ao novo estatuto do objeto introduzido pelo ultraliberalismo (DUFOUR, 2005, p. 15).

Neste sentido, o novo estatuto da mercadoria – único objeto real – é proposto pelo autor como o fator que implementa a diferença entre a “antiga economia psíquica” e a “nova

economia” (DUFOUR, 2005, p. 95). Apesar de não ter tido contato com o livro de Melman e Lebrun antes de concluir *A arte de reduzir as cabeças*, a perspectiva de Dufour a respeito do texto dos dois psicanalistas é a de que as teses que ele mesmo expõe podem, com a ajuda de *O homem sem gravidade*, encontrar fundamentação clínica.

Mas a que se deve esta mutação? A queda das grandes narrativas é também a queda de uma imagem central do Terceiro, Outro ou grande Sujeito, como Dufour (2005) se refere mais frequentemente. Na enunciação, o *eu* e o *tu* estão sempre construindo este Terceiro, que é o *ele* de quem falam, que os autoriza e a partir do qual se organizam. Este grande Sujeito é sempre político, porquanto unifica os outros pequenos sujeitos. Dufour identifica este Outro com o que Lacan (1958 [1959]/1998, p. 590) chama de Nome-do-Pai: “o significante do Outro como lugar da lei”.

7.1.2 O Outro, sua história e suas figuras

A lei apenas se constitui a partir da interrogação “qual é a lei?”. Por este motivo, o Outro é incompleto e não está em posição de devoção cega. O sujeito “se sujeita”, mas também resiste e demanda respostas do Outro. Logo, aquele que transgride a lei precisa primeiramente conhecê-la. Nestas condições, como pensar a forclusão do Outro proposta por Melman (2003; 2009)? Pode-se responder a isto nestes termos: se o Outro não responde mais ao sujeito que o interroga, a lei não se constitui e o sujeito não se aliena. O Outro é *imaginário*, isto é, ele precisa que as figuras que ocupam este lugar funcionem como ficções para que sua função simbólica seja garantida. Cada cultura cria a sua versão para poder unificar os sujeitos e dar-lhes uma representação através desta ficção.

Se o Outro é incompleto – porque responde a uma demanda – e imaginário – porque necessita de um suporte ficcional –, sua natureza não é imutável. Há diferentes histórias e figuras do Outro, em diferentes culturas e épocas:

O sujeito foi submetido às forças da *Physis* no mundo grego, ao Cosmos ou aos Espíritos em outros mundos, ao Deus nos monoteísmos, ao Rei na monarquia, ao Povo na República, à Raça no nazismo e algumas outras ideologias raciais, À Nação nos nacionalismos, ao Proletariado no comunismo... (DUFOUR, 2005, p. 39).

Cada nova figura do Outro acarretaria novas formas de inconsciente. Dufour (2005) faz uma diferenciação inicial entre o inconsciente moderno e as sociedades tradicionais. O autor toma como ponto de partida um argumento de Marcel Gauchet. Esta é a premissa: não existiu um inconsciente antigo porque a lei do Simbólico era seguida à risca durante a Antiguidade. Mesmo assim havia diferenças entre sociedades antigas. Diferentemente dos monoteístas, os politeístas possuíam um Outro que é múltiplo e oráculos assumiam o lugar de último recurso.

Nos mitos antigos, há sempre forças misteriosas, incompreensíveis e contraditórias que compõem um destino do qual não se pode escapar.

Se Gauchet está correto e a Antiguidade não tem um inconsciente, isto se dá em razão da ausência da internalização dos recalcamientos. O inconsciente antigo nesta leitura é inteiramente visível e apreensível através das historietas, mitos e poemas épicos. Esta forma explícita de inconsciente permitiu a Freud compreender que o mito de Édipo dizia algo sobre a condição humana e utilizá-lo como modelo teórico.

Da mesma forma que haveria formas diferentes de inconsciente, haveria também “idades do inconsciente” (DUFOUR, 2005, p. 44). A modernidade possui várias destas figuras do Outro, correspondendo ao fim da unicidade do Outro antigo, seja sob sua forma singular ou múltipla. Dufour (2005) demarca temporalmente o início da era moderna com o início das relações de escambo entre a Europa e a América e entre a Europa e o Oriente, cujas trocas comerciais e culturais efeturaram uma mudança permanente em todas as dimensões da vida. A entrada na modernidade, baseada em Koyré (1958/2006), é a saída de um mundo fechado em si – referenciado a uma figura do Outro – para um universo infinito.

A multiplicidade de Outros acontece na mesma época em que a Igreja como detentora do saber começou a ruir diante do advento da ciência e do sujeito cartesiano. No século das Luzes, a abertura prosseguiu com o auxílio de Jean-Jacques Rousseau. Com Kant, finalmente surgiu um sujeito descentrado, produtor de uma crítica e de uma razão.

A modernidade é enfim definida pelo imperativo da crise e da instabilidade do tempo e do espaço. Trata-se de “um tempo de todos os tempos ao mesmo tempo”, pleno de novas modalidades de discurso e de dominação (a escravidão e a colonização), fundadas em um “terror da exceção” (DUFOUR, 2005, p. 51) e, contraditoriamente, críticas no próprio cerne da sociedade. No entanto, uma vez que se torna crítico, este sujeito está submetido à neurose e ao mal-estar na civilização moderna, ou seja, à culpa ante a impossibilidade de satisfazer seus desejos em uma sociedade que possui normas estritas a serem seguidas (FREUD, 1930 [1929]/1974). Esta culpa é o pagamento da dívida simbólica para com o Outro.

Este sujeito duplo vê seus dias chegarem ao fim na pós-modernidade. A dificuldade em demarcar a mudança que descontinuou a modernidade reside no fato de que todas as suas figuras do Outro parecem ainda estar disponíveis hoje, no entanto sem que nenhuma delas consiga alcançar um posto de maior relevância em relação às outras. Um acontecimento na história pode ser tido como o fato que pôs um fim em toda a possibilidade de estabelecimento de uma figura do Outro: o horror deixado pelos campos de concentração de Auschwitz,

essa catástrofe ocorrida no coração da região mais culta do mundo, a velha Europa. (...) todos de repente aparecerem apenas como terríveis ilusões sabiamente construídas que por fim nos conduziam apenas a antinomias, o que transforma – inverte, poderíamos dizer – a lei em crime e o crime em lei (DUFOUR, 2005, p. 58-59).

7.1.3 Narrativas e candidatos a Outro na pós-modernidade

A pós-modernidade carece de um Outro, ao tempo que abunda em semblantes de Outro diversos. As narrativas não estão categoricamente extintas, mas aquelas que ainda persistem, meramente sobrevivem. Dufour (2005) comenta algumas delas.

A *narrativa religiosa monoteísta* acolhe as demandas por origem. Apesar de salvaguardar os sujeitos sob a condição de “sujeitos de Deus”, a religião segue sendo um discurso de dominação, tanto dos corpos quanto dos espíritos, o que desde o sujeito kantiano já não funciona muito bem.

Já a *narrativa dos Estados-nação* possui diversas vertentes. O direito de ser sujeito de uma nação pode ser reconhecido àquele que está em seu território (*jus soli*). Alguns são reconhecidos por carregarem no sangue a descendência dos que nasceram naquela nação (*jus sanguinis*), ou ainda por terem a fluência de sua língua materna. A democracia como regime político é justamente o que outrora separava os Estados-nação, mas atualmente os reúne. As narrativas regionais vão substituindo cada vez mais os nacionalismos: não é mais a Espanha enquanto nação que é celebrada, mas a Catalunha, cuja independência foi recentemente tema de referendo.

Por último, as *narrativas da emancipação do povo trabalhador*, tanto a russa quanto a chinesa, prometiam o fim das desigualdades sociais e da luta de classes. Ambas entraram em desuso após a ascensão da China no comércio exterior e a queda do muro de Berlim. Uma vez que tais narrativas não se sustentam mais, o espaço está aberto para que candidatos a Outro disputem entre si este lugar.

A *Natureza* surge como “um retorno à geografia” (DUFOUR, 2005). Todos os totens – o símbolo do Pai – ruíram. O que ganha espaço agora é um retorno à terra – a Mãe Natureza. A causa ecológica é uma das únicas que surgiram pós-maio de 68, e parte de sua eficácia se dá ao que Ferry (2015) aponta como uma “heurística do medo”: entre outros males contemporâneos, tem-se medo do aquecimento global, do efeito estufa, do derretimento das calotas polares, do buraco na camada de ozônio... O homem assustado que antes era ridicularizado e infantilizado agora é tomado por sábio e precavido. A heurística do medo dá um caráter “apocalíptico” à candidata Natureza. Ela não se mantém como Outro, pois esbarra em um empecilho: o homem é um ser cuja natureza é não ter nenhuma. Daí surge a necessidade a criação da cultura enquanto

sua segunda natureza. Em suma, não haverá um culto à Natureza sem que haja também uma ecologia da cultura (DUFOUR, 2005).

A *democracia* é mais um candidato e conta com a vantagem de ter unificado todos os Estados-nação depois de Auschwitz. Para Dufour (2005), ela cria um problema bastante intrincado: ao passo que é livre, o sujeito da democracia não conta mais com a ficção e pode acabar não dando conta de se sustentar sozinho.

Ainda na questão das narrativas locais, a falta de uma grande ficção permite que pequenas outras ficções deem origem a novas formas de *tribos*. O laço social destes grupos, do mesmo modo que é posto por Melman (2003; 2009), possui referências próprias e autofixadas dentro de uma comunidade na qual todos são semelhantes. O aspecto que Dufour (2005) primeiramente frisa é que estes semelhantes estão reunidos sobretudo por conta de novas formas sacrificiais. As narrativas monoteístas eram muito bem resolvidas quanto à questão sacrificial, pois a depositavam numa figura única – no caso do cristianismo, a paixão e crucificação de Jesus, cuja morte era um sacrifício que perdoava os pecados de todos sob aquela crença. Se não há mais um bode expiatório, empreende-se um retorno às formas sacrificiais anteriores, cujos tributos precisavam ser pagos regularmente.

Em seguida, Dufour (2005) aborda mais uma questão que permeia o trabalho de ambos os autores, que usarão expressões semelhantes para definir estes grupos: comunitarização (em Dufour) e comunitarismo (em Melman). Uma vez que as narrativas se tornam cada vez mais locais, corre-se o risco de cair num relativismo que fragmenta as sociedades em grupos cada vez menores; “assim, serão precisos juízes negros ou descendentes de magrebinos para julgar os delinquentes negros ou os descendentes de magrebinos” (DUFOUR, 2005, p. 75).

Mas há outra entidade que persiste em unificar a sociedade, apesar da comunitarização: o candidato a Outro denominado Mercado. Dufour (2005) o identifica como a tentativa mais bem-sucedida de ocupar o lugar de Outro até agora. Não há reivindicações de território, nem de crença em um ou vários deuses. O Mercado se alimenta da diversidade e se aproveita de desejos específicos:

Em outras palavras, a mercadoria deve poder funcionar no quadro da economia pulsional. Essa conexão das duas economias (do mercado e pulsional) é, afinal, o que explica a força e o domínio atual da narrativa da mercadoria. Trata-se, em suma, de pôr diante de cada desejo (...) um objeto industrializado encontrável no mercado dos bens de consumo (DUFOUR, 2005, p. 76).

Dada a lógica que impera no desejo, o objeto que supostamente irá suprir as necessidades do sujeito sempre será apenas mais um numa cadeia infinita que nunca é definitivamente satisfeita e dada por encerrada. Existe então uma perigosa associação entre esse

desejo nunca contemplado e uma demanda de mercado. A associação das economias do mercado e pulsional é o que traduz efetivamente a nova economia psíquica de Melman (2003; 2009): um aproveitamento pelo mercado do crescimento da presença do objeto *a*, acarretando um imperativo do gozo e modificações morais.

Apesar do poder que o Mercado hoje representa e de seu papel no laço social, é possível que ele ocupe o lugar de grande Sujeito? Dufour acredita que não. Não se trata de uma economia geral ou simbólica, mas de uma “economia econômica” (DUFOUR, 2005, p. 84), que procura ceder ao sujeito tudo aquilo que é do seu desejo. O Mercado falha ao ceder uma narrativa sobre a origem desse sujeito, de modo que ele se encontra sozinho consigo mesmo. A questão do comunitarismo/comunitarização retorna sob o viés da ausência do Terceiro, aquele que intermedeia as relações. A dessimbolização do mundo da qual o filósofo fala é aquilo que em Melman (2003; 2009) decorre da forclusão do Outro e culmina em uma heterotropia entre os termos da cadeia significante. A consequência é a saída da neurose como interface padrão da subjetivação – uma dívida com o Nome-do-Pai –, adquirindo agora contornos psicotizantes – uma forclusão do Nome-do-Pai.

7.1.4 Histeria moderna, histerologia pós-moderna

O autorreferenciamento do sujeito contemporâneo pode ser percebido superficialmente como algo positivo, mas na realidade constitui uma dominação ainda maior. A mudança da modernidade para a pós-modernidade é também uma passagem da histeria – forma principal da neurose moderna – para a histerologia – forma com a qual se responde hoje à forclusão do Nome-do-Pai.

A histerologia supõe a inversão da ordem dos termos em uma narrativa. Em outras palavras, o sujeito pós-moderno é convocado a dar contas de uma autenticidade que implica uma completude (“seja você mesmo!”), quando na realidade ele ainda está em formação. Para Dufour (2005, p. 91), “(...) é possível que a exigência de submissão a si seja ainda mais pesada de sustentar que a submissão ao Outro. Como, com efeito, contar com um si que não existe ainda?”. O sujeito histerológico está preso em uma espiral de frustrações interiores que o encaminham para o fracasso e o sentimento de ser uma fraude.

A condição subjetiva pós-moderna pode ser então resumida por um estado-limite (*borderline*) entre a neurose e a psicose, expresso nas melancolias e personalidades fabricadas para a troca comercial. As narrativas da vida comum incentivam o autorreferenciamento através dos programas de *reality show*. A linha que diferencia o *se cuidar* do *se drogar* se torna tênue. As modificações do humor são imprecisas, porque existe uma dificuldade em especificar o que

é ou não fabricado pelo consumo de fármacos e psicotrópicos. Dufour (2005) concorda com Ehrenberg sobre o caráter depressivo do sujeito pós-moderno: a depressão é outro nome para a melancolia que assolava aqueles que em outras épocas já precisavam se fundar sozinhos (reis, imperadores e demais figuras do grande Sujeito). Desta forma, “o que define o sujeito em pós-modernidade é algo como o sentimento de onipotência quando ele é bem-sucedido e de impotência quando não o é” (DUFOUR, 2005, p. 105).

Dufour (2005) não compactua com a ideia de que a pós-modernidade seja um momento de liberdade, uma vez que a queda dos ídolos afeta a construção do Supereu e por conseguinte afeta a introjeção do Ideal do Eu. O Pai está morto, mas a vergonha substituiu a culpa típica do neurótico moderno e por isso não há uma condenação pelo seu assassinato. O pós-moderno é inconsistente egoicamente, simbolicamente deficiente e habita um presente “dilatado”, no qual as outras noções de temporalidade estão difusas.

A carência do Outro na conjuntura social busca ser suprida por diversas formas, a exemplo dos bandos, gangues, seitas e da violência das passagens ao ato. Além dessas tendências, a adição aparece como uma espécie de resposta à depressão e de escape para comportamentos compulsivos. Dufour (2005) compreende esta situação de forma ampla, tal como Melman (2003; 2009). Isto quer dizer que o adicto não é apenas o toxicômano ou o alcoolista, mas qualquer sujeito que consome um produto de maneira descontrolada. Neste sentido, a adição no senso comum remete primeiramente à droga apenas por ela ser a mais aditiva destas mercadorias. Dufour (2005) considera que os adolescentes de hoje se encontram assolados pela perda de referência ao Outro e suscetíveis a estas modalidades compensatórias. A situação com a qual se deparam é inédita, porque as gerações anteriores nunca experimentaram uma condição subjetiva semelhante e nada sabem sobre ela.

7.1.5 Um problema transgeracional

Dada a destituição do sujeito crítico e neurótico, é preciso agora entender por que vias se constitui o sujeito contemporâneo, acrítico e psicotizante. Suas principais características são: estar “(...) disponível para todas as conexões, [ser] um sujeito incerto, indefinidamente aberto aos fluxos de mercado e comunicacionais, em carência permanente de mercadorias para consumir” (DUFOUR, 2005, p. 118). A emergência desse novo sujeito é preconizada há pelo menos vinte anos por diversas correntes sociológicas e antropológicas, representadas por autores como Christopher Lasch, Jean-François Lyotard, Louis Dumont e Gilles Lipovetsky.

Duas instituições são fundamentalmente responsáveis por esse novo sujeito. Por um lado, o livro foi a grande invenção do Renascimento, e seu impacto nas formas de simbolização

do sujeito moderno pode ser entendido como equivalente ao lugar ocupado pela televisão na atualidade. Para Dufour (2005, p. 120), seria ingênuo não considerar a influência da TV nos processos de simbolização das crianças, que tendem a chegar à escola “empanturradas de televisão desde a sua tenra idade”. Uma vez que a exposição ao conteúdo televisivo começa cada vez mais cedo, estes pequenos sujeitos ainda em formação estão vulneráveis à publicidade, ao adestramento precoce para o consumismo e à violência das imagens.

O horror já estava desde cedo presente na vida das crianças através dos contos infantis. Que semelhanças e disparidades existem entre estes e as cenas violentas apresentadas na televisão? De acordo com o autor, os contos podiam ser horríveis, mas eram mediados por uma figura amistosa (mãe, pai, avós) e assim conseguiam entrar num circuito enunciativo que os tornava aceitáveis. Além disso, os personagens dos contos são imaginários (fadas, ogros e vampiros), e por isso a criança consegue compreender que fazem parte do mundo da ficção. As imagens violentas da televisão são muito realistas porque se tratam de assassinatos, assaltos, brigas e sequestros. Não há uma distância entre esses fenômenos e o mundo real.

Quanto maior o tempo em frente à TV, menos tempo de interação familiar. Neste sentido, o personagem Oh Dae-Su do filme sul-coreano *Oldboy* (2003) faz uma perfeita descrição do estatuto da televisão hoje. Após ter sido sequestrado e mantido em cárcere por 15 anos, a televisão era sua única janela para o mundo externo: “Se você ficar à toa numa cabine telefônica num dia de chuva... e encontrar um homem cuja face se esconde numa sombrinha violeta... Eu sugiro que você fique perto de uma TV. A televisão é também um relógio e um calendário. É sua escola, casa. Igreja, amigo. E amante”. A televisão por vezes assume o patamar de Terceiro na vida da criança e substitui os pais na função de educadores e de transmissores do discurso e da dimensão simbólica.

Se as referências simbólicas já estão fixadas, a criança já possui significantes que a auxiliam a lidar com as imagens que provêm da TV e a transcrever estas informações para o discurso. Quando isso não acontece, cria-se uma dependência:

(...) a imagem externa se torna então uma espécie de conexão mais ou menos colada nas imagens internas, nas fantasias (frequentemente imagens de onipotência ou de impotência) que povoam o aparelho psíquico. (...) De um lado, elas não podem ser objetivadas, o que significa que não se abrem para um procedimento que desemboque num saber; de outro, investem toda imagem exterior que lhes é dada, de modo que se constituem como uma espécie de tela (...) que se interpõe entre o sujeito e a realidade que lhe chega (DUFOR, 2005, p. 132).

A palavra possui um estatuto de enigma e de autoridade em si mesma por conta do acesso à função simbólica que torna todos os sujeitos servos da linguagem (DUFOR, 2005). Assim como a televisão, a nova escola é um dos dispositivos que hoje impelem o sujeito rumo

ao enfraquecimento da função crítica. As reformas pedagógicas “democráticas” criaram um sistema no qual as crianças estão privadas do enigma de aprender e os professores não são mais incentivados a ensinar. Dufour (2005) aponta que Hannah Arendt já previa algumas consequências das mutações educacionais desenvolvidas nos EUA.

A autoridade em Arendt é incompatível com a persuasão e compreende um terceiro termo entre a igualdade e a coerção (DUFOUR, 2005). Seu intuito básico é introduzir os novos sujeitos nas regras preestabelecidas do mundo. Este encargo precisa ser tomado pelos adultos, pois sua recusa significa a omissão da responsabilidade para com o mundo que deixam para os seus filhos. Os responsáveis pela transmissão geracional precisam se investir de autoridade para que possam atribuir o lugar de cada um às gerações posteriores.

A contemporaneidade é marcada por uma negação da transmissão geracional, de forma que “tudo se passa como se essa geração de modo nenhum quisesse envelhecer” (DUFOUR, 2005, p. 138). Os pais já não sabem agir como pais, pois não se sentem na obrigação de transmitir o conhecimento geracional para os filhos. Os filhos, por sua vez, não possuem um sentimento de dívida com a geração predecessora que supostamente deveria educá-los. Os especialistas de diversas áreas (pedagogos, psicólogos, juristas) contribuem com a criação da “criança” como objeto de estudo. Isto tudo culmina num modelo educacional no qual a geração atual não faz mais a educação da geração seguinte e as manifestações de violência e hiperatividade dos jovens são contidas cada vez mais cedo através das vias medicamentosas, sem que haja uma reflexão sobre as origens desses comportamentos (DUFOUR, 2005).

7.1.6 Sexuação, “sexão” e extinção do Édipo

A negação da diferença geracional surge como uma das características do sujeito pós-moderno. Segundo Dufour (2005), este tipo de negação está relacionado com o Real; trata-se de um fato orgânico do qual não se tem controle. A diferença sexual, assim como a diferença geracional, está submetida ao Real, pois não se escolhe em qual geração nascer, nem muito menos com que sexo nascer. Estas são questões fundamentais com as quais todos os sujeitos precisam lidar.

O Real submete os sujeitos aos sexos masculino ou feminino. Dufour (2005), no entanto, assevera que esta informação não é suficiente para deter a negação da diferença ou a “promoção do unissexo”. Uma série de fatos sociais dão fé deste fenômeno: as discussões a respeito da adoção de crianças por casais homossexuais, a reprodução assistida e as flutuações da identidade sexual.

Dufour postula que o complexo de Édipo é justamente o conceito que organiza as duas diferenças: geracional e sexual. Na psicanálise freudiana o Édipo é apresentado através do interdito, ou seja, “de uma não-relação entre as relações de aliança e as relações de filiação” que introduz o sujeito no laço social (DUFOUR, 2005, p. 153). Ao contrário de Melman (2003; 2009), Dufour evoca Lévi-Strauss:

Se é verdadeiro dizer, como Lévi-Strauss pode fazer, que convém colocar Freud, depois Sófocles (e os índios Pueblos e muitos outros), no número das diversas versões do mito de Édipo, é com a condição expressa de acrescentar que essa versão de Freud pretende ser um estatuto de exceção. Esse estatuto especial não diz respeito a que ela seja a última versão – todas as que a precederam o foram, cada uma por sua vez, em seu tempo, e outras ocuparão essa posição depois da de Freud (DUFOUR, 2005, p. 156).

Freud tenta dar à sua versão do Édipo uma singularidade que não necessariamente pode ser alcançada. Para tanto, integra uma certa quantidade de outras narrativas de caráter edípico, como *Hamlet* e a história bíblica de Moisés. Neste ponto, Dufour (2005, p. 161) coloca aos leitores a mesma questão de Melman: “estaríamos condenados a arrastar conosco eternamente o ‘sintoma’ de Freud, o que ele descobre ocasionalmente em 1897, em sua (auto) análise, o complexo de Édipo?”.

Dufour (2005) expõe duas tendências atuais de como se desembaraçar do Édipo, consideradas pelo autor como ruins e problemáticas. A primeira delas é representada pelo psicanalista Pierre Legendre e está fundamentada nas mudanças jurídicas que cercam a paternidade na história do Ocidente. Os atos de fundação da Europa aludem ao direito romano, reafirmado nos séculos XI e XII pelo direito canônico. Esta seria a origem do Estado e do Direito estabelecidos a partir do princípio genealógico. A função do pai consistiria assim num princípio lógico desde sempre interligado à lei e ao poder na cidade. O “Estado industrial capitalista” enquanto produto do Patriarcado segue dando continuidade à canonização do pai, uma vez que a laicização da lei não representou o fim deste esquema.

Legendre pretende fazer deste princípio genealógico o grande Sujeito ainda em voga. No entanto, Dufour (2005, p. 165-166) alerta que “toda montagem histórica é sempre o produto de circunstâncias locais (...). Se se absolutiza tal grande Sujeito, é grande o risco de se tornar algo como o padre, o porta-voz ou o profeta desse grande Sujeito”. Em outras palavras, tende-se a tomar uma figura local de forma essencialista. O Simbólico termina enfraquecido e neutralizado pelo jurídico. O pai passa a ser reduzido a uma normatividade.

A segunda tendência é representada por Serge Leclair e prega uma rejeição total ao complexo de Édipo. Se o objetivo da análise é fazer o sujeito falar em primeira pessoa, a eliminação da terceira pessoa – o *ele*, o Pai – não estaria de todo incorreta. Entretanto, é preciso

primeiro se servir deste Terceiro antes de se desfazer dele, ou do contrário encaminha-se para uma estrutura psicótica. Os psicanalistas pós-modernos precisam tomar uma decisão: “ou eles permanecem freudianos e não podem questionar o papel do pai e, com ele, as diferenças sexual e geracional, ou eles inventam uma outra teoria, a da indistinção sexual, mas então eles rompem as amarras com Freud” (DUFOR, 2005, p. 170).

Dufour (2005) sustenta ainda que existe uma “oferta pública de compra” foucault-deleuziana da psicanálise, cujo êxito depende de estratégias para burlar o lacanismo. Esta fórmula foi utilizada anteriormente na tentativa de cortar o complexo de Édipo no freudismo e agora tenta remover o conceito de Nome-do-Pai da teoria lacaniana “ou, no mínimo, demonstrar que ele não tem nada a ver com a diferença sexual, nem com a diferença geracional” (DUFOR, 2005, p. 174). Isto implicaria uma revisão das fórmulas de sexuação e a atualização do axioma “não há relação sexual”, agora convertido em “não há diferença sexual”. O falo deixa de se dividir entre duas fórmulas e passa a ter uma função única e contínua. O contraste entre Leclaire e esta conjuntura foucault-deleuziana é que o primeiro compreende que a sociedade nunca saiu de um funcionamento homossexual, enquanto os últimos trabalham para que isto nunca mude.

A questão que se coloca agora é: como apagar as fórmulas de sexuação? A hipótese da bissexualidade generalizada em Melman (2003; 2009) dá a entender algo neste mesmo sentido, mas não aprofunda a discussão. A posição de Lacan pode ser resumida pela ideia de uma “lei da *sexão*”, ou seja, “o corte originário dos sexos” (DUFOR, 2005, p. 176). A partir desta concepção, Dufour (2005) explica que a *sexão* é a condição orgânica estipulada pelo Real a todos os sujeitos, ou seja, pertencer a um sexo ou ao outro. Outra modalidade de leitura desta *sexão* é pelo viés do Real enquanto impossível. Esta forma é tida por Dufour (2005) como negativa e significa que não há como mudar o sexo no Real, porque não há como converter um texto cromossômico de XX para XY ou vice-versa. As possibilidades de mudança de sexo se limitam a serem apenas não reais.

Quanto ao campo simbólico, Dufour (2005) reafirma o que foi visto em Melman (2003; 2009) sobre a não existência da relação sexual, ou seja, a não existência de uma relação lógica entre os gêneros. Sobre esta questão, o autor faz um comentário interessantíssimo:

(...) o encontro entre os sexos é apenas, no fundo, um caso particular de não-relação dos gêneros. Pode-se por isso compreender que dois homens ou duas mulheres que se encontram, friccionando-se as mucosas apropriadas, também farão muito bem a coisa. Pior, ou melhor, a escolher: já que não há relação lógica entre os gêneros, poderia até ser que, quando eu trepo, eu trepe fundamentalmente só. (...) Não um só sexo, mas só no sexo! E, se esse for o caso, não há empecilho a que eu possa efetivamente fazer isso completamente sozinho, ou a dois, ou a três, ou a quatro, ou a quinze ou vinte... O fato de que não haja relação sexual nos leva, pois, bastante longe nas possibilidades de coito (DUFOR, 2005, p. 178).

A condição imposta pelo Real não impede que os sujeitos optem por um gênero ou outro. Este é um direito que, a depender da época ou cultura, pode ser total ou parcialmente negado. Para que se possa trabalhar com essa diferença entre os gêneros, ainda é preciso que ela exista. A escolha do sexo (ou escolha do texto XX ou XY) entretanto não é possível, muito embora seja uma demanda atual observada nos debates dos *gender studies*. Ela se torna cada vez mais presente hoje porque a democracia se propõe a conceder aos sujeitos as definições autorreferenciais explanadas anteriormente. Esta escolha do sexo expressa uma tentativa de autofundação não apenas no Simbólico, mas também no Real. O Mercado tem buscado se adequar a todas as formas de gozo possíveis, o que faz das identidades sexuais um alvo de interesse comercial. A desterritorialização do sexo em relação à biologia torna estas identidades cada vez mais flexíveis, flutuantes, variáveis e favoráveis à expansão do capitalismo.

7.1.7 Um fim amargo ou um novo começo?

Dufour (2005) demonstrou durante toda a extensão do livro de que forma os sujeitos têm sofrido com a ocorrência da dessimbolização na pós-modernidade. Mas antes de encarar os fatos de maneira nostálgica, o autor convida à reflexão: a dessimbolização deveria ser repudiada ou comemorada? Por mais prejuízos que represente, o esvanecimento do Simbólico pode ser apenas um curto episódio. Esta crise pode posteriormente relevar-se como uma chance de libertação de antigas questões envolvendo o Estado, a Igreja e a família. A falta de leis advindas do Outro pode ser uma oportunidade para a descoberta de leis próprias. “Em resumo, é preciso decidir: estamos na hora, próxima do grande meio-dia nietzschiano, de um niilismo filosófico enfim lúcido? Ou na hora crepuscular de um ‘niilismo cansado’?” (DUFOUR, 2005, p. 190).

Infelizmente Dufour (2005) constata que as pessoas não sabem mais o que pensar. A dessimbolização passa a ser compreendida não como uma nova forma de resistência, mas de dominação. O autor recorre a Pierre Bourdieu na defesa da tese de que todo ato cultural é sempre um ato de controle. A cultura deixa de ser encarada como uma ferramenta de salvação e passa a ser um método de alienação (DUFOUR, 2005).

Em *Tristes trópicos*, Lévi-Strauss (1957) conta uma história que pode servir de exemplo para ilustrar a cultura enquanto dominação. O relato versa sobre uma das suas visitas aos índios Nhambiquara e o que aconteceu após uma troca de presentes, momento no qual os exploradores deram à tribo lápis e papel. A citação é um pouco longa, mas relevante:

Está claro que os Nhambiquara não sabem escrever. (...) depois, um dia, eu os vi ocupados em traçar no papel linhas horizontais onduladas. (...) escreviam ou, mais

exatamente, procuravam a dar ao seu lápis o mesmo emprego que eu. (...) o chefe do bando via mais longe. Apenas ele, sem dúvida, compreendera a função da escrita. (...) Ora, mal havia ele reunido todo o seu pessoal, tirou dum cesto um papel de linhas tortas, que fingiu ler, e onde procurava, com uma hesitação afetada, a lista dos objetos que eu devia dar em troca dos presentes oferecidos. (...) Que esperava ele? Enganar-se a si mesmo, talvez; mas, antes, surpreender os companheiros, persuadi-los de que as mercadorias passavam por seu intermédio, que ele obtivera a aliança do branco e participava dos seus segredos (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 314-315).

Em suma, a escolarização para Lévi-Strauss (1957) não constitui de todo uma possibilidade de aprendizagem e compreensão dos conteúdos. Longe disso, este caso serviu para demonstrar que a escrita pode ser utilizada como um mecanismo para aumentar a autoridade de uns e a servidão de outros.

Este tipo de dominação é definido por Dufour (2005) como um domínio sociopolítico. A primeira dominação é ontológica, uma vez que não há um instinto ou natureza propriamente humana, mas o imperativo da linguagem para a constituição de uma cultura (DUFOUR, 2005). A dominação sociopolítica é posterior à ontológica e consiste na subjugação de grupos de indivíduos por meio de fatores políticos, econômicos e culturais. Trata-se também de estratégias de dissimulação dos grupos dominantes, com a intenção de fazer com que os dominados pensem que seus interesses particulares são interesses universais. Estes dois meios de dominação estão interligados. Dufour (2005) sugere que a dominação ontológica é originária e impossível de escapar, enquanto a sociopolítica é contingente. Através deste mecanismo de correlação, os dominantes exercem sobre os dominados um controle do acesso ao sentido, ou seja, à função simbólica.

A confusão entre os dois tipos de dominação deve ser evitada, mas “é justamente esse erro que cometem os que veem fatos de resistência à dominação sociopolítica nos atos de dessimbolização” (DUFOUR, 2005, p. 196). O neoliberalismo difere dos esquemas de dominação anteriores porque não procura tomar o controle através das instituições. A intenção real é derrubá-las para moderar os sujeitos pela sua dependência simbólica, ou seja, pela dominação ontológica. O adjetivo “liberal” resume as características que são esperadas do sujeito pós-moderno, pois o Mercado necessita que ele seja livre, “liberado” do excesso de Simbólico e apto à fluidez necessária às trocas comerciais. Os valores fundamentados pelo Simbólico não são mais necessários e ainda podem representar uma resistência à propaganda. A dessimbolização adquire três vias: a venal, a geracional e a niilista.

O dinheiro possui valor fiduciário, ou seja, um valor simbólico que lhe é creditado independentemente de ser apenas um pedaço de papel ou de metal. Além disso, a moeda remete a uma dívida, a exemplo da inscrição “*this note is legal tender for all debts*” na nota de dólar, e remete às origens de uma nação, como no uso de retratos de fundadores ou políticos ilustres

nas notas. O euro representa uma grande mudança na relação com o dinheiro, pois é uma moeda que tenta se desembaraçar de toda essa rede simbólica. As moedas de euro ainda possuem uma face, “mas nos valores maiores, as notas (...), há apenas portas, janelas e pontes” (DUFOUR, 2005, p. 201). Os cartões de crédito são o próximo passo, dado que são símbolos puros da cifra, sem ligação alguma com a cultura. Dufour (2005) afirma ainda que, se não há valores simbólicos, pouco interessa ao Mercado se o dinheiro é limpo ou sujo. A posse do dinheiro é o mais importante, e não os meios para obtê-lo.

O trabalho já não é utilizado como a medida que define o lugar social. Os empregos se tornaram escassos e a mão de obra, desqualificada. A contemporaneidade assiste ao crescimento de um grupo de jovens indivíduos espremidos entre a escola e o emprego. Eles são “consumidores improdutivos” porque possuem necessidades mas não têm recursos para sustentá-las. Os jovens acabam restritos ao ócio, ao prolongamento da vida escolar e a um abandono a si mesmos, pois não sabem o que fazer. A extinção da diferença geracional trata de fazer com que a família seja alheia ao Simbólico e resumida a uma instituição provedora dos produtos indicados pela mídia.

A dominação do neoliberalismo não está no plano sociopolítico, como visto acima. Isto quer dizer que a redução a um Estado mínimo não é vista como algo negativo. O mecanismo de dominação em curso se aproveita de redução e da fraqueza do Estado para promover uma “tirania sem tiranos” (DUFOUR, 2005, p. 207). Em vez de se servir das instituições, a economia neoliberal promove a anomia, isto é, a falta de leis e regras. Se não há regra, todos competem igualmente, independentemente de os mais adaptados estarem em vantagem com relação aos menos adaptados.

O momento atual é de uma “virada capital”, pois as instituições tais como foram construídas durante toda a história estão em perigo. A maior preocupação de Dufour (2005) é que a própria construção moderna da noção de sujeito também corre o risco de desaparecer. A saída proposta pelo autor é tentar proteger o sujeito moderno a todo custo. Em relação às demandas pós-modernas, é preferível não arriscar, ainda que representem uma oportunidade de recomeço.

7.2 Lacan e a *Alocução sobre as psicoses da criança*

Após a leitura de Melman (2003; 2009) e Dufour (2009), fica evidente que ambos concebem uma mudança no estatuto social, hoje funcionando em uma montagem perversa enquanto última defesa contra a psicose. Em outras palavras, o social empurra o sujeito para um funcionamento psicotizante e o sujeito responde a esta demanda pervertendo. Os problemas

transgeracionais que perpassam os textos dos dois autores são caracterizados pela dificuldade dos jovens para se identificarem com seus pais e se constituírem como sujeitos (MELMAN, 2003; 2009), e pela falta de disposição dos adultos para se autorizarem pela educação da geração seguinte (DUFOR, 2005). A escolha do texto de Lacan que será trabalhado a seguir se deu por conta das aproximações com estes aspectos teóricos e por um certo caráter premonitório que a *Alocução sobre as psicoses da criança* possui no que diz respeito às mudanças sociais que aconteceram desde então.

A *Alocução* é uma transcrição da fala com a qual Lacan concluiu a Jornada de estudos sobre as psicoses da criança em 22 de outubro de 1967. Segundo Mannoni, M. (1968), o evento foi marcado pela oposição teórica de duas correntes diferentes: o grupo francês de base estruturalista, representado por Lacan e os membros de sua Escola, e o grupo inglês de base existencial, representado por David Cooper e Ronald Laing. Este é um material produzido no intervalo entre os seminários *A lógica do Fantasma* – encerrado em 21 de junho – e *O ato psicanalítico* – que só começou mais de um mês depois, em 15 de novembro.

Logo no início do texto, Lacan faz alusão à discussão sobre o tema e suas críticas a Henri Ey:

Para partir desse objeto bem centrado [as psicoses], eu gostaria de fazê-los sentir sua unidade a partir de algumas frases que proferi há cerca de vinte anos numa reunião na casa de nosso amigo Henri Ey, que vocês sabem ter sido, no campo psiquiátrico francês, o que chamaremos de um civilizador. (...) Para reduzir tudo a seu fim mais preciso, tive de contradizer o organodinamismo de que Ey se fizera promotor (LACAN, 1968/2003, p. 359).

Lacan provavelmente se referiu a alguma discussão de fundo que tomou forma escrita com as *Formulações sobre a causalidade psíquica*. Este texto foi publicado na *L'Évolution Psychiatrique* em 1947 e é composto de críticas ao organodinamismo de Ey, sobretudo em relação à dimensão da loucura nesta construção teórica. Ey a supunha como “a falha contingente das fragilidades do organismo”, enquanto para Lacan a loucura “é a virtualidade permanente de uma falha aberta em sua essência” (LACAN, 1968/2003, p. 359).

Lacan fez oposição a Ey com uma teoria que versa sobre o louco como aquele que realiza o ideal narcísico. O psicanalista também chama a atenção para o fato de que Ey perdeu de vista a questão fundamental que a loucura coloca ao sujeito, que é justamente aquilo que a distingue de uma afecção neurológica: o sentido da vida e sua liberdade (STRAUSS, 2001).

Na *Alocução*, Lacan repetiu um dito já presente nas *Formulações* sobre o entendimento da loucura enquanto companheira e aquilo que faz limite a esta liberdade¹⁹. A loucura seria

¹⁹ “Longe de ser um insulto para a liberdade (como enuncia Ey), ela [a loucura] é sua mais fiel companheira, segue-lhe o movimento como uma sombra. E o ser do homem não apenas não pode ser compreendido sem a loucura,

ainda um elemento constitutivo do ser do homem, porquanto não é possível compreendê-lo na ausência dela. Neste sentido, é compreensível que diversas culturas desde a Antiguidade tenham tido em sua história um conceito aproximado do que hoje se entende por loucura (LANTÉRI-LAURA, 2000). Por outro lado, a ideia que cada sujeito possui da loucura funciona como uma regulação de sua liberdade, entendendo o livre (ou não-louco) como aquele que está em pleno controle de suas capacidades psíquicas, que está dentro de si; e louco como o fora de si.

Para Lacan (1968/2003), não é por acaso que a discussão sobre a liberdade evoca outros três termos: a criança, a psicose e a instituição. É importante contextualizar: a década de 60, época da escrita da *Alocução*, foi o auge da contracultura. Se a psicose, disse Lacan (1968/2003), é tudo o que é dito sobre ela, talvez façam sentido os experimentos que são feitos em diversos lugares, “instaurando modas, métodos em que o sujeito é convidado a se proferir naquilo que eles entendem como manifestações de sua liberdade” (LACAN, 1968/2003, p. 360). Estas manifestações de liberdade adquirem diversas faces, a exemplo da revolução sexual, do culto ao amor livre e do uso de drogas como forma de alcançar estágios superiores da percepção.

Lacan havia iniciado sua fala agradecendo a Maud Mannoni pelo esforço em reunir diversos psicanalistas em torno de uma questão que tinha para ela uma importância particular. Neste contexto de experimentos terapêuticos, é preciso acrescentar as modas e métodos utilizados para o próprio tratamento da loucura: as críticas e contribuições da própria Mannoni, pautadas pelo princípio de não segregação, bem como as experiências institucionais que desenvolveria no Instituto Médico-Pedagógico de Thiais e, a partir de 1969, na Escola Experimental de Bonneuil (POLO, 2005).

Com relação aos psiquiatras ingleses, Cooper e Laing foram os representantes de um movimento “antipsiquiatria” cujo argumento era o de que as estruturas sociais dominantes (família, Estado, hospital) têm um trato inadequado com o louco, sobretudo com o esquizofrênico. O movimento antipsiquiátrico inglês tinha um viés fortemente marxista e uma visão da loucura que dispensa uma nosografia, considerando-a como um estado modificado de consciência e uma alienação que o esquizofrênico é forçado a enfrentar. Em suma, o louco não só não está doente, como é aquele que põe em dúvida a norma (e a normalidade) dos ditos “sãos de espírito”, aquele cuja fala incomoda e por isso precisa ser diminuído e silenciado. Neste aspecto, o “doente mental” seria uma resposta de resistência e libertação a um cenário de desequilíbrio familiar (AMARANTE, 1998).

como não seria o ser do homem se não carregasse em si a loucura como limite de sua liberdade” (LACAN, 1968/2003, p. 359).

Cooper e Laing propunham então novas estruturas institucionais, marginais, livres ou “anti”: não apoiavam o uso de medicamentos, mas sim de uma análise do discurso da metanoia, a saber, o discurso da viagem ou delírio do louco. Laing (1968) chegou a comparar os efeitos da “viagem metanoica” com o estado alucinatório decorrente do consumo de LSD, com o intuito de significar o papel do *setting* na experiência de tratamento. O tratamento e o ambiente podem decidir de forma semelhante se essa “viagem” será boa ou se será uma *bad trip*.

Lacan (1968/2003, p. 360) no entanto questionou se esta perspectiva de liberdade não seria demasiado estreita, havendo em seu cerne “seu limite e seu engodo”. Este foi o ponto em que começou a trabalhar a criança psicótica de modo mais específico no texto. Lacan evocou uma observação de Cooper (1968, p. 48), naquele mesmo evento: “para compreender o que está em jogo na dinâmica familiar do esquizofrênico, é preciso impulsionar o estudo até a terceira geração e costurar ali o que está em germe como fator psicotizante”. Cooper tratava da alienação social do esquizofrênico em uma estrutura familiar, enquanto Lacan abordava o mesmo fator pelo viés das leis de ordem dialética presentes na transmissão geracional. Posteriormente, na *Nota sobre a criança* (LACAN, 1969/2003), reafirmou esta posição: o sintoma da criança responde ao que é sintomático em uma estrutura familiar e que carrega sua verdade.

Segundo Lacan (1968/2003, p. 360), “o fator de que se trata é o problema mais intenso de nossa época, na medida em que ela foi a primeira a sentir o novo questionamento de todas as estruturas sociais pelo progresso da ciência”. A ciência justamente inaugura o que pode ser tratado nos termos de uma mutação cultural. A mutação adveio de uma ruptura que naquele momento ainda não tinha sido historicamente demarcada, mas já estava sendo encaminhada: de acordo com Ferry e Renaut (1988), os textos fundadores do que eles chamam de Pensamento 68 são, efetivamente, contemporâneos ao maio de 1968. Alguns destes livros o antecederam e outros o sucederam imediatamente²⁰. Esta ruptura implica uma mudança no liberalismo do século XIX, balizado pelos ideais humanistas e republicanos, cujo valor supremo é a liberdade. A partir daí, o caminho estava aberto para um esquema de competição generalizada da economia neoliberal, na qual a tutela do Estado está ausente. Será preciso lidar com a segregação não apenas no âmbito da psiquiatria, mas em escala universal (LACAN, 1968/2003).

²⁰ Os mais importantes representantes do Pensamento 68, de acordo com Ferry e Renaut (1988): *História da loucura* (1961), *As palavras e as coisas* (1966) e *A arqueologia do saber* (1969), de Michel Foucault; *A escritura e a diferença* (1967) e *Gramatologia* (1967), de Jacques Derrida; *Escritos* (1966), de Lacan; *Diferença e repetição* (1969) e *Lógica do sentido* (1969), de Gilles Deleuze.

A questão colocada aos imperialismos substitutos do Império uno é, em outras palavras: quais métodos de segregação são eficazes? Dardot e Laval (2016, p. 9) referem alguns aspectos da vida social enfraquecidos pelo liberalismo, sendo a dificuldade da ação coletiva o mais grave deles: “As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual (...). A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania²¹”.

O que se fala hoje nestes termos – neoliberalismo, globalização, competição generalizada – pode ser encontrado em Lacan (1968/2003) sob a insígnia da época planetária,

na qual se informarão por algo que surge da destruição de uma antiga ordem social, que eu simbolizaria pelo Império, tal como sua sombra perfilou-se por muito tempo numa grande civilização, para ser substituída por algo bem diverso e que de modo algum tem o mesmo sentido – os imperialismos, cuja questão é a seguinte: como fazer para que massas humanas fadadas ao mesmo espaço, não apenas geográfico, mas também, ocasionalmente, familiar, se mantenham separadas? (LACAN, 1968/2003, p. 360-361).

Lacan (1968/2003) reiterou a afirmação de Jean Oury, na qual o psicótico é aquele que funciona como símbolo do que delimita e autoriza a liberdade; um transmissor que capta uma mensagem e devolve ao coletivo as informações que fixam as noções de liberdade e de sanidade naquela época e cultura. Se é possível fazer perguntas, disse Lacan, é porque alguém que está do lado de fora desta dinâmica disse algo. Esse alguém não é o alienista, muito menos o psiquiatra, seu sucessor moderno; trata-se do psicanalista, sujeito inaugurado por Freud. O psicanalista não apenas é outro como sua palavra é também dita a partir de outro lugar, de outra posição e de outro discurso. Este discurso não corresponde ao discurso do mestre, tampouco ao discurso universitário.

O psicanalista surge a partir da obra de Freud. Lacan (1968/2003, p. 361) se interrogou: “Que é essa obra?”. A pergunta é carregada de muitas outras dúvidas. Mais do que esclarecer o que é a psicanálise, a questão que Lacan colocou tem mais a ver com saber até que ponto o psicanalista iria em razão da instituição psicanalítica e que escolhas são feitas em nome de sua manutenção (ou de sua subversão). Os ecos do “retorno a Freud” e de sua consequente excomunhão da SFP são visíveis:

(...) foi para fazer face às carências de um certo grupo que fui trazido a este lugar que em nada ambicionava: o de ter que nos interrogar, junto com aqueles que puderam me ouvir, sobre o que fazíamos em consequência dessa obra e, para tanto, remontar a ela (LACAN, 1968/2003, p. 361).

²¹ Para estes autores, o neoliberalismo também culmina em uma mutação e suscita o surgimento de novas formas de subjetividade e de novas patologias psíquicas. Entre estas novas subjetividades, a que trabalham com maior ênfase é a da gestão da vida pessoal como se gerisse uma empresa: foco em competências, planejamento estratégico, entre outros métodos.

O “certo grupo” ao qual fez menção são aqueles aos quais, pela “lógica familiarista” e pela ausência de uma denominação melhor, Zafiroopoulos (2006) se refere como os irmãos pós-freudianos de Lacan. Estes se achavam em meio a desvios e negações do texto freudiano, mas salvos pela autorização e custódia de Freud. Estes analistas de quem Lacan falava são aqueles que reagiram à crítica e retificação transferencial que o “retorno a Freud” representou.

O essencial do que esta obra significa foi reiterado por Lacan como uma ética que precisa ser assegurada, que não pode ser subdimensionada ou esquecida. Esta ética pauta a função do analista, cujo objeto, interesse ou tormento é esta formação que pode ser qualificada como humana. Contudo, o que forma um sujeito? O refreamento do gozo, ou seja, traçar para o gozo um limite. É isto que Freud, no século XIX, evidenciou e depositou em um lugar fundamental – não sem resistências, quer seja por parte da sociedade civil, quer seja por parte de seus próprios colegas da ciência.

Freud elevou a dimensão sexual do sujeito a outro patamar de importância na vida psíquica: um ser-para-o-sexo, em oposição ao *Sein zum Tode* (ser-para-a-morte) de Heidegger, eco de séculos e séculos de vida penitente. Para Lacan, reconhecer em Pascal um antecedente histórico auxilia a compreender o retraimento de que sofre esse ser para-a-morte: “Pascal, ao transformar essa ascese numa aposta, efetivamente a fecha” (LACAN, 1968/2003, p. 362): em outras palavras, se é melhor apostar na existência de Deus, é também melhor viver na renúncia ao gozo.

Mas o sujeito está à altura de sustentar esse estado de ser-para-o-sexo? Estes sujeitos não parecem nem felizes, nem motivados a isto, porque esta condição ainda não foi de todo compreendida (LACAN, 1968/2003). O problema que se coloca é este: o ser-para-a-morte, qualquer que seja o lado que escolha nesse jogo de aposta, se confronta com a morte do outro. O ser-para-o-sexo por outro lado o leva à uma falsa ilusão: ao invés de ser a saída bem-sucedida que o ser-para-a-morte almeja, ele é confrontado com a sua própria castração.

Esta é a razão pela qual o penitente muito tem a perder ao se aliar ao psicanalista (LACAN, 1968/2003). Se a aposta de outrora refreava o gozo, o que dizia respeito ao sexual não tinha relação com o penitente; as historietas, anedotas e folguedos sexuais eram livres. Consequentemente, fica difícil julgar se a vida sexual nos séculos anteriores era mais fácil ou melhor, uma vez que este tipo de julgamento é feito não pelo penitente, com quem nada tinha a ver, mas pelo ser-para-o-sexo.

“Decerto não é exagero relacionar essa degradação com a ‘presença do psicanalista’” (LACAN, 1968/2003, p. 363). Esta passagem faz com que seja retomado algo que Melman (2003; 2009) menciona em relação a uma diferença entre Freud, Lacan e o modo de ambos

encararem o objetivo da maturação sexual. A liberação sexual é o modo pelo qual o neurótico de Freud se desvencilharia de seu sintoma. Já para Lacan, não há relação sexual. O analista é também ser-para-o-sexo, e no fim das contas, em algum momento, também reduz o parceiro a objeto *a*, mas isto não ocupa lugar no ato analítico.

A crítica que Lacan (1968/2003) fez à psicanálise de sua época é que muito embora o sujeito chegue à análise por esta sua condição de ser-para-o-sexo, a saída dessa análise, pelo menos ao que consta das leituras de seus psicanalistas contemporâneos, se resumiria a uma reforma de sua ética, constatada pela emissão de belas palavras por parte do analisante enquanto provas de eficácia terapêutica. Dessa forma, ele pôs em contradição aqueles que o consideravam como um analista que apenas opera pela linguagem, enquanto estes não se reconheciam na própria posição que criticavam. Se o valor de uma análise é conseguir operar sobre a fantasia, a deficiência destes “irmãos pós-freudianos” (ZAFIROPOULOS, 2006) é apressar estas intervenções. A consequência deste erro, segundo Lacan, é uma tentativa de ficção que desliza para uma falsificação que não provoca efeito.

Essa incapacidade de trabalhar a fantasia institui o engano da harmonia no hábitat materno que, de acordo com o que foi trabalhado por Melman (2003; 2009), representa uma época nostálgica na qual o sujeito tem o sentimento de relação plena com o Outro e suas demandas. Desprezada a possibilidade de uma relação disfuncional, a anorexia nervosa é considerada apenas uma esquisitice. De acordo com Lacan (1968/2003), é preciso dar à linguagem o seu devido lugar e importância na construção da fantasia que opera na relação entre mãe e criança. A criança que tapa os ouvidos já não está no pré-verbal, ao contrário do que acreditam os pós-freudianos:

Mas o que pergunto a quem tiver ouvido a comunicação que questiono é se, sim ou não, uma criança que tapa os ouvidos – dizem-nos, para quê? Para alguma coisa que está sendo falada – já não está no pós-verbal, visto que se protege do verbo (LACAN, 1968/2003, p. 365).

A ação de proteger-se do verbo torna-se mais compreensível em relação com outro trecho, este do seminário *L'Envers* (LACAN, 1969-1970, p. 17): “não é a mesma coisa: dizer que ‘o inconsciente é a condição da linguagem’, ou dizer que ‘a linguagem é a condição do inconsciente’. ‘A linguagem é a condição do inconsciente’, é o que eu digo”. Em outras palavras, Lacan novamente sustentou a estrutura de linguagem do inconsciente e a existência da matriz simbólica, anterior à matriz edípica. O psicótico está fora do laço social, mas ainda assim está na linguagem, e ela por si só não garante que o sujeito será lançado em um ordenamento edípico (JERUSALINSKY, 2009). Não se tapa seus ouvidos ao acaso.

Deste engano, mais uma consequência: enquanto perdura o mito desta relação perfeita entre mãe e criança, a referência ao corpo paga o preço. A exclusão produzida a partir daí só faz sentido a partir do objeto *a*, mas é justamente este objeto que ela elimina de qualquer fixação definitiva de um entendimento. Para Lacan (1968/2003, p. 366), “ela só é compreendida ao se opor a que seja o corpo da criança que corresponda ao objeto *a*”, o que não faria sentido, exceto se esse objeto fosse dado como inanimado. Inanimado, pois o objeto aparece na fantasia não como efeito, mas como causa de um desejo. Isto não impõe uma fixidez a esse objeto, a ponto de que o desejo não possa ser abalado – por exemplo, na diferença entre a criança mítica, idealizada, e aquela que não corresponde a esses ideais.

Lacan (1968/2003, p. 366) em seguida postulou a importância do objeto transicional, conceito cunhado por Donald Winnicott: “O importante, contudo, não é que o objeto transicional preserve a autonomia da criança, mas que a criança sirva ou não de objeto transicional para a mãe. (...) [Sua natureza] é a de um condensador para o gozo, na medida em que, pela regulação do prazer, ele é despojado do corpo”. Em outras palavras, o que importa de fato é se esta criança conseguirá ou não ocupar, na fantasia desta mulher-mãe, o lugar de objeto *a*, que por sua vez está além da imagem: não é um corpo, mas um operador lógico (PACHECO, 2009; 2015).

Diante desta fuga do mito da relação materna perfeita, será que tudo mais apenas surgiria como dificuldades de uma determinada época? Pacheco (2009) assinala que neste processo o corpo se torna um objeto de consumo. Isto é precisamente o que Lacan comentou quando descreve dois problemas opostos: o do direito do nascimento e o do direito ao corpo, a ponto de seu completo desmembramento para os escambos neoliberais.

A era da “criança generalizada” é consequência de todas estas mudanças. Lacan (1968/2003) afirmou, em referência à fala de um religioso nas *Antimemórias* de André Malraux: não existe gente grande, e é este fato que marca a entrada do mundo no caminho da segregação. Há duas leituras possíveis para esta expressão: a criança é generalizada por ocupar a posição de objeto no gozo do Outro, mas também se pode entender que Lacan se referiu à posição do homem contemporâneo, atravessado pelos discursos da ciência e do capitalismo (FORMIGONI, 2017). A sequência do diálogo de Malraux é bastante interessante, apesar de não ser mencionada por Lacan: “Concordo com o capelão de Glières – mas se ele preferia que não houvesse gente grande, é que as crianças estão salvas...” (MALRAUX, 1968, p. 6). Em outras palavras, se os supostos adultos estão preferindo a vida como crianças generalizadas, talvez seja preciso salvaguardar as verdadeiras crianças da homogeneização do “todas crianças, todos iguais” (FORMIGONI, 2017).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura-escritura de *Novas formas clínicas* demandou a proximidade capital a um trabalho minucioso; a atenção da qual emergiram as colorações que o autor tentou dar às palavras; e a desconstrução necessária para escorregar pelas rachaduras do texto, encontrar suas remessas e desenvolver sentidos. O questionamento do estatuto de novidade da economia psíquica contemporânea tal como esta é estipulada e divulgada por Charles Melman (2003; 2009) foi uma constante durante o percurso de pesquisa.

A leitura não poderia se furtar a um debate sobre as diferentes expressões do sofrimento psíquico ao longo do tempo, uma vez que a nova economia psíquica é depositária de novas formas clínicas. A existência de diferentes paradigmas na psiquiatria moderna, sejam de caráter unitário ou pluralista, demonstra o processo de construção e o caráter diacrônico da psicopatologia.

Cada época possui um referencial científico e econômico a partir do qual se constrói um arcabouço epistemológico para explicar a loucura. Melman é filho da era das grandes estruturas psicopatológicas, mas também testemunha da queda da Europa e da ascensão dos Estados Unidos como potência econômica e tecnológica no pós-guerra. Talvez por isso o tema da mutação cultural não seja algo que apareça recentemente em seu ensino, no entanto alcança o auge de sua teorização entre 2001 e 2002, quando *Novas formas clínicas* e *O homem sem gravidade* foram produzidos.

O processo de mutação cultural advém da queda dos grandes textos que endereçam os sujeitos de cada época à ideia de um grande Sujeito. Os motivos desta falência das narrativas são diversos: o desenvolvimento da economia liberal; o progresso tecnológico; as novas formas de comunicação; o contrato entre partes substituindo a lei; e o controle do homem sobre a fecundação e a reprodução. Alguns dos marcos históricos que situam estas mudanças culturais são a Revolução Industrial, o surgimento do nazismo, o fim da Segunda Guerra Mundial, a queda do muro de Berlim e a criação do euro. O resultado da falta de uma narrativa poderosa o suficiente para contemplar as sociedades de forma universal implica a forclusão do Outro. As consequências mais marcantes deste processo de mutação são 1) o desenvolvimento de um modelo de sociedade cujos sujeitos são semelhantes e 2) um laço social psicotizante, cuja perversão surge como última estratégia de defesa.

O neoliberalismo está no cerne de toda a discussão. Melman (2003; 2009) propõe que a nova economia psíquica é concomitante às formas econômicas em sociedade, enquanto Dufour (2005) afirma que o regime neoliberal atua por meio da “redução das cabeças”. A dominação

através da dessimbolização dos sujeitos estende-se para todos os aspectos da vida humana. A diferença geracional é negada, o que resulta na era da criança generalizada, na negação da responsabilidade sobre as gerações futuras e na dificuldade de inserção dos sujeitos recém-chegados na dimensão do discurso. A negação da “sexão” dificulta a possibilidade de a criança se identificar com os pais (MELMAN, 2003; 2009). O descolamento do sexo biológico possibilita a produção de infinitas identidades, flexíveis e suscetíveis às necessidades do Mercado (DUFOUR, 2005).

A loucura também foi apreendida pelo neoliberalismo. Se hoje existe uma associação de interesses entre a ciência e o mercado medicamentoso, o objetivo deixa de ser criar medicamentos para atender a uma demanda de saúde. A lógica se inverte e as doenças passam a ser criadas para atender a uma demanda do mercado farmacêutico. Logo, o desejo na atualidade está sendo progressivamente dessimbolizado e isto também ocorre com o *pathos*, pois existem articulações em curso que visam a uma massificação que favoreça seu potencial mercantil.

As novas psicopatologias existem porque a criação delas é interessante para o comércio. Isto não quer dizer que seus signos clínicos sejam inéditos, pois algumas categorias clínicas de paradigmas psiquiátricos passados hoje se encontram diluídas em diversos transtornos, como é o caso dos signos característicos das histerias em comparação com as *borderlines*, anorexias e bipolaridades.

Esta é uma resposta superficial porque somente dá conta do aspecto psiquiátrico do problema. A tese de Melman (2003; 2009) não consiste apenas em um novo arranjo econômico da pulsão. A mutação cultural pressupõe uma mutação subjetiva, o que constitui uma outra leitura da nova economia psíquica. Defende-se que a forclusão do Outro e a decadência da função paterna propostas por Melman implicam o progressivo desaparecimento do complexo de Édipo. Da mesma maneira, a homogeneização do objeto de gozo – o unissexo ou bissexualidade generalizada – culmina na exclusão da diferença sexual, o que pressupõe uma mudança na leitura das fórmulas de sexuação. Estas mudanças põem em questão o modo como as estruturas psíquicas se constituem e, conseqüentemente, como cada sujeito responde à castração e à lei.

Por mais que Melman (2003; 2009) esteja sempre se remetendo às leis da linguagem, ele trabalha com uma noção de Édipo que é fundamentada em referências utilizadas pelo “jovem Lacan” em sua fase durkheimiana, pré-saussuriana e anterior à estruturação do Simbólico. Este pequeno detalhe promove uma discussão sobre as teses do declínio da imago e da função paterna, mas também evidencia em Melman (2003; 2009) uma normatividade da

versão freudiana do Édipo, em detrimento do verdadeiro núcleo universal: o interdito do incesto.

Melman não se apresenta como um saudosista e até mesmo se opõe aos teóricos que buscam “reinjetar” o Édipo. Já Zafirooulos (2009) afirma que a tese do declínio da família patriarcal e de seu chefe é o paradigma que sustenta a repetição do discurso da nova economia psíquica e de seus sintomas – o esvaziamento da função simbólica, o aumento do número de passagens ao ato, as *borderlines*, “as psicoses coletivas, as perversões, a desestabilização do laço social, a emergência do pai sem nome” (ZAFIROPOULOS, 2009, p. 4). A nostalgia presente no texto de Melman é sutil, mas demonstrada através da normatividade do Édipo freudiano, da oposição à adoção de crianças por casais homossexuais e às políticas de reprodução assistida.

Não há neurose sem Édipo. Se a nova economia psíquica de Melman propõe que a neurose não é mais o paradigma, isto quer dizer que ela propõe também uma nova constituição subjetiva e, conseqüentemente, uma monumental mudança no real clínico. Não cabe a esta pesquisa confirmar ou negar a veracidade da tese, mas trazer à tona os perigos que podem surgir da fundamentação em uma normatividade da versão freudiana e de uma compreensão limitada do pai enquanto metáfora. A mudança de galáxia epistemológica em Lacan ocorrida no retorno a Freud é essencial neste ponto, pois dá margem à existência de múltiplos mecanismos de formação familiar que não necessariamente extinguem o sujeito heterossexual e a família “heteroparental”. Dito isso, daqui por diante faz-se necessário avançar em uma discussão que responda se a contemporaneidade está de fato diante do fim do Édipo ou apenas caminhando para o surgimento de novas versões ainda desconhecidas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALLILAIRE, J.-F. Alienação mental. In: DORON, R.; PAROT, F. (Orgs.). **Dicionário de psicologia**. São Paulo: Ática, 2007. p. 45.

AMARANTE, P. (Coord.). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2. ed., 5. reimp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

ANZIEU, D. Clínica (Psicologia –). In: DORON, R.; PAROT, F. (Orgs.). **Dicionário de psicologia**. São Paulo: Ática, 2007. p. 144-145.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. Washington, D. C.: APA, 1952.

ASSOCIATION LACANIENNE INTERNATIONALE - ALI. Disponível em: <<http://www.freud-lacan.com/index.php>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

BARBOSA, J. F. **A perversão como sintoma social: leituras entre Freud e Melman**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

BASTOS, R. L. **Psicanálise e pesquisas: Ciência? Arte? Contraciência?** 2. ed., Rio de Janeiro, E-papers, 2009.

BBC BRASIL. **2002 começou com chegada do euro a 12 países**. 13. dez. 2002. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021204_retrospectiva1mp.shtml>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BENNINGTON, G. **Deconstruction is not what you think... and other short pieces and interviews**. Creatorspace, 2008.

BERLINCK, M. T. Considerações sobre a elaboração de um projeto de pesquisa em Psicanálise. In: **Psicopatologia fundamental**. São Paulo: Escuta, 2008.

BERNARDINO, L. M. F. Introdução. In: MELMAN, C. **Novas formas clínicas no início do terceiro milênio**. Porto Alegre: CMC, 2003. p. 7-9.

BETTS, J. As fórmulas de sexuação e a psicanálise em extensão. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**. n. 41-42, p. 9-21. Porto Alegre: 2011-2012.

BIRMAN, J. A clínica na pesquisa psicanalítica. **Psicanálise e universidade. Revista do núcleo de pesquisa em psicanálise da pós-graduação da PUC/SP**. n. 2, p. 7-37. São Paulo: 1994.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014. Trabalho original publicado em 1998.

BOFF, A. A. Epistemologia e topologia lacaniana. **Correio da APPOA**. n. 149, p. 17-24. Porto Alegre: 2006.

BUNGE, M. **Diccionario de filosofía**. Tradução de María Dolores González Rodríguez. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno, 2001.

CALAZANS, R. Psicanálise e ciência. **Ágora**. n. 2, v. 9, p. 273-283. Rio de Janeiro: 22006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 de mai. 2018.

CALLIGARIS, C. O inconsciente em Lacan. In: KNOBLOCH, Felicia (Org.). **O inconsciente: várias leituras**. São Paulo: Escuta, 1991.

CALLIGARIS, C. **Introdução a uma clínica diferencial das psicoses**. 2. ed. São Paulo: Zagodoni, 2013.

CAMPOS, É. B. V.; COELHO JR., N. E. Incidências da hermenêutica para a metodologia da pesquisa teórica em psicanálise. **Estudos de psicologia**. v. 27, n. 2, p. 247-257. Campinas: 2010.

CAPUTO, J. **Deconstruction in a nutshell: a conversation with Jacques Derrida**. New York: Fordham University Press, 1997.

CLAUVREUL, J. **L'homme qui marche sous la pluie: un psychanalyste avec Lacan**. Paris: Odile Jacob, 2007.

COMITÉ FREUD. Disponível em: <<https://www.comite-freud.com>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

COOPER, D. Aliénation mentale et aliénation sociale. **Recherches**. n. 8, p. 48-50. Paris: Editions Recherches, 1968.

COSTA, D. S. **A histeria diante da emergência de uma nova economia psíquica: uma leitura de Freud e Melman**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

COSTA, D. S.; LANG, C. E. Histeria ainda hoje, por quê? **Psicologia USP**. n. 1, vol. 27, p. 115-124. São Paulo: 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v27n1/1678-5177-pusp-27-01-00115.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. 2. ed. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2013. Trabalho original publicado em 1967.

DERRIDA, J. **Dissemination**. Tradução de Barbara Johnson. Londres: Tha Anthlone press, 1981.

DERRIDA, J. Carta a um amigo japonês. Tradução de Érica Lima. In: OTTONI, P. (Org.). **Tradução: a prática da diferença**. Campinas: Unicamp/FAPESP, 1998. p. 19-25. Trabalho original publicado em 1985.

DEMANGEAT, M. Psicoses crônicas e delirantes. In: MIJOLLA, A. (Org.). **Dicionário internacional da psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições**. Rio de Janeiro: Imago, 2005. p. 1.487-1.488.

DICIO. Dicionário online de português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

DORGEUILLE, C. **A segunda morte de Jacques Lacan**. Tradução de Élide Valarini. Porto Alegre: Artes médicas, 1986.

DUFOUR, D.-R. **A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**. Tradução de Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DUNKER, C. I. L. Aspectos históricos da psicanálise pós-freudiana. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Orgs.). **História da psicologia: rumos e percursos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2007. p. 387-412.

DUNKER, C. I. L. Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUNKER, C. I. L. O que significa método em psicanálise? In: LANG, C. E.; BERNARDES, J. S.; RIBEIRO, M. A. T.; ZANOTTI, S. V. (Orgs.). **Clínicas: pesquisas em saúde, psicanálise e práticas psicológicas**. Maceió: Edufal; Imprensa oficial Graciliano Ramos, 2017. p. 13-31.

DUNKER, C. I. L., KYRILLOS NETO, F. A psicopatologia no limiar entre psicanálise e psiquiatria: estudo comparativo sobre o DSM. **Vínculo**. v. 8, n. 2. São Paulo: 2001. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v8n2/a02.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2016.

DUNKER, C. I. L., KYRILLOS NETO, F. Conflito entre psicanalistas e impasses fálicos da brasilidade. **Stylus: revista de psicanálise**. n. 29, p. 67-84. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/stylus/n29/n29a08.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

ÉCOLE PRATIQUE DES HAUTES ÉTUDES EN PSYCHOPATHOLOGIES – EphEP. Disponível em: <<https://ephep.com/fr>>. Acesso em: 24 de out. 2017.

EIDELSZTEIN, A. La ciencia y el psicoanálisis. **Imago agenda**. n. 182. Buenos Aires: Letra Viva, 2014.

EIDELSZTEIN, A. **Otro Lacan: estudio crítico sobre los fundamentos del psicoanálisis lacaniano**. Buenos Aires: Letra Viva, 2015.

EIDELSZTEIN, A. Deconstrucción de la pulsión. **Imago Agenda**. n. 197. Buenos Aires: Letra Viva, 2016.

EVANS, D. **Diccionario introductorio del psicoanálisis lacaniano**. 4. reimp. Buenos Aires: Paidós, 2007.

EYBEN, P. Matema & grafo do meta-signo nó do problema: da anamorfosis à desconstrução. In: **Escritura do retorno: Mallarmé, Joyce e Meta-signo**. Vinhedo: Horizonte, 2012. p. 305- 466.

FERRY, L. **Do amor: uma filosofia para o século XXI**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.

FERRY, L. **A inovação destruidora: ensaio sobre a lógica das sociedades modernas**. Tradução de Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

FERRY, L.; RENAUT, A. **Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo**. São Paulo: Ensaio, 1988.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi**. São Paulo: Escuta, 1999.

FIGUEIREDO, L. C. M. A ética da pesquisa acadêmica e a ética da clínica em psicanálise: o encontro possível na pesquisa psicanalítica. In: QUEIROZ, E. F.; SILVA, A. R. R. (Orgs.). **Pesquisa em psicopatologia fundamental**. São Paulo: Escuta, 2002. p. 129-142.

FLEIG, C. F. B. A angústia como fonte da delinquência juvenil. In: **IHU Online**. Ed. 298, 22 de junho de 2009. Entrevista concedida a Márcia Junges. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2647&secao=298>. Acesso em: 20 out. 2017.

FONDATION EUROPÉENNE POUR LA PSYCHANALYSE – FEP. Disponível em: <<http://fep-lapsychanalyse.org>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

FORMIGONI, M. C. Segregação, infância generalizada e alegria: questões para a psicanálise. **Stylus. Revista de psicanálise**. n. 34, p. 75-82. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: <<http://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/26/20>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

FREUD, S. Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. In: **História de uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1919)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 217-220. Trabalho original publicado em 1919.

FREUD, S. Dois verbetes de enciclopédia. In: **Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 285-312. Trabalho original publicado em 1923 [1922].

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: **O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)**. Edição Standard Brasileira das Obras

Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 73-279. Trabalho original publicado em 1930[1929].

G1. Parlamento francês aprova o casamento homossexual. 23 abr. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/parlamento-frances-aprova-o-casamento-homossexual.html>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

GAGEIRO, A. M.; TOROSSIAN, S. D. A história da psicanálise em Porto Alegre. **Analytica**. v. 3, n. 4, p. 117-144. São João del-Rey, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972014000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 set. 2017.

GARCEZ, P. M. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. In: LOPES, L. P. M.; BASTOS, L. C. (Orgs.). **Identidades: recortes múltiplos e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

GARCIA-ROZA, L. A. Pesquisa do tipo teórico. In: **Psicanálise e universidade** – Revista do núcleo de pesquisa acadêmica em psicanálise da pós-graduação da PUC/SP. n. 1, p. 9-32. São Paulo: 1994.

GARRABÉ, J. Georges Lantéri-Laura. **Tópique**. vol. 3, n. 88, p. 159-161. Paris: L'Ésprit du Temps, 2004. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-topique-2004-3-page-159.htm>>. Acesso em: 31 out. 2016.

GOMES, W. B.; GAUER, G. **Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 60 anos de história**. Porto Alegre: MuseuPsi, 2005.

GORI, R. La psychopathologie en questions aujourd'hui. **Cliniques méditerranéennes**. n. 71, p. 41-57. Marseille: Érès, 2005. Disponível em: <https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=CM_071_0041>. Acesso em: 29 jul. 2017.

HADDAD, G. **O discípulo “adotivo” de Lacan**. Mais! Folha de São Paulo. 26 de janeiro de 2003. Entrevista concedida a Betty Milan. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2601200304.htm>>. Acesso em: 5 set. 2017.

JERUSALINSKY, A. Prefácio à edição brasileira – “O colecionador de orelhas”. In: DORGEUILLE, C. **A segunda morte de Jacques Lacan**. Tradução de Élide Valarini. Porto Alegre: Artes médicas, 1986. p. 11-15.

JERUSALINSKY, A. **Para compreender a criança: chaves psicanalíticas**. Tradução de Erika Parlato-Oliveira, Roberta Ecleide O. Gomes-Kelly e Emilene Parlato. São Paulo: Instituto Langage, 2011.

KOOGAN, A; HOUAISS, A. **KOOGAN/HOUAISS enciclopédia e dicionário**. Rio de Janeiro: Delta, 1998.

KOYRÉ, A. **Do mundo fechado ao universo infinito**. 4. ed. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Trabalho original publicado em 1958.

KOYRÉ, A. **Estudos de história do pensamento científico**. 3º ed. Tradução de Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Forense, 2011. Trabalho original publicado em 1966.

KRISTEVA, J. **As novas doenças da alma**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1998. Trabalho original publicado em 1962.

LACAN, J. **Le séminaire, livre III**. Paris: Staferla. Disponível em: <<http://staferla.free.fr/S3/S3.htm>>. Acesso em: 8 de jun. 2017. Trabalho original de [1955-1956].

LACAN, J. **Le séminaire, livre VI**. Paris: Staferla. Disponível em: <<http://staferla.free.fr/S6/S6.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2017. Trabalho original de [1958-1959].

LACAN, J. **Le séminaire, livre XV**. Paris: Staferla. Disponível em: <<http://staferla.free.fr/S15/S15.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2017. Trabalho original de [1967-1968].

LACAN, J. **Le séminaire, livre XVI**. Paris: Staferla. Disponível em: <<http://staferla.free.fr/S16/S16.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2017. Trabalho original de [1968-1969].

LACAN, J. **Le séminaire, livre XVII**. Paris: Staferla. Disponível em: <<http://staferla.free.fr/S17/S17.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2017. Trabalho original de [1969-1970].

LACAN, J. **Le séminaire, livre XVIII**. Paris: Staferla. Disponível em: <<http://staferla.free.fr/S18/S18.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2017. Trabalho original de 1971.

LACAN, J. **Le séminaire, livre XX**. Paris: Staferla. Disponível em: <<http://staferla.free.fr/S20/S20.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2017. Trabalho original de [1972-1973].

LACAN, J. **Le séminaire, livre XXIII**. Paris: Staferla. Disponível em: <<http://staferla.free.fr/S23/S23.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2017. Trabalho original de 1975.

LACAN, J. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 537-590. Trabalho original publicado em 1958 [1959].

LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 807-842. Trabalho original publicado em 1960.

LACAN, J. A ciência e a verdade. In: **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 869-892. Trabalho original publicado em 1966 [1965].

LACAN, J. Do sujeito enfim em questão. In: **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 229-237. Trabalho original publicado em 1966a.

LACAN, J. De um desígnio. In: **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 365-369. Trabalho original publicado em 1966b.

LACAN, J. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: **Outros escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 248-264. Trabalho original publicado em 1967.

LACAN, J. Alocução sobre as psicoses da criança. In: **Outros escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 359-368. Trabalho original publicado em 1968.

LACAN, J. Nota sobre a criança. In: **Outros escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 369-370. Trabalho original publicado em 1969.

LACAN, J. O aturdido. In: **Outros escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 448-497. Trabalho original de 1972.

LACAN, J. **Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia**. 2º ed. Tradução de Marco Antônio Coutinho Jorge e Potiguara Mendes da Silveira Júnior. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Trabalho original publicado em 1938.

LAING, R. Metanoia: some experiences at Kingsley Hall, London. **Recherches**. n. 8, p. 51-58. Paris: Editions Recherches, 1968.

LANG, C. E.; BARBOSA, J. F. Pode-se utilizar a desconstrução na pesquisa teórica em psicanálise? **Cadernos de pesquisa em ciências humanas**. v. 13; n. 102, p. 75-99. Florianópolis: 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/21250>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

LANG, C. E.; BARBOSA, J. F. Ler, escrever, psicanalisar, desconstruir: delineamento para uma metodologia de leitura e pesquisa em psicanálise. In: LANG, C. E.; BERNARDES, J. S.; RIBEIRO, M. A. T.; ZANOTTI, S. V. (Orgs.). **Metodologias. Pesquisas em saúde, clínica e práticas psicológicas**. Maceió: Edufal, 2015. p. 119-142.

LANG, J.-L. Sociedade Francesa de Psicanálise. In: MIJOLLA, A. (Org.). **Dicionário internacional da psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições**. Rio de Janeiro: Imago, 2005a, p. 1751-1753.

LANTÉRI-LAURA, G. **Ensayo sobre los paradigmas de la psiquiatría moderna**. Tradução de Diego Gutiérrez Gómez, Jordi Terré e José Lázaro. Madrid: Tricastela, 2000.

LAURENT, E. Fin de una época. **Consecuencias**. n. 10. 2013. Disponível em: <<http://www.revconsecuencias.com.ar/ediciones/010/template.php?file=arts/Alcances/Fin-de-una-epoca.html>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. **Como a França aprovou o PACS**. 1.fev.2000. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/como-a-franca-aprovou-o-pacs/>>. Acesso em: 6 de fev. 2018.

LEBRUN, J.-P. Avant-propos. In: MELMAN, C. **La nouvelle économie psychique. La façon de penser et de jouir aujourd'hui**. Toulouse: Érès, 2009. p. 7-19.

LÉVI-STRAUSS, C. Lição de escrita. In: **Tristes trópicos**. Tradução de Wilson Martins. São Paulo: Anhembi, 1957. p. 312-323.

LIMA, M. A. C. Lacan, um pós-estruturalista? **Interações**. vol. XII, n. 22, p. 231-260. São Paulo: 2006. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/354/35402211.pdf>> Acesso em: 22 fev. 2017.

LO BIANCO, A. C. Sobre as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise. **Psico-USF**. v. 8, n.2, p. 115-123. São Paulo: 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v8n2/v8n2a03.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

LYOTARD, J.-F. **A condição pós-moderna**. 12. ed. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MALRAUX, A. **Antimemórias**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1968.

MANNONI, M. Introduction. **Recherches**. n. 8, p. 13-14. Paris: Editions Recherches, 1968.

MANNONI, O. El psicoanálisis y la ciencia. In: AUGÉ, M.; DAVID-MENÁRD, M.; GRANOFF, W.; LANG, J.-L.; MANNONI, O. **El objeto en psicoanálisis: el fetiche, el cuerpo, el niño, la ciencia**. Tradução de Irene Agoff. Barcelona: Gedisa, 2002. p. 135-150.

MARINI, M. **Lacan: a trajetória do seu ensino**. Tradução de Leda Mariza Fischer Bernardino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MELMAN, C. O porver (II). In: **Clínica psicanalítica: artigos e conferências**. Tradução de Leda Mariza Fischer Bernardino. Salvador: Ágalma, 2000. p. 183-186. Texto original publicado em 1987.

MELMAN, C. **Novas formas clínicas no início do terceiro milênio**. Porto Alegre: CMC, 2003.

MELMAN, C. Entrevista concedida a Alain Didier-Weill. In: DIDIER-WEILL, A.; WEISS, E.; GRAVAS, F. **Quartier Lacan: testemunhos**. Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007. p. 97-117.

MELMAN, C. **O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço**. Entrevistas com Jean-Pierre Lebrun. 1. reimpr. Tradução de Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008. Texto original publicado em 2002.

MELMAN, C. **La nouvelle économie psychique. La façon de penser et de jouir aujourd'hui**. Toulouse: Érès, 2009.

MELMAN, C. **A história da A.L.I.** 2014. Disponível em:
<<http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/a-historia-da-a-l-i>>. Acesso em: 31 de jul. 2017.

MIJOLLA, A. (Org.). **Dicionário internacional da psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições.** Rio de Janeiro: Imago, 2005.

MIJOLLA, A. Cisões psicanalíticas. In: MIJOLLA, A. (Org.). **Dicionário internacional da psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições.** Rio de Janeiro: Imago, 2005a. p. 344-347.

MIJOLLA, A. França. In: MIJOLLA, A. (Org.). **Dicionário internacional da psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições.** Rio de Janeiro: Imago, 2005c. p. 754-761.

MIJOLLA, A. Guerra mundial (segunda-). In: MIJOLLA, A. (Org.). **Dicionário internacional da psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições.** Rio de Janeiro: Imago, 2005c. p. 851-853.

NAFFAH NETO, A. A pesquisa psicanalítica. **Jornal de psicanálise.** n. 39, vol. 70, p. 279-288. São Paulo: 2006. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100018>. Acesso em: 20 ago. 2017.

NOVO. In: **PRIBERAM DICIONÁRIO.** 2013. Disponível em:
<<https://www.priberam.pt/dlpo/novo>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

OLDBOY. Direção de Chan-wook Park. Roteiro de Garon Tsuchiya, Nobuaki Minegishi, Chan-wook Park, Chun-hyeong Lim e Jo-yun Hwang. São Paulo: Europa Filmes distribuidora, 2003. 1 DVD (120 min).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (Orgs.). **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas.** Tradução de Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artmed, 1993.

PACHECO, A. L. P. O corpo e os discursos: dominação e segregação nos laços encarnados. **A peste.** v. 1, n. 2, p. 225-244. São Paulo: 2009. Disponível em:
<<https://revistas.pucsp.br/index.php/apeste/article/view/6278>>. Acesso: 21 jan. 2018.

PACHECO, A. L. P. A criança como sintoma: mal estar no Brasil. In: JORNADAS DE CLÍNICA DE ADULTOS I, IV, 2015, Buenos Aires. Disponível em: <https://psicanaliseautismoesaudepublica.files.wordpress.com/2015/06/a_crianc3a7a_como_sintoma_analaurapratespacheco.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2018.

PARRA, C.; TABAKIAN, E. **¡Ese yerno de Lacan! Historia de um insulto**. Buenos Aires: Biblos, 2005.

PASCAL, B. **Pensamentos**. Os pensadores, vol. XVI. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Trabalho original publicado em 1670.

PEDERSEN, S. A.; TORTELLA, J. B. Estratégias de leitura e seleção de obras infanto-juvenis. **Textura**. v. 17, n. 35. P. 194-207. Canoas: 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/1595/1258>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

PERELSON, S. A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês atual. **Estudos feministas**. v. 14, n. 3. p. 709-730. Florianópolis: 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000300008>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

POLO, M. Escola Experimental de Bonneuil. In: MIJOLLA, A. (Org.). **Dicionário internacional da psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições**. Rio de Janeiro: Imago, 2005. p. 585-586.

PORGE, É. Lire, écrire, publier: le style de Lacan. **Essaim**. n. 7, p. 5-38. Toulouse: Érès, 2001. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-essaim-2001-1-page-5.htm>>. Acesso em: 21 out. 2017.

PORGE, É. Um sujet sans subjectivité. **Essaim**. n. 22, p. 23-34. Toulouse: Érès, 2009. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-essaim-2009-1-page-23.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

PRIBERAM dicionário da língua portuguesa. Lisboa: Priberam informática, 2013. Disponível em: <<https://www.priberam.pt>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL. Pesquisadores membros da associação. Disponível em: <<http://www.psicopatologiafundamental.org/pagina-pesquisadores-membros-da-associacao-44>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

QUINET, A. **A estranheza da psicanálise: a escola de Lacan e seus analistas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

RAMILO, M. C.; FREITAS, T. Transcrição ortográfica de textos orais: problemas e perspectivas. **Actas do encontro comemorativo do 25º aniversário do CLUP**. vol. 2. Porto: CLUP, 2001. p. 55-67.

RAMOS, F. A. C. Jean-Pierre Falret e a definição do método clínico em psiquiatria. **Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental**. v. 13, n. 2, p. 293-306. São Paulo: 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v13n2/10.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

RESENDE, M. S. **Os novos problemas do diagnóstico em psiquiatria**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, VI; CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, XII, 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: 2014. Disponível em: <http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/vi_congresso/Posterres/35.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2017.

RESENDE, M. S.; PONTES, S.; CALAZANS, R. O DSM-5 e suas implicações no processo de medicalização da existência. **Psicologia em revista**. v. 21, n. 3, p. 534-546. Belo Horizonte: 2015. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9523.2015V21N3P534/9628>>. Acesso em: 31 out. 2016.

RIBEIRO, M. A. C. A cisão de 1998. **Pulsional: revista de psicanálise**. n. 137, ano XIII, p. 83-69. São Paulo: 2000. Disponível em: <http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/137_08.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017.

ROUDINESCO, E. **La batalla de cien años. Historia del psicoanálisis em Francia**. Vol. 3 (1925-1985). Madrid: Editorial Fundamentos, 1993. Trabalho original publicado em 1986.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003a.

ROUDINESCO, E. Psychoanalysis and homosexuality. In: BENVENUTO, S.; MOLINO, A. **In Freud's tracks: conversations from the journal of european psychoanalysis**. Washington: Rowman and Littlefield, 2003b. p. 227-244.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ROUDINESCO, E. **La batalla de cien años. Historia del psicoanálisis em Francia.** Vol. 2 (1925-1985). 2º ed. Madrid: Editorial Fundamentos, 2012. Trabalho original publicado em 1986.

ROUSTANG, F. **Um destino tão funesto.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ROUSSILLON, R. Econômico (ponto de vista –). In: MIJOLLA, A. (Org.). **Dicionário internacional da psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições.** Rio de Janeiro: Imago, 2005. p. 533-534.

SAFOUAN, M.; HOFFMANN, C. **O desejo nas mutações familiares e sociais.** São Paulo: Instituto Langage, 2016.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTIAGO, S. (Sup.). **Glossário de Derrida.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SÉDAT, J. Escola da Causa Freudiana. In: MIJOLLA, A. (Org.). **Dicionário internacional da psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições.** Rio de Janeiro: Imago, 2005a, p. 584-585.

SÉDAT, J. Escola Freudiana de Paris. In: MIJOLLA, A. (Org.). **Dicionário internacional da psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições.** Rio de Janeiro: Imago, 2005b, p. 586-587.

SÉDAT, J. Movimento lacaniano francês. In: MIJOLLA, A. (Org.). **Dicionário internacional da psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições.** Rio de Janeiro: Imago, 2005c, p. 1.210-1.211.

SÉDAT, J. Le statut et les réglementations de la psychanalyse en France. **Topique.** vol. 4, n. 101, p. 11-26. Paris: L'Esprit du temps, 2007.

SILVA JÚNIOR, N. Epistemologia psiquiátrica e *marketing* farmacêutico: novos modos de subjetivação. **Stylus. Revista de psicanálise.** n. 33, p. 227-239. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/stylus/n33/n33a18.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

STOP DSM. Liste des associations qui soutiennent la présente plateforme. Disponível em: <<https://stop-dsm.com/fr/liens/>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

STRATHERN, P. **Derrida em 90 minutos**. Tradução de Cassio Boechat. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

STRAUSS, M. Pour un dialogue: Henri Ey et Jacques Lacan. **Évolution Psychiatrique**. n. 66, p. 277-286. Paris: Elsevier, 2001.

TEIXEIRA, M. R. Prefácio do editor à edição brasileira. In: MELMAN, C. **Clínica psicanalítica: artigos e conferências**. Tradução de Leda Mariza Fischer Bernardino. Salvador: Ágalma, 2000. p. 11-14.

TEIXEIRA, P. M. DSM I, II, III, IV, 5 (1952-2013). **Revista portuguesa de medicina geral e familiar**. vol. 31, p. 164-165. Lisboa: 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpmgf/v31n3/v31n3a03.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

TORT, M. **O desejo frio: procriação artificial e crise dos referenciais simbólicos**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

VANDERMERSCH, B. et al. **A fobia: estudos clínicos sobre o seminário ‘A relação de objeto’ de J. Lacan**. Rio de Janeiro: Revinter, 1994.

VASCONCELOS, J. A. A. O que é a desconstrução? **Revista de filosofia**. v. 15, n. 17, p. 73-78. Curitiba: 2003. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/RF?dd1=117&dd99=pdf>. Acesso em: 7 ago. 2016.

WILLIAMS, J. O pós-estruturalismo como desconstrução: Gramatologia, de Jacques Derrida. In: **Pós-estruturalismo**. Tradução de Caio Liudvik. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 46-82.

XAVIER, H. V. S.; LANG, C. E. **Desconstrução e pesquisa psicanalítica**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, VII; CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, XIII, 2016, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: 2016. Disponível em: <<http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/VII%20CONGRESSO/ANAIS/Mesas%20redondas/28.2.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

XAVIER, H. V. S. **Constituição psíquica e psicopatologia nos textos do “jovem Lacan”**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

ZAFIROPOULOS, M. **Lacan y las ciencias sociales. La declinación del padre (1938-1953)**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

ZAFIROPOULOS, M. L'axiome postmoderne de la fin du névrosé: enjeux sociocliniques. In: BOUKOBZA, C. **La psychanalyse, encore!** Toulouse: Érès, 2006. p. 293-301.

ZAFIROPOULOS, M. Nossa arqueologia crítica da obra de Lacan: Lacan e as ciências sociais. Lacan e Lévi-Strauss. **Revista de Estudos Lacanianos**. vol. 2, n. 3, p. 1-16. Belo Horizonte: 2009. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rel/v2n3/v2n3a04.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

ZATZ, M. Clonagem humana: conhecer para opinar. **Pesquisa FAPESP**. Suplemento especial, n. 73, 29 mar. 2002; Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2002/03/29/clonagem-humana-conhecer-para-opinar-2>>. Acesso em: 5 de dez. 2017.

ZIMERMAN, D. Seminário clínico. In: **Vocabulário contemporâneo de psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 380.